



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

CF (EN) ALI KAMEL ISSMAEL JÚNIOR

TC INF ROBSON NUNES DOS REIS

TC AV GUSTAVO FERREIRA RIZZUTI

MAJ INF FAUSTO CALADO DE CARVALHO

MAJ CAV LUIZ EDUARDO MACIEL LOPES

GUIANAS, SURINAME E BRASIL, UM ESTUDO PROSPECTIVO.

Rio de Janeiro

2022

CF (EN) ALI KAMEL ISSMAEL JÚNIOR
TC INF ROBSON NUNES DOS REIS
TC AV GUSTAVO FERREIRA RIZZUTI
MAJ INF FAUSTO CALADO DE CARVALHO
MAJ CAV LUIZ EDUARDO MACIEL LOPES

GUIANAS, SURINAME E BRASIL, UM ESTUDO PROSPECTIVO

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia
apresentado ao Departamento de Assuntos
Militares da Escola Superior de Guerra como
requisito à obtenção do diploma do Curso de
Estado-Maior Conjunto.

Orientador: Cel R1 Antonio Carlos de Pessoa

Rio de Janeiro
2022

RESUMO

O objeto do presente estudo é a região amazônica brasileira, em especial o entorno estratégico que envolve a fronteira com a Coletividade Territorial da Guiana Francesa (França), República do Suriname e a República Cooperativa da Guiana. Apesar da diversidade destes Estados Nacionais limítrofes, sua densidade demográfica é baixa (SANTOS, SALOMÃO, VERÍSSIMO, 2021), o que caracteriza a existência de diversos anecúmenos, inclusive na Faixa de Fronteira. Esse fato, somado a rarefeita presença do Estado brasileiro (que acompanha a sua distribuição populacional), em diversos rincões desse território, torna o delineamento de estratégias para a área um desafio, por si só, suficientemente grande, razão pela qual uma ameaça externa acabaria sendo potencializada antes de obter a pronta resposta desejável. Por isso, urge, então, conhecer as reais capacidades de geração de Poder e Força dos países limítrofes à região, a fim de que o estrategista de Defesa possa planejar adequadamente, garantindo Segurança para que os responsáveis pelo desenvolvimento da área tenham tempo e liberdade de ação na implementação de suas políticas públicas. Nesse mister, formula-se o problema da pesquisa deste trabalho: Qual a capacidade de Geração de Poder & Geração de Força dos países Guiana, Guiana Francesa e Suriname que compõe o Entorno Estratégico Regional Brasileiro, destacando suas relações de interesse com os grandes players mundiais e com o Brasil?

Palavras-chave: Guianas; Suriname; Entorno Estratégico; Defesa; Soberania.

AGRADECIMENTOS

O Grupo de Oficiais Estagiários que elaboraram o presente trabalho gostariam de agradecer:

Aos seus familiares, pelo apoio moral e suporte a esta intensa jornada, especialmente pela distância dos Estagiários cujas famílias se encontravam fora do Rio de Janeiro.

Às amizades construídas entre os Estagiários das três Forças Singulares e também com o Corpo Discente do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) 2022 e da Escola Superior de Guerra (ESG), pelo convívio agradável e pela troca de informações, que em muito contribuíram para o aprimoramento profissional e pessoal de todos.

Ao Coronel Antonio Carlos de Pessoa pelas orientações seguras e acompanhamento constante das atividades relacionadas ao estudo do entorno estratégico em tela, onde seus conhecimentos e apontamentos claros apontaram para a busca da melhoria deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL DA GUIANA FRANCESA	2
2.1 EXPRESSÃO POLÍTICA	2
2.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA	7
2.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL	9
2.4 EXPRESSÃO MILITAR	11
2.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	15
3. ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL NO SURINAME	22
3.1 EXPRESSÃO POLÍTICA	22
3.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA	28
3.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL	31
3.4 EXPRESSÃO MILITAR	32
3.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	36
3.6 CONCLUSÃO PARCIAL	39
4. ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL NA GUIANA	41
EXPRESSÃO POLÍTICA	41
4.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA	47
4.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL	50
4.4 EXPRESSÃO MILITAR	52
4.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	53
5. CONCLUSÃO	59
6. REFERÊNCIAS	63
ANEXO A	A1
ANEXO B	B1

GUIANAS, SURINAME E BRASIL, UM ESTUDO PROSPECTIVO.

1 INTRODUÇÃO

O estudo prospectivo e a coleta de informações, sua análise e perfeito entendimento são elementos essenciais para a realização de qualquer tipo de linha de ação de nível político e estratégico. As políticas de Estado devem buscar a precisão científica para a coleta de dados, de modo que a aplicação de processos metodológicos de análise gere resultados fidedignos e com elevado nível de confiabilidade. Com isso, os processos derivados destas políticas nos níveis de condução operacional e tático, bem como os planos de desenvolvimento de capacidades e de meios podem contar com sólido embasamento. Este processo, se aplicado em todas as esferas do Poder Executivo, poderá orientar a confecção de uma Estratégia Nacional de cunho amplo, com vistas à concretização dos Objetivos Fundamentais explicitados na Constituição Federal, em prol do bem comum. Nesse sentido, o diagnóstico preciso das condições de uma determinada região do país é de fundamental importância para a elaboração de uma estratégia de Desenvolvimento. Por outro lado, a observação das condições dos países limítrofes a essa dada região permite identificar eventuais óbices e ameaças, a serem contrapostos, e oportunidades, na composição de uma estratégia de Defesa.

A região amazônica brasileira é, então, o objeto do presente estudo, e faz fronteira com oito países: Região e Departamento Ultramarino da Guiana Francesa da República Francesa, República do Suriname, República Cooperativa da Guiana, República Bolivariana da Venezuela, República da Colômbia, República do Peru e Estado Plurinacional da Bolívia (ECOAMAZÔNIA, 2018). Apesar da diversidade de Estados Nacionais limítrofes, sua densidade demográfica é de apenas 5,6 habitantes por km² (SANTOS, SALOMÃO, VERÍSSIMO, 2021), o que caracteriza a existência de diversos anecúmenos, inclusive na Faixa de Fronteira. Esse fato, somado a rarefeita presença do Estado brasileiro (que acompanha a sua distribuição populacional), em diversos rincões desse território, torna o delineamento de estratégias para a área um desafio, por si só, suficientemente grande, razão pela qual uma ameaça externa acabaria sendo potencializada antes de obter a pronta resposta desejável.

Por isso, urge, então, conhecer as reais capacidades de geração de Poder e Força dos países limítrofes à região, a fim de que o estrategista de Defesa possa planejar adequadamente, garantindo Segurança para que os responsáveis pelo desenvolvimento da área tenham tempo e liberdade de ação na implementação de suas políticas públicas. Nesse mister, formula-se o problema de pesquisa e objetivo final deste trabalho: Qual a capacidade de Geração de Poder & Geração de Força dos países Guiana e Suriname e do território ultramarino da Guiana Francesa e que compõe o Entorno Estratégico Regional Brasileiro, destacando suas relações de interesse com os grandes players mundiais e com o Brasil, a partir das fontes mencionadas no Referencial Teórico?

Em virtude da natureza investigativa deste trabalho, adotar-se-á uma concepção essencial bibliográfica. Quanto ao método de pesquisa, a opção recairá sobre o método indutivo de abordagem, valendo-se de procedimentos históricos e comparativos (LAKATOS e MARCONI, 2010) a fim de se realizar uma extensiva revisão de literatura e compilação dos dados que comporão o estudo de cada um dos três países nos cinco campos do Poder Nacional: político, militar, psicossocial, econômico e científico-tecnológico. Os conhecimentos obtidos serão organizados através da técnica da documentação indireta, tanto documental quanto

bibliográfica, bem como por meio de entrevistas com especialistas, aproveitando-se o escopo da observação indireta intensiva (LAKATOS e MARCONI, 2010).

Esta pesquisa acadêmica estará limitada geograficamente ao entorno estratégico regional brasileiro, no arco amazônico, estando restrita unicamente a Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Esta limitação geográfica se deve à necessidade de adequar a investigação ao tempo disponível segundo o calendário acadêmico proposto. Adicionalmente, por se tratar de tema amplo e pela quantidade de países envolvidos, adotar-se-á a padronização didática de análise segundo as expressões do poder nacional conceituadas pela Escola Superior de Guerra (BRASIL, 2019).

Para uma melhor contextualização didática, este trabalho será estruturado nos Capítulos 2 – Estudo das Expressões do Poder Nacional na Guiana Francesa, onde serão apresentadas as expressões do Poder Nacional na Guiana Francesa, destacando suas relações com potências extracontinentais (França/OTAN); Capítulo 3 – Estudo das Expressões do Poder Nacional no Suriname, onde serão apresentadas as expressões do Poder Nacional no Suriname, destacando suas relações com potências extracontinentais (Holanda/OTAN); Capítulo 4 – Estudo das Expressões do Poder Nacional na Guiana, onde serão apresentadas as expressões do Poder Nacional na Guiana, destacando suas relações com potências extracontinentais (Reino Unido/OTAN); e, finalmente, Capítulo 5 – Conclusão, onde serão apresentadas as conclusões sobre a capacidade de geração de Poder e Força dos países em comento em relação ao Brasil.

2 ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL DA GUIANA FRANCESA

2.1 EXPRESSÃO POLÍTICA

2.1.1 Fatores

2.1.1.1 Povo

A população de 297.200 habitantes da Guiana Francesa é constituída por uma maioria de afrodescendentes que contam com 39,7% do total. Franceses e haitianos correspondem a 8% cada, surinameses a 6%. Antilhanos, chineses e brasileiros, 5%. Por fim, 4% são de origem indiana e todos os outros grupos étnicos juntos somam 21,2%. O movimento migratório ocorreu na segunda metade do século XIX e consistiu, predominantemente, de imigrantes das colônias francesas do Caribe e parte de indianos, o que não influenciou significativamente na formação da população local. Em torno de 16% da população está em zonas rurais e os 84% restantes vivem em cidades, sobretudo Caiena, a capital, e seus arredores, que concentram grande parte dos habitantes, seguidos das demais regiões costeiras, enquanto o interior é esparsamente povoado (BRITANNICA, 2020a).

2.1.1.2 Território

Situada no nordeste do continente sul-americano, a Guiana Francesa possui uma área territorial de 83.846 km² (BRITANNICA, 2020a) e faz fronteira com o Brasil ao Sul e Leste, e com o Suriname a Oeste. Conta ainda com 378 km de costa banhada pelo Oceano Atlântico. As formações geológicas sofreram erosão, o que lhe confere uma região menos elevada que a dos vizinhos que compartilham o maciço da Guiana, porém guarda semelhanças ao contar com uma costa plana e alagadiça. Mais de 90% do território está coberto por florestas tropicais. Atualmente, o Suriname reivindica uma área de 13.000 km², pertencente à Guiana Francesa, na fronteira sudoeste, numa região demarcada pelos Rios Litani e Maroni. Esta questão foi herdada do período colonial holandês.

2.1.1.3 Instituições Políticas

O país é regido pelos ritos constitucionais franceses, na qualidade de Coletividade Territorial da Guiana Francesa, a qual ascendeu em 2016, fazendo parte integral da República Francesa. Possui um poder legislativo composto por 51 membros, sendo o presidente o Chefe de Governo local. No âmbito do executivo, o presidente da França aponta um prefeito, que compartilha a função de Chefe de Governo junto ao chefe do legislativo. Existe uma corte de apelação instaurada como judiciário local. Os partidos políticos locais existem, contudo, limitam-se a eleger candidatos ao parlamento do território e quatro representantes para a Assembleia Nacional Francesa (dois em cada câmara) (BRITANNICA, 2020a).

2.1.2 Fundamentos

2.1.2.1 Situação Geopolítica

Conforme já brevemente descrito, a Guiana Francesa caracteriza-se como uma região ultramarina da França. É o único território não insular de todo o continente americano que ainda não passou por um processo de independência. Adota o francês como idioma e o euro como moeda. Possui participação política na Assembleia Francesa e tem um Chefe de Governo indicado pelo presidente daquele país. Daí, depreende-se que a autonomia política é mínima. No que compete a este aspecto, no ano de 2010, o território rejeitou, com quase 70%, uma votação por incremento de autonomia, em contrapartida, em 2017, houve uma greve geral na qual uma das pautas era justamente a insatisfação com promessas de aumento do financiamento francês e pedidos de mais autonomia. O sítio na internet “*Welcome to France*”, que representa a agência governamental francesa Business France, responsável pelo apoio ao desenvolvimento internacional da economia francesa, define o crescimento da Guiana Francesa:

“[...] ...se baseia em sua excepcional localização geoestratégica, mão de obra qualificada e competitiva e abundância de recursos naturais. A atividade aeroespacial, concentrada no Centro Espacial da Guiana e em vários centros de pesquisa, posiciona a Guiana Francesa na segunda maior proporção de empregos de pesquisa em todas as regiões da França, logo atrás da região da Grande Paris (FRANÇA, 2022).

A região também é abundante em recursos minerais preciosos, sobretudo ouro, diamantes, minério de ferro e bauxita, além de deter grande área de floresta tropical preservada. Este último aspecto serve de respaldo para o governo francês nos objetivos 13 e 15 da Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral da ONU de 2015 (UNITED NATIONS, 2015): “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

O sítio “*Welcome to France*” (FRANÇA, 2022) também ressalta o papel geoestratégico da região ao afirmar que a Guiana Francesa:

“[...] ...baseia o seu crescimento na sua posição geoestratégica única, oferecendo aos investidores um *hub* multimodal voltado para o continente americano e também para a Europa (aeroporto internacional, portos marítimos, ligações marítimas e rodoviárias), o seu crescimento demográfico muito elevado (com uma população a duplicar em tamanho até 2040 para chegar a meio milhão de habitantes), uma força de trabalho qualificada e competitiva e a riqueza de seus recursos naturais.” (FRANÇA, 2022).

Assim, pode-se estabelecer que na categoria de Coletividade Territorial, a região não possui os requisitos políticos tampouco autonomia geopolítica para reivindicar causas próprias, mas sim, servir como um ponto de apoio para projeção de poder político da França na América do Sul.

2.1.2.2 Condicionamentos Históricos

Exploradores espanhóis se estabeleceram na área que hoje corresponde a Caiena em 1503, mas somente em 1624 estabeleceu-se um centro comercial na vila costeira de Sinnamary. Já em 1643 foi fundada Caiena e, em 1667, o Tratado de Breda concedeu o território à França, que 10 anos depois expulsou invasores holandeses ali instalados desde 1664. O Tratado de Utrecht, assinado no ano de 1713, estabeleceu soberania portuguesa no Norte do Brasil e demarcou a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa no Rio Oiapoque. A França, contudo, não reconheceu essa fronteira, entendendo que a delimitação estaria marcada pelo rio Araguari. Em 1809, em represália à invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, o exército luso-brasileiro ocupou a região e ali permaneceu até 1817. A questão foi dirimida pela arbitragem da Suíça, no ano de 1900, com ganho de causa para o Brasil. A partir de 1852 o território passou a ser utilizado pela França como uma colônia penal, ação que durou até 1939, tendo abrigado mais de 70.000 condenados sob condições deploráveis. Em compensação, ao redor de 1830 origina-se a cidade de Mana, a partir de um orfanato homônimo, que viria a ser um dos primeiros centros educacionais para escravos libertos a partir de 1848. Os habitantes do território tornaram-se cidadãos franceses com representação no Parlamento francês após 1877, mas a Guiana Francesa só viria a progredir a categoria de um departamento em 1946. A estagnação advinda do período pós Segunda Guerra Mundial foi mitigada pela construção da base de lançamento de foguetes da Agência Espacial Europeia, assim como o desenvolvimento da cidade adjacente, Kourou, no ano de 1968, momento decisivo da corrida espacial EUA x URSS. Apesar disso, o território nunca se desenvolveu a ponto de conter as frustrações populares e manifestações em prol de maior autonomia ou até mesmo independência, sobretudo nos anos 80 e 90. Em 2010, todavia, um referendo que contou com 70% de participação popular rejeitou uma proposta de aumento da autonomia, mas em outro pleito, no mesmo mês, aprovou-se uma proposta de unificação dos conselhos departamentais e regionais (autoridades administrativas locais à época) em uma assembleia legislativa eleita. Outrossim, ficou determinado que a condição política acenderia de departamento ultramarino para Coletividade Territorial, ato levado a efeito em dezembro de 2015. Com isso, o presidente da assembleia legislativa substituiu os dois chefes de conselho como Chefe de Governo para conduzir, juntamente com o prefeito nomeado pela França, a administração local. Ainda assim, os protestos continuaram, especialmente no final de março de 2017, quando a região foi totalmente paralisada por uma greve geral que, ademais da maior autonomia política, reivindicava mais apoio social do governo francês, redução dos níveis de criminalidade e efetivação das promessas de ajuda econômica da França.

2.1.2.3 Cultura Política

A Constituição Francesa (FRANÇA, 1946) determina os seguintes aspectos para a Guiana e demais territórios:

“Art. 85. A República Francesa, una e indivisível, reconhece a existência de coletividades territoriais. Essas comunidades são as comunas e departamentos, os territórios ultramarinos. Art. 86.º O enquadramento, a extensão, o eventual reagrupamento e a organização das comunas e departamentos, territórios ultramarinos, são fixados por lei. Art. 87. - As coletividades territoriais administram-se livremente por conselhos eleitos por sufrágio universal. A execução das decisões desses conselhos é assegurada por seu prefeito ou seu presidente.” (tradução livre de FRANÇA, 1946)

Com a conquista desse status em 2015, pode-se admitir que a região não possui uma cultura política na real acepção da palavra, haja vista o pouco tempo transcorrido. Acontece, no entanto, um movimento de organização social nesse sentido, sobretudo após os protestos de 2017, no seio

dos sindicatos e movimentos organizados de jovens. O que fomenta esses movimentos, entretanto, não é a manifestação cultural política, mas a melhora das condições socioeconômicas.

2.1.2.4 Doutrina e Ideologia Políticas

Este aspecto, a exemplo dos demais, fica abrumado pela característica política da região. Apesar de pouco representativa, as principais lideranças políticas regionais são extensões dos partidos políticos existentes na França continental. A doutrina predominante, importada da França, é a mesma cultivada naquele país, definida medianamente como social-democracia.

2.1.2.5 Ordenamento Jurídico

O território está subordinado ao regime constitucional francês, conforme explicitado no item 1.2.3 e ao governo daquele país. Embora exista um sistema legislativo regional e quatro membros componham a Assembleia Nacional na França, não há um ordenamento jurídico próprio. A correlação mais aproximada que se pode fazer é que o território tem, grosso modo, as mesmas prerrogativas legislativas de um estado ou província nos sistemas federativos.

2.1.2.6 Qualidade e Atitude do Eleitorado

Nas últimas eleições, em 2021, registraram-se para votar 101.818 votantes no primeiro turno e 101.639 para o segundo, praticamente um terço da população estimada. Destes, apenas 34,7% compareceram às seções eleitorais na primeira rodada, enquanto na segunda a participação foi ligeiramente maior, com 46,7% de comparecimento (FRANÇA, 2021).

Deste baixo comparecimento associado a baixos números populacionais absolutos, depreende-se que há pouca representatividade política no eleitorado. Um outro aspecto, não menos relevante é que a unificação dos conselhos numa única Assembleia, em 2015, remodelou o sistema eleitoral, forçando os partidos a buscarem coligações de modo a pulverizar menos sua participação no sistema. Este fato faz com que poucas alianças abarquem uma miríade de denominações doutrinárias, estabelecidas por meio de listas prontas de candidatos, fazendo com que o eleitorado tenha que optar por um grupo formado e não por candidatos individuais, uma vez mais minando o poder de representatividade do eleitor.

2.1.2.7 Elites e Lideranças Políticas

A exemplo do evidenciado no eleitorado, as elites e lideranças políticas também guardam pouca representatividade. Diferentemente dos vizinhos Suriname e Guiana, que tem fortes raízes étnicas nas elites políticas, no território, parece ser maior a influência das elites francesas, o que soa bastante natural para um território ainda “colonial”. Este panorama, entretanto, tem se reconfigurado com a ascensão política de comunidades locais. Segundo Lima-Pereira (2020):

“[...] ...os afrodescendentes, que até então garantiam a integração social por meio da superioridade econômica, da ocupação de cargos públicos e políticos são hoje vistos como centro de agitação das demandas sociopolíticas que radicalizam e estigmatizam a imigração em seu discurso.” Eventualmente, elites políticas locais ganham algum tipo de notoriedade na França, como por exemplo Christiane Taubira, política nascida em Caiena, que após uma longa trajetória política como congressista nos parlamentos regionais e franceses, assumiu o cargo de Ministra da justiça do governo de François Hollande, no período de 2012 a 2016 (LIMA-PEREIRA, 2020).

2.1.2.8 Interação dos Poderes do Estado

Conforme já demonstrado neste estudo, não se aplica uma real interação como em outros países de regimes autônomos. A condução do poder cabe ao representante local eleito que compartilha a execução desta com o representante indicado pelo presidente francês.

2.1.3 Organizações e Sistemas Políticos

2.1.3.1 Organizações

2.1.3.1.1 Executivo

Efetivamente não existe. É virtualmente exercido pelo presidente eleito da Assembleia Legislativa que governa assistido por um prefeito indicado pela França.

2.1.3.1.2 Legislativo

Até a ascensão à categoria de Coletividade Territorial em 2015, existia um Conselho Geral unicameral, com 19 membros e um Conselho Regional unicameral, com 31 membros. Em ambos os conselheiros eram eleitos por voto popular para mandatos de seis anos. Ambos os presidentes dos Conselhos exerciam a função de Chefe de Governo. Após 2015, os dois Conselhos reuniram-se numa Assembleia de 51 membros eleitos por sufrágio universal. O presidente deste Conselho exerce a função de Chefe de Governo de maneira compartilhada com o prefeito indicado pelo presidente da França. Nos moldes de um regime estadual, quatro legisladores ocupam assentos na França, dois na Assembleia Nacional e dois no Senado.

2.1.3.1.3 Judiciário

Obedece aos ritos do sistema legal da França. Existe uma corte de apelação com jurisdição local, situada na Martinica.

2.1.3.1.4 Eleitorado

Conforme descrito no item 2.1.2.6.

2.1.3.1.5 Partidos Políticos

Os principais partidos políticos da França possuem representações na região. Ademais, alguns grupos partidários também se organizaram localmente a fim de ocuparem-se dos cargos eletivos ali disputados. Com a nova estruturação adotada em 2015, as figuras partidárias perderam preponderância em prol de formação de coligações. Os expoentes nesta categoria são o Partido Socialista Guianês, de origem local, e o União por um Movimento Popular, sucursal do homônimo francês. Algumas lideranças menos expressivas locais são o Movimento para a Descolonização e Emancipação Social, o Forças Democráticas da Guiana e o partido Walwari, fundado pela ex-Ministra da Justiça Christiane Taubira.

2.1.3.1.6 Grupos de Pressão

O crescimento demográfico, o aumento da imigração e a pulverização étnica têm reformulado a sociedade guianense. Na década de 70, afrodescendentes representavam cerca de 70% da população. Em 1999, este número já havia caído para 45% e os dados mais recentes apontam para 39%. Este fenômeno tem dado uma nova identidade aos movimentos cívicos e sociais. Apesar dos sistemas de seguridade social e saúde pública francês ser adotado no país e da educação pública ser gratuita e abarcar grande parte da população, a sociedade civil tem clamado cada vez mais por “combate à insegurança, melhoria dos serviços de saúde, combate à mineração ilegal e à imigração sem controle” (LIMA-PEREIRA, 2020), principais pautas dos protestos de março de 2017, de onde emergiram várias novas lideranças, entre elas o movimento “500 irmãos” e associações sindicais, que elaboraram, inclusive, documentos escritos com suas reivindicações. Estes movimentos têm levado a um questionamento e uma reformulação da sociedade local, pois clamam por maior autonomia, o que na prática conferiria às elites afrodescendentes o papel de mediador com o Estado, algo que o próprio movimento questiona, pois representaria não a emancipação, mas sim a troca de ente hegemônico.

2.1.3.2 Sistema Político

Pode-se dizer que a região não conta com um sistema político próprio efetivamente organizado, a despeito de possuir uma espécie de poder legislativo próprio e contar com assentos no parlamento francês. Desta feita, embora o sistema político francês adote princípios constitucionais, republicanos e democráticos, a relação “colonial” não permite o correto desenvolvimento deste sistema. Observa-se, no entanto, algum grau de insatisfação social com esta condição, o que pode fomentar um eventual maior grau de liberdade e desenvolvimento, chegando a algum nível de formação factual de um sistema político.

2.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

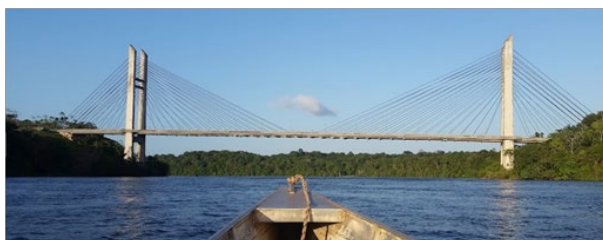
2.2.1 Fundamentos

Fazendo fronteira com o estado do Amapá, sendo cortada pela linha do Equador, tendo 90% do seu território coberto por floresta tropical, a Guiana Francesa possui um território de 83.846 km². Desde 19 de março de 1946, a região figura como um departamento ultramarino francês. Trata-se de uma economia pouco desenvolvida que, ainda hoje, depende de recursos enviados da França.

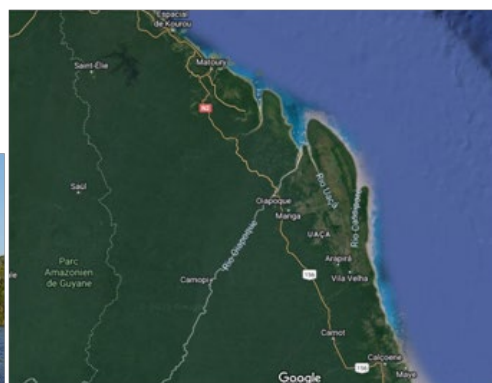
A Guiana Francesa exporta camarões, ouro, rum, estanho, madeiras comerciais, bananas, café, arroz e cacau. Seus principais compradores são: Espanha e EUA. O governo da Guiana Francesa importa alimentos (cereais e carnes processadas), petróleo refinado (seu consumo é de aproximadamente 6.600 barris/dia), cimento, metais e máquinas, seus principais fornecedores são: França, Alemanha e EUA.

2.2.2 Organização e Funções

Considerada um território ultramarino e não um país, a Guiana Francesa faz fronteira com o Brasil e com o Suriname. A fronteira entre Brasil e Guiana Francesa tem 730 quilômetros, dos quais 427 são de rios, e teve sua travessia facilitada em 2017, com a inauguração da Ponte Binacional Franco-Brasileira, conforme ilustrado na figura 1a. Essa ponte é permanentemente fechada ao trânsito de brasileiros, que devem justificar a passagem - com visto - para acesso à Comunidade Européia, o que dificilmente ocorre. A mesma ponte liga a BR-156 à rodovia N2, de modo que poderia ser usada para o escoamento de produção entre a França e o Brasil, mas isso não é uma realidade, conforme ilustrado na figura 2a.



(a)



(b)

Figuras 1a) e 1b) – (a) ponte sobre o Rio Oiapoque (Brasil-Guiana Francesa) (AMAPÁ 2018); e (b) a BR-156 (no Amapá) ligando-se à rodovia N2 (Guiana Francesa). A ponte/estrada poderia servir de exportação entre Brasil e França (GOOGLEMAPS, 2022).

2.2.3 Fatores

A indústria é escassa, porém existem serrarias, destilarias, fábricas de cerâmica, ladrilhos, empresas construtoras, produção açucareira, extração de bauxita e de ouro. A indústria pesqueira está em plena expansão, com destaque para a produção de camarões, carpas, bagres e espécies locais. A guiana francesa é auto-suficiente na produção de energia elétrica.

A agricultura daquele país produz milho, arroz, banana, cacau, mandioca, cana-de-açúcar, abacaxi e inhame. Estes produtos são basicamente para consumo interno. O gado é pouquíssimo variado, fundamentalmente são criados bovinos e suínos.

Desde o ano 2.000, a economia guianesa tem apresentado um crescimento moderado, isto se deve à expansão dos setores mineiro e agrícola, mas continuam sendo sérios os problemas decorrentes da mão-de-obra sem qualificação e a infra-estrutura pouco desenvolvida. A dívida externa daquele país, em 2006, era de 800 milhões de dólares.

A economia da Guiana Francesa gravita em torno da europeia. Mais de metade das suas exportações destinam-se à França. A renda per capita é de 15.857 Euros, graças ao auxílio financeiro francês e aos negócios da base espacial de Kourou. A moeda oficial é o Euro, tendo, atualmente a seguinte relação com o Real e o Dólar Americano: 1 Euro equivale a 5,15 Reais e 1 Euro equivale a 1,07 Dólar Americano.

A economia da Guiana Francesa teve um PIB, em 2006, de 1.551 bilhões de dólares. O PIB per capita foi de 8.300 dólares (muito inferior ao do cidadão francês). Contudo, desde o final de 2019, a economia daquele país cresce fortemente, pois a França conseguiu junto à União Europeia investimentos da ordem de 600 milhões de Euros em “Economia Verde”: financiamento da UE para 2014-2020: 19 milhões de EUROS no âmbito do programa de cooperação europeia para a Amazônia; 131 milhões de EUROS no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para as regiões ultraperiféricas francesas; e POSEI, o programa agrícola específico para as regiões ultraperiféricas, que pode apoiar as regiões francesas em até 278 milhões de EUROS anuais (vide Figura 2).

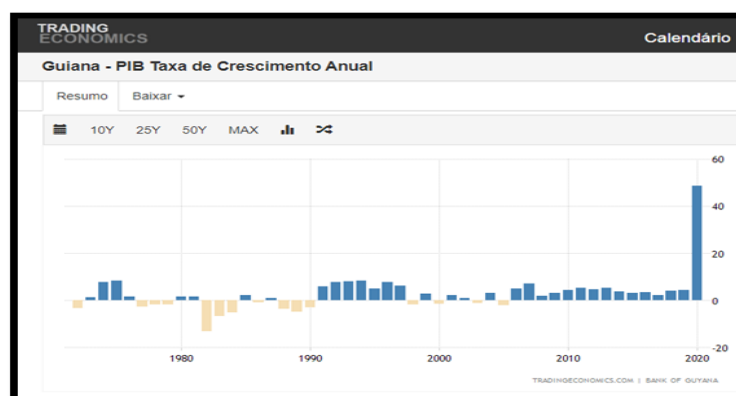


Figura 2 – Acompanhamento anual do valor do PIB da Guiana Francesa (TRADING ECONOMICS, 2021).

Uma observação que também deve ser feita sobre o crescimento do PIB da Guiana Francesa é a plena operação do Centro Espacial Francês na Guiana Francesa (também utilizado pela Agência Espacial Européia), conforme ilustrado na Figura 3. Esse Centro, considerando o pessoal deslocado da Europa para aquela região, a infraestrutura criada, o estímulo ao conhecimento, dentre outros benefícios é de extrema importância para a economia local e responde por 25% do PIB da Guiana Francesa, além de empregar mais de 1.700 pessoas.



Figura 3 – Centro de Lançamento Espacial Francês na Guiana Francesa (G1, 2019).

2.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

2.3.1 Fundamentos

2.3.1.1 Pessoa

A população da Guiana Francesa é, principalmente, creole (mestiços, também conhecidos como mulatos guianenses), com minorias de franceses, haitianos, caribenhos, surinameses, chineses, brasileiros, sul-asiáticos e outros (BRITTANICA, 2022a). Estimar as porcentagens da composição étnica é difícil por causa da grande proporção de migrantes, entretanto, pode-se dizer que a população creole gira em torno de 50%, caso os haitianos não sejam incluídos entre os creole (WIKIPEDIA, 2022c). No censo de 2018, 56,6% dos habitantes da Guiana Francesa haviam nascido na Guiana Francesa, 8,9%, na França, 2,8%, no Caribe francês, enquanto 31,5% nasceram em outros países (principalmente Suriname, Brasil e Haiti) (WIKIPEDIA, 2022b). Essa diversidade de origens, particularmente com um expressivo contingente de migrantes de outros países, sem, portanto, um compromisso com a identidade departamental guianense ou com a identidade nacional francesa dificulta a geração de Poder e Força, endógenos da região, por parte do Estado Nacional francês. Destaca-se, entretanto, que a França possui capacidades para essa geração, a partir da sua região metropolitana europeia.

A Guiana Francesa tem sido um receptáculo de migrantes desde os anos 1950 quando, após a retirada francesa do Vietnã, e a guerra subsequente, conduzida pelos Estados Unidos no país asiático, a França ajudou na realocação de centenas de refugiados do Laos (WIKIPEDIA, 2022c). Nos anos 1980, mais de 10.000 (dez mil) surinameses, em sua maioria maroons, buscaram refúgio na Guiana Francesa, fugindo da Guerra Civil no Suriname (BRITANNICA,

2022a). Nos anos recentes, a Guiana Francesa recebeu um crescente número de refugiados sírios, tentando escapar, também, da Guerra Civil.

Porém, mais recentemente, a Guiana Francesa tem recebido um grande número de brasileiros, que podem ser caracterizados como imigrantes econômicos. Garimpeiros brasileiros têm promovido o garimpo ilegal, o que é considerado pelas autoridades francesas como ecologicamente destrutivo e um problema crônico no interior da Floresta Equatorial da Guiana Francesa (WIKIPEDIA, 2022b).

Destaca-se que para todos estes migrantes, o status da Guiana Francesa como território francês cria uma porta de entrada para a Europa. Muitos desses migrantes, particularmente nos últimos anos, visualizam na Guiana Francesa uma possibilidade de receber proventos em Euro, bem como se beneficiar das condições de saúde e seguridade social oferecidos no território francês ultramarino, uma vez que o serviço de seguridade social da França é usado na Guiana Francesa. Ele fornece pagamentos por acidentes, desemprego e maternidade, bem como pensão familiar e aposentadoria, deficiências, etc. As condições do sistema de saúde, em geral, são boas (BRITANNICA, 2022a). A região, então, devido às migrações, se depara com problemas como uma infraestrutura insuficiente, em condições muito inferiores às da França, alto custo de vida, altos níveis de crime e um grande número de protestos (WIKIPEDIA, 2022c). Toda essa instabilidade social atrai as atenções do Estado Francês para os problemas amazônicos brasileiros, porque passam a repercutir e se espriar, com os migrantes brasileiros, para dentro do seu território.

2.3.1.2 Instituições Sociais:

Cabe citar que a principal religião é o Cristianismo, principalmente o Catolicismo Romano, cultuado por mais de quatro quintos da população (BRITANNICA, 2022a). A existência de uma maioria cultuando o mesmo credo serve de fator de coesão social e contribui para a geração de Poder e Força.

As principais línguas faladas são o Francês, que é a língua oficial, o crioulo guianense francês e diversas línguas indígenas, incluindo: Wayampi, Carib, and Emerillon; além das línguas faladas pelas comunidades de migrantes (BRITANNICA, 2022a). Mais uma vez, a presença dos migrantes serve como um fator para reduzir a coesão social, uma vez que acrescenta outras línguas ao escopo cultural da população franco-guiana, dificultando a geração de Poder e Força.

Porém, como um reflexo da participação da Guiana Francesa no Estado Nacional Francês, a estrutura educacional é bastante organizada. A educação é obrigatória entre as idades de 6 e 16 anos. Quase todas as crianças dentro desta faixa de idade frequentam a escola. Existem colégios particulares e faculdades para treinar os professores. A Educação Universitária está disponível nos Campus da Universidade das Antilhas e da Guiana, em Caiena e Kourou, bem como na França e nas Antilhas Francesas. Os bons níveis de educação são um fator que contribui para a geração de Poder e Força, entretanto, são um atrativo para os migrantes.

2.3.1.3 Ambiente

2.3.1.3.1 Sociosfera

As taxas demográficas são típicas de um país em desenvolvimento. A taxa de natalidade permanece alta, o que somado às altas expectativas de vida, proporcionadas pela seguridade social francesa – a média é de 76 anos para os homens e 83 anos para mulheres (BRITANNICA,

2022a) e as chegadas de novos migrantes, tem mantido um crescimento populacional acima de 2% ao ano (WIKIPEDIA, 2022b). O crescimento populacional pode permitir uma expansão da população para o Sul, o que, a longo prazo, pode ampliar a capacidade de geração de poder e força na fronteira com o Brasil.

A mídia é livre de controle direto do governo, mas subsídios e o licenciamento induz considerável autocontrole. O principal jornal impresso é o *La Presse de Guyane*, publicado em Caiena (BRITANNICA, 2022a). A independência da mídia contribui para o processo de fortalecimento das instituições, entretanto, a existência de poucos veículos de imprensa dificulta a formação de massa crítica para o engajamento na solução dos problemas do território, o que, também a longo prazo, reduz a capacidade de geração de Poder e Força.

Some-se aos fatos anteriores uma tradição de existência de protestos populares, por melhores condições de vida, como a violência nas ruas transcorridas nos anos 90 (BBC, 2018) e o ocorrido em março de 2017. Nesse último, um coletivo de pessoas vestidas de preto e mascaradas, que se autodenominavam "os 500 irmãos", protestaram contra o crime e a delinquência, realizando bloqueio de ruas e ocupando a estação espacial da Guiana, atrasando o lançamento de um foguete (BBC, 2017). Os pleitos do movimento estão diretamente relacionados com a ampliação da população de migrantes, muitos dos quais, oriundos de regiões em que a delinquência é uma rotina, como o Haiti, ou diretamente envolvidos com atividades ilegais, como os garimpeiros brasileiros, o que acaba por ampliar os índices de criminalidade. A atenção do governo francês aos efeitos que essas migrações têm causado pode provocar ações por parte do país europeu, por meio do seu Poder Nacional, a fim de mitigá-las, particularmente na fronteira com o Brasil.

2.3.1.3.2 Biosfera

A Guiana Francesa possui uma densidade demográfica muito baixa, com apenas 3,5 habitantes por quilômetro quadrado. Sua população é menor do que 0,5% da população da França Metropolitana. Metade dos seus 294.436 habitantes vivem na área metropolitana de Caiena, sua capital, e a maioria da população vive ao longo da costa, ao Norte (BRITANNICA, 2022a). 98,9% do território da Guiana Francesa é coberto por florestas, sendo uma grande parte, de floresta equatorial, principalmente ao Centro e ao Sul. O Parque Amazônico da Guiana, que é o maior parque nacional da União Europeia, cobre 41% do território da Guiana Francesa (WIKIPEDIA, 2022b). Essas características apontam para um vasto anecúmeno, que se estende do fim da populosa área costeira para o Sul, até a fronteira com o Brasil. Tal disposição demográfica dificulta sobremaneira a geração de Poder e Força, especialmente na fronteira com o Brasil, mesmo para um Estado desenvolvido, como é o caso da França.

2.4 EXPRESSÃO MILITAR

Realizando uma abordagem centrada na Expressão Militar e seguindo a metodologia da ESG, a Guiana Francesa possui uma característica ímpar na América do Sul: Guiana Francesa é a França. Ela faz fronteira ao norte do Brasil com o estado do Amapá. É a única faixa territorial do Brasil que tangencia com a França e, conseqüentemente, com a União Europeia. Dessa forma, percebe-se este posicionamento estratégico para o Brasil.

2.4.1 Recursos Humanos

Sobre os seus Recursos Humanos, embora a população da Guiana Francesa esteja orbitando por volta de 280 mil, falar sobre o efetivo das Forças Armadas Guianenses (FAG), que é cerca de 2 (dois) mil e 100 (cem) homens, significa não entender os dados no seu real conceito. Esse número é apenas uma parcela de um contingente muito mais amplo, pois, na verdade, conta com a totalidade das Forças Armadas da França, que gira em torno de 265 (duzentos e sessenta e cinco) mil militares na ativa, bem como 70 (setenta) mil mobilizáveis, na reserva. De fato, apenas esse dado, efetivo total das Forças Armadas da França, já tem capacidade de projetar poder sobre o entorno estratégico brasileiro. Considerando a qualidade dos seus recursos humanos, caracterizado pelas capacidades efetivas, traduzidas na forma com que a França prepara seus contingentes militares, o país europeu tem uma condição diferenciada de gerar força na região da fronteira norte do Brasil. Analisando, com mais detalhes, apenas o contingente militar da Guiana Francesa, segue abaixo, um quadro resumo das FAG, fruto da experiência de um Oficial de Ligação do Brasil junto ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Guianenses, conforme a Figura 4 abaixo:

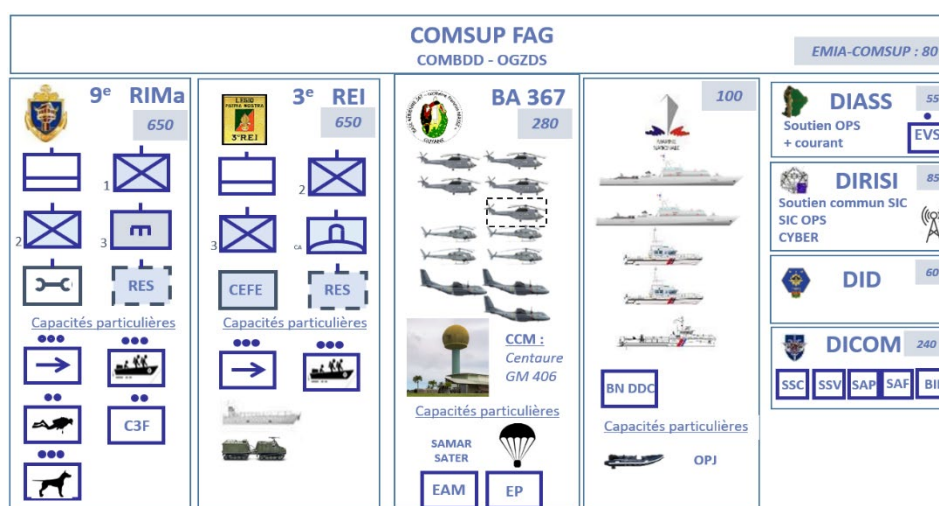


Figura 1– Quadro Resumo da FAG (figura elaborada pelos autores a partir de imagens obtidas na internet).

2.4.2 Instituições Militares

De acordo com o site Wikipédia, as instituições militares da França são baseadas no Exército de Terra, na Engenharia, na Marinha Nacional, no Exército do Ar e na Gendarmeria, que estão desdobradas em todo o mundo. Vale ressaltar que a França é um dos 5 (cinco) membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), com poder de veto, bem como integra a maior e mais poderosa aliança militar do mundo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de fazer parte da União Europeia (UE). (WIKIPÉDIA, 2022).

2.4.3 Doutrina Militar

No que concerne a Doutrina, a França segue a doutrina estabelecida pela OTAN, que busca uma interoperabilidade com os países aliados. De acordo com esse conceito, em meados de 2020, o Exército Francês emitiu um documento de estratégia, 'Superioridade Operacional 2030', que orienta para uma maior prontidão visando mitigar os riscos de conflito de alta intensidade (THE MILITARY BALANCE, 2022). Novamente, fazendo uso dos conhecimentos

do Oficial de Ligação do Brasil junto ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas da Guiana Francesa, segundo o Livro Branco de Defesa e Segurança Nacional da República Francesa, os primeiros objetivos da Estratégia de Defesa e Segurança da França consistem na proteção de seu território, na defesa de seus cidadãos, na preservação e na continuidade das funções essenciais do Estado. Assim, o trinômio Dissuasão, Intervenção e Proteção estruturam as ações das Forças Armadas.

2.4.4 Estrutura Militar e Comando e Controle

Atualmente, de acordo com o *The Military Balance*, a França está disposta na Bósnia, República Centro Africana, Chad, Líbano, Mali, Paquistão, Arábia Saudita, Costa do Marfim, Polinésia Francesa, Alemanha, Nigéria, Qatar, dentre outros países. Essa disposição possibilita uma presença estratégica da França, em operações, no mundo inteiro, com benefícios evidentes nas atualizações doutrinárias. Ainda, como reflexo desse desdobramento, a capacidade de Comando e Controle das Forças Armadas francesas é testada diuturnamente e o esforço para executar suas missões, conforme diretrizes centrais, é exercido em variados cenários (THE MILITARY BALANCE, 2022).

Para ressaltar a forma com que a França dispõe de seus efetivos nos países, a Figura 5 abaixo apresenta as posições em azul (tropas do 9º Regimento de Infantaria de Marinha) e as posições em verde (tropas do 3º Regimento Estrangeiro de Infantaria), que tem como área de responsabilidade a porção leste do território da Guiana, ou seja, a porção fronteiriça com o Brasil.

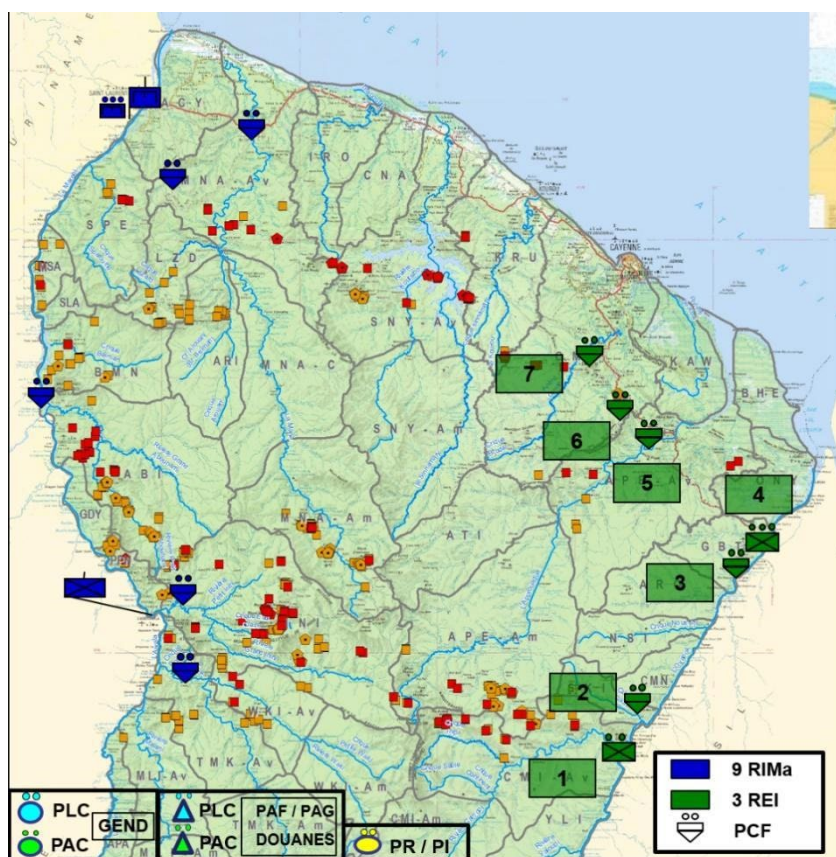


Figura 5 – Tropas da FAG na fronteira com o Brasil (figura elaborada pelos autores a partir de imagens obtidas na internet).

Ainda sobre esse aspecto, a integração das Forças Armadas da França está baseada na sua concepção doutrinária de ativação de estruturas conjuntas, como é o fato do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Guianenses. Fruto do relatório de missão no exterior, já mencionado, naquele território francês da Guiana, as Forças Armadas Francesas são estabelecidas na forma de um Comando Conjunto Permanente. Isso ocorre na maior parte dos territórios ultramar, bem como no emprego em operações no exterior. Tais aspectos agregam mais evidências de que, embora a fronteira da Guiana Francesa tenha a presença de poucas unidades de combate, sua estrutura militar apresenta grande capacidade para gerar força naquela região.

Particularmente na Guiana Francesa, as FAG executam três operações permanentes no território nacional em apoio às forças de segurança interiores (FSI) sendo elas: Luta contra o garimpo ilegal; Polícia de pesca ilegal; e Segurança do lançamento de foguetes (Op Titan).

Nesse sentido, todas as atividades de planejamento, condução, logística e comunicações das operações são realizadas de forma conjunta.

Agregando valor à estrutura militar da França, ressalta-se, ainda, a existência da Legião Estrangeira, que é uma tropa mercenária que integra soldados de infantaria altamente treinados, aberta a recrutamento estrangeiros, dispostos a servir nas Forças Armadas da França. (WIKIPÉDIA, 2022)

Ainda, conforme a publicação “*The Military Balance*” (2022):

“a França mantém forças implantadas globalmente que também estão envolvidas em operações duradouras. A Lei do Orçamento para 2019 a 25 estabeleceu aumentos do orçamento de defesa para apoiar seus objetivos estratégicos. A França desempenha um papel militar de liderança na UE, na OTAN e na ONU. Em 2018, Paris lançou a Iniciativa de Intervenção Europeia, à qual se juntaram 11 outros países europeus, destinada a fomentar uma cultura estratégica comum e desenvolver a capacidade de mobilização conjunta rápida em caso de crise. A França também está expandindo suas capacidades em domínios não tradicionais, tendo estabelecido um comando espacial, desenvolvido uma estratégia espacial e formalizado uma doutrina cibernética ofensiva. Os desdobramentos no exterior demonstraram a capacidade de apoiar as forças expedicionárias de forma independente. Em meados de 2020, o exército emitiu um documento de estratégia, 'Superioridade Operacional 2030', que pedia uma maior prontidão à luz do risco de conflito de alta intensidade. Alguns requisitos estratégicos de transporte aéreo militar dependem de aliados e contratados externos. A Lei do Orçamento procura remediar isso com um aumento do orçamento para manutenção e modernização acelerada de aeronaves multifuncionais de transporte de tanques e reabastecimento” (THE MILITARY BALANCE, 2022).

2.4.5 Capacidade Logística, Científica e Tecnológica

A França adota um modelo de organização no Ministério da Defesa em que separa as partes operacional, logística, defesa e administração. O setor operacional (Exército, Marinha e Aeronáutica) está ligado ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMA). A gestão da Base Logística de Defesa ocupa uma posição hierárquica do mesmo nível do CEMA, portanto, acima das Forças Armadas. O órgão responsável por essa gestão é a DGA – “*Délégué Général pour L’Armement*” (BRICK, 2014).

Segundo Brick (2014), a DGA tem como missão:

“a) Equipar as Forças Armadas (Gestora dos programas de aparelhamento, a DGA é responsável pela concepção, aquisição e avaliação dos sistemas para as FFAA. Sua ação cobre todo o ciclo de vida dos equipamentos). A DGA é o maior investidor do estado Francês. Administra 80 programas de armamentos e gera demandas de cerca de 6,4 bilhões de euros para a indústria de defesa francesa. b) Preparar o futuro (Imaginar os futuros possíveis, antecipar ameaças e riscos e preparar a capacitação industrial e tecnológica da BLD francesa). A DGA é a principal investidora em P&D para defesa na Europa, gerando contratos anuais de P&D da ordem de 700 milhões de euros para a BLD francesa. c) Promover a exportação de armamentos (Promover ativamente a exportação de produtos de defesa concebidos e produzidos pela BLD francesa). As exportações representam cerca de 1/3 do faturamento da indústria de defesa francesa. Em 2012 as encomendas do exterior montaram cerca de 5,2 bilhões de euros. Segundo o SIPRI, em 2010 a França foi a quarta maior exportadora de produtos de defesa, com um cerca de 8% do mercado (BRICK, 2014).

Vale a pena destacar a relativa dependência do Brasil, especificamente das suas Forças Armadas, com os materiais de emprego militar da França e outros produtos relacionados a Defesa e setores estratégicos, como é o caso do programa estratégico de desenvolvimento de submarino nuclear (PROSUB), dos helicópteros militares Cougar, dos satélites estacionários de defesa e telecomunicações, dentre outros. Ainda, o fato da França ser um dos poucos países a possuir o artefato nuclear para emprego militar a torna um ator internacional com destacado poder de dissuasão.

2.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

2.5.1 Fundamentos

Conforme Brasil Escola (2022a), Infoescola (2022a), Brasil (2022a) e Wikipedia (2022b, 2022c, 2022d), temos as seguintes informações:

2.5.1.1 Recursos Humanos

Em linhas gerais, pode-se dizer que a população da Guiana Francesa possui uma educação básica e profissional compatível com as capacidades do Departamento Ultramarino. Entretanto, para se conseguir uma qualificação superior ou de pós-graduação de qualidade, especialmente em áreas tecnológicas, o que é restrito a classes mais abastadas, o estudo é realizado em instituições da França Metropolitana. Mais detalhes podem ser vistos no item 2.5.2.1.

2.5.1.2 Recursos Naturais e Materiais

As principais atividades econômicas desenvolvidas no território são o extrativismo animal, por meio da pesca, e o extrativismo mineral. Na fauna da Guiana Francesa é possível encontrar enormes variedades de peixes, aves, répteis, insetos e mamíferos.

2.5.1.3 Instituições Científicas e Tecnológicas

A principal e única instituição de ensino superior pública (WIKIPEDIA, 2022d) na Guiana Francesa é a Université de Guyane (Universidade da Guiana Francesa). Foi criada em 2014 a partir de dois campos existentes da Universidade das Índias Ocidentais Francesas e da Guiana. Um conflito sobre o financiamento da Guiana Francesa em relação aos estudantes das Índias Ocidentais levou a uma greve, paralisando a universidade por mais de um mês durante o ano acadêmico de 2013-2014, com professores, funcionários e estudantes pedindo independência. Um acordo para pôr fim ao conflito foi assinado em 11 de novembro de 2013,

com a nova Universidade da Guiana Francesa sendo criada por decreto publicado em 30 de julho de 2014. A Universidade possui formação superior em Literatura moderna, línguas, ciências humanas e sociais, biologia, bioquímica, meio ambiente, tecnologia, saúde, economia e gestão e direito (*UNIVERSITÉ DE GUYANE*, 2022).

2.5.2 Fatores

2.5.2.1 Educação e Formação Profissional

Por ser um território francês, a Guiana Francesa está integrada ao sistema de Educação e Formação Profissional público de sua metrópole. São disponíveis: a) Aulas Preparatórias para as Grandes Escolas (CPGE) que são cursos superiores seletivos e exigentes. Eles geralmente são alojados em escolas de ensino médio. Comumente chamadas de "*classes prépas*" ou "*prepas*" (preparatórias) e em sua maioria públicas, selecionam alunos do ensino médio em classes terminais com base em sua inscrição e preparam os alunos em um a três anos para exames de admissão em Universidades que possuem escolas normais, escolas de negócios, escolas de engenharia e escolas de veterinária, em particular. O Ministério da Educação Nacional definiu pelo decreto de 23 de novembro de 1994, três categorias de aulas preparatórias: literária, científica, econômica e comercial; b) Seção de Técnicos Superiores (STS) que é o ensino técnico francês de ensino superior que se prepara em dois anos para a patente de técnico superior (BTS). Em 2020, as seções de técnico superior acolheram cerca de 262.000 alunos, 35% dos quais provenientes do bacharelado profissional; e c) Instituto Universitário de Tecnologia (IUT) que é um componente de uma universidade pública que oferece ensino superior inicial e contínuo destinado a preparar para funções técnicas e profissionais em determinados setores de produção, pesquisa aplicada e serviços, dos quais com bacharelado profissional ou tecnológico. O principal objetivo dos estudos no IUT é a obtenção de um diploma nacional correspondente a competências teóricas e práticas, metodológicas, permitindo a continuação dos estudos ou a rápida integração profissional, na maioria das vezes após um ano de licença profissional. Os cursos são ministrados por profissionais atuantes, bem como por professores e professores-pesquisadores. Há também aulas preparatórias para escolas superiores de arte, incluindo o Conservatório Nacional de Música e Dança de Paris, o Conservatório Nacional Superior de Música e Dança de Lyon e o Conservatório Nacional Superior de Arte Dramática, cujas inscrições em concursos são seletivas que estão sob responsabilidade do Ministério da Cultura. Na Guiana Francesa, conforme dados da OCDE (2014), a proporção de pessoas de 25 a 34 anos que são graduados no ensino superior não é superior a 19%, enquanto que em *Île-de-France*, região de Paris, chega a 55%. Conforme o Governo Francês (FRANÇA, 2014), dos 2.248 jovens que obtiveram o bacharelado geral, tecnológico ou profissional na Guiana Francesa em 2012, 64% se matricularam desde o início do ano letivo seguinte no ensino superior (excluindo a formação em contexto de trabalho). A universidade continua a ser o curso preferido para os titulares de bacharelado geral, com três em cada cinco optando por se matricular na universidade. No ano letivo de 2013, 14% dos titulares de bacharelado geral optaram por cursos profissionais de curta duração (IUT, STS). Os titulares de bacharelado tecnológico têm a mesma probabilidade de se matricular nas disciplinas gerais da universidade (35%) como nos cursos profissionalizantes de curta duração (28% em STS e 8% em IUT). No início do ano letivo de 2013, tantos titulares de bacharelado vocacional matriculados na universidade (17%) como em STS (16%). As inscrições na universidade de bacharelado profissional são duas vezes mais altas na academia do que no nível nacional. Entre os titulares de bacharelado de 2013 que continuaram na universidade, STS ou CPGE no setor público, quase dois terços optaram por permanecer na academia para iniciar o ensino superior.

Para as áreas tecnológicas, uma pequena parcela de sua população consegue cursar na França Metropolitana ou imigrantes, que já possuem essa formação, se integram.

2.5.2.2 Comunicação

a) Telecomunicações: Conforme os sites Teleco (2018) e Wikipedia (2022h), a Guiana Francesa faz parte da França e é atendida pelas operadoras francesas. As telecomunicações incluem rádio, televisão, telefones fixos e móveis e a Internet;

b) Transporte: O sistema de transporte na Guiana Francesa é deficiente em relação à França Metropolitana, concentrando-se na zona costeira do território, enquanto os municípios do interior são pouco conectados e muitas vezes de difícil acesso. A Guiana Francesa possui cerca de 2.200 km de estradas, que se dividem em: a) Estradas nacionais (440 km), que ligam as principais cidades litorâneas, formando um corredor que atravessa a faixa litorânea da fronteira com o Suriname e do Brasil. O transporte nas estradas nacionais é restrito durante a estação chuvosa. Após um tratado entre a França e o Brasil assinado em julho de 2005, a Ponte do Rio Oyapock foi construída e inaugurada em 2017, tornando-se a primeira travessia terrestre entre a Guiana Francesa e o resto do mundo; b) Estradas departamentais (408 km), subdivididas em estradas departamentais urbanas e rurais (estradas rurais), que servem as Aldeias Litorâneas, 90% das quais sem iluminação; c) Estradas comunitárias ou trilhas florestais (1,311 km), a maioria das quais fechadas ao tráfego comum e reservadas a pessoal autorizado (funcionários de empresas de mineração ou madeireiras autorizadas, guardas florestais. Além da malha viária, a Guiana Francesa também possui: a) um pequeno trecho ferroviário no Centro Espacial, utilizado para o transporte de componentes; b) O transporte por barco, bastante difundido. Entre os portos mais importantes está o porto de *Dégrad-Des-Cannes*, localizado na foz do rio *Mahury*, na comuna de *Rémire-Montjoly*, por onde a maior parte das mercadorias importadas ou exportadas passam as mercadorias do território e onde está alojado o destacamento local da *Marine Nationale*, e o porto de *Larivot*, situado em *Matoury*, onde se concentra a frota pesqueira da Guiana. O porto de *Pariacabo* em *Kourou* abriga os navios *Colibri* e *Tucano*, que transportam componentes para mísseis *Ariane*. Os rios interiores são fortemente atravessados por canoas e outros pequenos barcos, ligando as aldeias dos rios *Marowijne*, *Oyapock* e *Approuague*, que muitas vezes não podem ser alcançadas de outra forma. O lago criado pela barragem de *Petit-Saut* também é frequentemente atravessado, embora seja oficialmente proibido atravessar o corpo de água. No departamento, 460 km de ambiente aquático são considerados navegáveis; e c) Transporte aeroviário pelo Aeroporto Cayenne – Félix Eboué, localizado em *Matoury*. Existem também várias pistas no departamento, localizadas em *Camopi*, *Maripasoula*, *Ouanary*, *Saint-Georges-de-l'Oyapock*, *Saint-Laurent-du-Maroni* e *Saül*, num total de onze hubs (quatro pavimentados e sete não pavimentados); e

c) Matriz Energética: a Guiana Francesa conta com a barragem hidrelétrica de *Petit-Saut*, localizada ao Norte, que forma um lago artificial e fornece energia hidrelétrica. O Grupo francês Albioma opera duas usinas fotovoltaicas, *Matoury* e *Kourou*. A maior delas está em *Kourou*, com 156.000 módulos fotovoltaicos instalados no solo, possui capacidade instalada de 12 MWp e pode produzir até 10% da energia elétrica da Guiana Francesa (ALBIOMA, 2022). A empresa HDF (*Hydrogène de France*) anunciou o lançamento pioneiro a nível mundial na história da energia renovável com a criação de seu projeto CEOG (Usina Elétrica do Oeste da Guiana Francesa). O projeto que faz uso da solução *Renewstable*® da HDF irá fornecer 100% de energia limpa, acessível e confiável 24 h/dia, 7 dias/semana - sem flutuações e com custos reduzidos - a uma área de mais de 10.000 residências envolvida com problemas de fornecimento

de energia. A HDF é o primeiro produtor mundial com fornecimento constante de eletricidade baseado em energias intermitentes, utilizando a solução *Renewstable*® que combina uma instalação solar de 55 MW com a maior solução de armazenamento de energia renovável do mundo para fornecer de modo inovador 140 MWh, baseada em hidrogênio. Esta é suportada por meio do armazenamento secundário na forma de baterias. Em 2021, a empresa SNEF colocou em operação comercial a termelétrica de biomassa Abiodis, localizada no município de *Saint Georges de l'Oyapock*, na Guiana Francesa. A usina se conecta à rede elétrica isolada da empresa francesa EDF (*Électricité de France*). Este é um marco para a região, pois *Saint Georges de l'Oyapock* se torna o primeiro município francês a ser 100% abastecido por energias renováveis (SNEF BRASIL, 2021).

2.5.2.3 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Na Universidade da Guiana Francesa se destacam os seguintes cursos de pós-graduação: Mestrado em Ecologia de Florestas Tropicais, Mestrado em Direito, Mestrado em Economia (Engenharia Bancária e Financeira, Engenharia Bancária e Financeira, Contabilidade e Finanças Empresariais, Contabilidade e Finanças Empresariais, Gestão e Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, Gestão e Financiamento do Desenvolvimento Sustentável), Mestrado em Energia, Mestrado em Gestão e Administração de Empresas, Mestrado em Educação e Línguas (Inglês, MEEF, Conselheiro de Educação Sênior, Formação de Formadores e Análise de Práticas (FFAP), Engenharia de Comunicação e Mediação Científica (ICMS), Mestre MEEF Letras Modernas, Matemática, Prática e Engenharia da Educação, Trabalho e Ação Social (PIETAS), Sociedades e Interculturalidade, Sociedades e Interculturalidade.

2.5.2.4 Dinâmica Produtiva

A economia da Guiana Francesa é baseada principalmente na pesca e na extração mineral, principalmente aurífera. O departamento registra notável imigração ilegal, principalmente de brasileiros, haitianos e surinameses, atraídos pela possibilidade de obter renda em euros. Na segunda metade do século XX, a Guiana Francesa desenvolveu uma economia florescente, estimulada pela atividade no centro espacial de Kourou, conhecida por hospedar a base de lançamento de foguetes e satélites da Agência Espacial Europeia (ESA). O aluguel da base de lançamento rende dividendos à administração local. O Centro Espacial de Kourou, construído a partir de 1968 pela Agência Espacial Europeia, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento econômico da Guiana Francesa, não só por gerar empregos, mas também por introduzir tecnologia de ponta e informática à região. O sistema de transportes concentra-se no litoral. O programa denominado *Plan Vert* (Plano Verde) objetiva desenvolver a agricultura, a pecuária e a exploração florestal, e se baseia na imigração de colonos franceses. A pesca, principalmente de camarões, cresceu a partir de meados do século XX. As exportações incluem açúcar, mandioca, coco, banana, rum e madeira. A Guiana Francesa explora seus recursos minerais, sobretudo ouro e bauxita.

2.5.2.5 Infraestrutura Científica e Tecnológica

Conforme as fontes OCDE (2014), França (2014), Wikipedia, 2022d e 2022e) e Université de Guyane (2022), a Infraestrutura Científica e Tecnológica na Guiana Francesa é muito limitada e depende de investimentos públicos e privados de entidades da França Metropolitana. Além disso, há o interesse dos países vizinhos como o Brasil e firmar acordos de parceria com a França para a região.

2.5.2.6 Biodiversidade

A flora é característica da floresta tropical, quer dizer, extremamente diversificada e densa (como acontece no Brasil). A maior parte do departamento (mais de 90% da superfície) está coberta por uma floresta tropical densa que fica ainda mais impenetrável na proximidade dos rios. Calcula-se que existam na floresta equatorial mais de 60.000 espécies de árvores (algumas delas centenárias, como o ébano), com alturas que podem ultrapassar os 80 m. Os manguezais cobrem grande parte do litoral e, por tratar-se de um ecossistema extremamente frágil, o ecoturismo tem se desenvolvido lenta e planejadamente na região costeira. Existem quatro tipos diferentes de manguezais no departamento, dentre os quais o vermelho e o branco. Atrás do mangue, a planície litorânea alberga a palmeira tucum, seus frutos permitem a elaboração de caldo tradicionalmente consumido na época do Natal. Na fauna da Guiana Francesa é possível encontrar enormes variedades de peixes, aves, répteis, insetos e mamíferos, dentre os quais podemos destacar a onça-pintada, araras e papagaios, serpentes, antas, tatus, jacarés e macacos.

2.5.2.7 Diversidade Mineral

Por fazer parte do Planalto das Guianas, encontram-se muito ouro e bauxita, e outros minerais de grande valor econômico na Guiana Francesa. Além disso, com a possibilidade da existência de petróleo em seu território.

2.5.2.8 Proteção Ambiental

A partir de 2007, a floresta amazônica, localizada na parte mais remota do departamento, é protegida como Parque Amazônico da Guiana, um dos dez parques nacionais da França. O território do parque cobre cerca de 33.900 km² sobre as comunas de *Camopi*, *Maripasoula*, *Papaïchton*, *Saint-Élie* e *Saül*.

2.5.2.9 Inovação Tecnológica

A inovação tecnológica do Departamento Ultramarino depende de investimentos de entidades públicas e privadas da França Metropolitana e acordos de parceria de outros países com a França para a região.

2.6 CONCLUSÃO PARCIAL DA GUIANA FRANCESA

Fruto de todo o exposto, analisando politicamente o território da Guiana Francesa, percebe-se pouca ou nenhuma expressividade política. Também não aparenta ter poder suficiente junto à França para que suas demandas sejam atendidas, o que, de certa forma, tem gerado movimentos sociais de cunho político com intenções antagônicas às da metrópole, como por exemplo, maior autonomia ou maior apoio da França da região. Este aspecto evidencia, de fato, a ausência de uma sociedade civil organizada, que tenha uma agenda claramente definida, e reforça o domínio francês sobre a região.

Por outro lado, existe um claro interesse da França na manutenção do *status quo* desse território ultramar no continente Sul Americano, expressado na sua constituição. Logo, é lícito afirmar que a Guiana Francesa é um representante local da França na América do Sul, o que lhe confere uma projeção política muito expressiva. Nesse raciocínio, o território se presta a atuar como pivô da França, agregando ao componente geopolítico interesses específicos como o domínio do espaço aéreo e o controle de recursos minerais. Não menos importante é a preservação ambiental e a rica biodiversidade, que servem de igual maneira aos interesses franceses, uma vez

que o tema de desenvolvimento sustentável é pauta recorrente nos foros internacionais e a posição francesa na Guiana lhe confere poder de barganha nestes organismos.

Assim sendo, pode-se inferir politicamente, que a capacidade de geração de poder da Guiana Francesa reflete as capacidades políticas e diplomáticas da França na região, conferindo-lhe uma geração de força significativa.

No que tange a sua expressão econômica, o centro de lançamento espacial presente na Guiana Francesa projeta muita capacidade de gerar força para o governo francês, pois lança ao espaço engenhos franceses e de outros países. Nesse sentido, concorre com o Centro Espacial de Alcântara, no Brasil, acirrando uma disputa por protagonismo na região, o que indica que o Brasil deve estabelecer estratégias eficientes para não perder essa capacidade.

Já sobre a expressão psicossocial, conclui-se, parcialmente, que a sociedade da Guiana Francesa, devido aos seus fatores demográficos, ainda tem pouca capacidade, no curto prazo, de gerar poder e força em todas as partes daquele território, mais especificamente na fronteira com o Brasil.

O percentual de imigrantes que lá se erradicaram dificulta a coesão social, porque acrescenta ao território culturas distintas da já existente na região. Dentre esses imigrantes, destacam-se aqueles atraídos por condicionantes oferecidas pelo Estado Nacional francês, como a seguridade social e a possibilidade de uma porta de entrada para a União Europeia. Completando esse quadro, também são extremamente relevantes aqueles imigrantes que se direcionam para atividades criminosas, como a delinquência e o crime nas cidades, bem como o garimpo ilegal, sendo que, nesse último, estão incluídos os brasileiros.

As taxas de criminalidade e delinquência, por serem muito díspares das praticadas na França Continental, têm sido motivos de protestos que desestabilizam o território, incluindo, recentemente, a paralisação do lançamento de um foguete. Fatos como esses despertam a atenção do Estado Nacional Francês para uma necessidade de reavaliar sua postura institucional na Guiana Francesa, o que implica em destinar mais recursos para o território, aumentando a capacidade de geração de força no entorno estratégico brasileiro. Nesse sentido, a ação de garimpeiros brasileiros agindo ilegalmente pode afetar a coesão social da Guiana Francesa, podendo gerar uma crise que conduza a ações em que haja o emprego do Poder Nacional do Estado Francês, a princípio, diplomática e informacionalmente, podendo evoluir para um emprego de meios militares, dependendo da percepção de sua gravidade. Esse cenário prospectivo colocaria o Brasil numa situação desconfortável para definir uma postura no cenário internacional.

Fruto do estudo de aspectos relacionados à expressão militar da Guiana Francesa, que é apenas um departamento ultramarino da França, e por isso tido como a própria França, no que concerne aos seus Recursos Humanos, observa-se o pequeno efetivo militar das FAG na Guiana Francesa. De fato, as FAG apresentam tímidas condições de preservar a integridade territorial, parecendo servir apenas como uma tropa de “Pronta Resposta” para uma defesa inicial e como sensor permanente das Forças Armadas da França no continente sul-americano. O Segundo Escalão, que seria o restante dos recursos humanos, composto pelo restante do efetivo de suas Forças Armadas, na maioria desdobrado no continente europeu e as Forças aliadas que a França pode ativar junto à OTAN e EU, impõem, naturalmente, um ambiente de dissuasão permanente aos países em que estabelece relações internacionais e com aqueles com quem compartilha fronteiras, como é o caso do Brasil.

Seguindo o mesmo alinhamento conceitual, o diagnóstico sobre as Instituições Militares da França, sobre seus parceiros estratégicos, sua cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, a existência de tropas mercenárias da Legião Francesa a seu comando e sua base doutrinária, projetam a França como um dos grandes “players” do tabuleiro das Relações Internacionais. Nesse sentido, a França já detém um perfil dissuasório antes de iniciar qualquer conflito que venha a participar, podendo impor uma expressiva geração de força na fronteira brasileira, motivo pelo qual o Brasil deve conceber estratégias cuidadosas para manter o equilíbrio dessa relação a seu favor.

É lícito perceber que a sua relevância na expressão militar projetada, de forma pragmática, capacidade de geração de força no entorno estratégico do Brasil, também por meio dos interesses das relações da Guiana Francesa, motivando o Brasil a conceber ações políticas e diplomáticas para mitigar esse desequilíbrio de poder no seu entorno estratégico. A sua doutrina de emprego, junto com os países da OTAN, e mesmo em um cenário singular, sem a ativação de coalizão ou composição de Forças Multinacionais, permite à França ter muita habilidade na condução de operações militares, reforçando sua grande capacidade de gerar força no entorno estratégico do Brasil.

A França apresenta destacada robustez na sua Estrutura Militar, tendo capacidade de operar em diversos locais no mundo, seja de forma singular ou compondo alianças e/ou coalizões, dentro de uma composição conjunta e/ou combinada. Ela é uma protagonista relevante em termos de capacidades logísticas, científica e tecnológica. Esse aspecto é potencializado na medida em que parcela significativa dos materiais de emprego militar brasileiro, com projeção estratégica, são de fabricação francesa. Esse cenário projeta a França com uma capacidade muito grande de gerar força em qualquer parte do território mundial, bem como lhe permite controlar, de certa forma, a capacidade que o Brasil tem de gerar de força, pois uma diminuição ou interrupção desse fluxo logístico e tecnológico é uma grande vulnerabilidade para o Brasil.

Considerando a expressão científica e tecnológica, pode-se afirmar que o Departamento Ultramarino e Região da Guiana, Guiana Francesa, possui riquezas minerais e biodiversidade de grande interesse para Indústrias Tecnológicas de alto valor agregado, o que representa uma capacidade para geração de poder e de força para o Departamento Ultramarino. Entretanto, a Guiana Francesa possui ainda uma limitada infraestrutura educacional e científica tecnológica de ponta na região, podendo, entretanto, com a atuação do Governo Francês, aproveitar a alta capacidade de P&D da França, em caso de necessidade. Dessa forma, uma ampliação da conexão de sua infraestrutura educacional e científica tecnológica à da França poderia representar, no futuro, uma capacidade para geração de poder e de força para o Departamento Ultramarino.

Além disso, a Guiana Francesa possui uma infraestrutura de comunicações (telecomunicações, transportes e matriz energética) desenvolvida de forma compatível com a geografia e com a distribuição populacional atual, embora dependente de empresas da França Metropolitana, podendo ser considerada como uma capacidade para geração de poder e força.

Embora a França seja um país europeu, ela possui relações bilaterais com o Brasil, que podem ser ampliadas para a região da Guiana Francesa, de forma que permita ao Brasil estabelecer parceria para, por intermédio de suas Instituições de Ensino e P&D, bem como sua Indústria de Defesa, Energia, Telecomunicações e Transportes, participar no esforço de extração e transformação das riquezas existentes e intercâmbio educacional, o que deve contribuir para a estabilidade nas relações com a França e com este vizinho.

Por fim, a constatação de sua relevância em todas as expressões no Poder Nacional da Guiana Francesa (França) projeta, de forma pragmática, a grande capacidade de geração de força no entorno estratégico do Brasil, com mais legitimidade no Arco Amazônico, por meio dos interesses da Guiana Francesa, motivando o Brasil a estabelecer ações políticas e estratégicas para mitigar esse desequilíbrio de poder no seu entorno estratégico.

3 ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL NO SURINAME

3.1 EXPRESSÃO POLÍTICA

3.1.1 Fatores

3.1.1.1 Povo

O Suriname é um país que conta com aproximadamente 632.638 habitantes e detém uma grande diversidade étnica. Apesar da colonização europeia, sobretudo de origem holandesa, os Hindustanis, originários da Índia, Paquistão e região, somam 27,4% da população. Este grupo foi parte da grande migração regional ocorrida em função da abolição da escravatura ocorrida na metade do século XIX e conformam o maior grupo étnico no país. Seguindo, com 21,7% estão os *Maroons*, descendentes de escravos que fugiram e formaram comunidades tribais no interior do país. Logo após seguem dois grupos com representatividade similar, os afrodescendentes, filhos de escravos libertos, com 15,7% e os Javaneses, originários principalmente da Indonésia, com 13,7%. Por fim, 13,4% são considerados mistos e todas as demais etnias, incluindo os povos indígenas originais da região, constituem 8,2% (MENKEE CHIN, 2021).

Esta mescla étnica também consagra um caldeirão de denominações religiosas, com 23,6% de protestantes (de variadas vertentes), 22,3% de hindus, 21,6% de católicos apostólicos, 13,8% de muçulmanos e 18,7% de outras minorias somadas (The World Factbook, 2021). Ao redor de 350.000 descendentes de surinameses vivem na Holanda, fruto da emigração ocorrida em meados do século XIX sobretudo os de famílias mais bem educadas, mas após a Segunda Guerra a demanda por mão-de-obra na Europa abriu as portas para todos os extratos da população (The World Factbook, 2021). A facilidade de entrada ilegal no país e a migração de regionais tem sido o motor de uma lenta latinização do país. Nesta seara, cabe ressaltar que uma quantidade considerável de brasileiros também se dirigiu ao país, em especial na busca pela extração de ouro na metade dos anos 80, assim como na capital Paramaribo, local que abriga aproximadamente 38% da população. O restante, concentra-se também na região litorânea, com o interior esparsamente povoado.

3.1.1.2 Território

O Suriname é o menor país da América do Sul, com uma área de 163.820 km². É banhado ao norte pelo oceano Atlântico em 386 km de costa. À oeste faz divisa com a Guiana, a leste com a Guiana Francesa e ao sul com o Brasil. Seu relevo é predominantemente plano no litoral com grandes regiões alagadas e pantanosas, colinas de mediana elevação ao centro e sul. Boa parte do território está coberto por floresta tropical, um dos fatores contribuintes para a baixa densidade populacional, enquanto na região sul, nas imediações da fronteira com o Brasil, predomina a savana (The World Factbook, 2021). Possui disputas territoriais com a Guiana e com a Guiana Francesa. Com o primeiro, reivindica uma área de 15.600 km² no sudoeste, na região conhecida do triângulo do rio Novo, na qual a Guiana possui soberania reconhecida. Com o segundo, reivindica uma área de 13.000 km² na fronteira sudeste, numa região demarcada pelos rios Litani e Maroni, na qual a Guiana possui soberania reconhecida. Em 2007, uma terceira zona disputada teve a questão dirimida por uma decisão da Corte Internacional de Justiça que concedeu soberania

sobre 33.152 km² à Guiana e 17.871 km² ao Suriname, na fronteira do mar territorial de ambos os países. A decisão foi acolhida pelo país.

3.1.1.3 Instituições Políticas

O Suriname é uma república presidencialista com 3 poderes constituídos, sob um regime constitucional cujo documento foi promulgado em 1987. O Executivo é chefiado por um Presidente, que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O país teve a mais tardia independência do continente sul-americano, em 1975, mas desde o fim da Segunda Guerra o colonizador holandês começou a permitir flexibilizações, sobretudo os partidos políticos e o sufrágio universal estabelecido em 1948. A Holanda continua sendo um forte influenciador do país, sobretudo na área econômica e nos laços migratórios ocorridos em de/para este país. O idioma holandês, falado na maior parte do país, também é uma herança dos tempos de colônia. A forte influência étnica e os diversos golpes de estado e tomadas de poder por via não democráticas marcaram as instituições políticas do país, especialmente o legislativo e o executivo, poderes que emanam dos partidos políticos. Recentemente a população mais jovem, que começa a sobressair em termos numéricos tem se voltado para um viés político de intersecção étnica, reduzindo a força deste fenômeno na política nacional.

3.1.2 Fundamentos

3.1.2.1 Situação Geopolítica

O Suriname foi o último país a se tornar independente na América do Sul, atingindo este status em 1975. Logo após em 1980 o país voltou quebrar o regime democrático até 1987 e em seguida foi governado pelo mesmo grupo político em 2010. Assim há de se convir que embora o país tenha traços e organismos democráticos, suas instituições carecem de um amadurecimento e fortalecimento. Além da colonização, o país segue sofrendo grande influência da Holanda, em especial pelos laços consanguíneos de migrações de um para o outro, mas também pela grande ajuda externa que o antigo colonizador lhe proporciona. O país possui um plano de desenvolvimento nacional, o que lhe dá uma aparente organização e direcionamento político. Todavia, ao se observar em maiores detalhes tal plano, se observa que se aproxima mais de uma estratégia de governo do que de uma política de Estado. O próprio lapso temporal, de 5 anos, corrobora este aspecto, pois cada novo governo reedita o plano a seu bel prazer. Outros problemas de cunho geopolítico são crônicos e persistentes, e se intensificaram na virada do século. Desigualdades sociais e econômicas, mesmo tendo recebido vastas somas de dinheiro em ajuda externa, além uma vasta economia criminosa transnacional incluindo o tráfico de drogas e o contrabando de ouro. Desta feita, por seus graves problemas internos, instabilidade política e grande dependência externa o Suriname não representa um player com grandes capacidades no cenário geopolítico regional ou mundial.

3.1.2.2 Condicionamentos Históricos

Povos nativos originários resistiram às conquistas estrangeiras, seja de espanhóis, holandeses, britânicos e franceses, desde o avistamento do Suriname por Cristóvão Colombo em 1498 até a primeira metade do século XVII. Em 1667 a Holanda conquistou a região dos poucos colonos britânicos que ali se instalaram e permaneceu como império dominante até sua independência em 1975, exceto por breves períodos. Holandeses expulsos do Brasil instalaram-se no país que se tornou uma próspera colônia de exploração agrícola. Até meados do século XIX escravos africanos constituíam grande parte da população, sendo substituídos pelos grupos de

indianos e asiáticos já nominados após a abolição da escravatura. Estes grupos formam hoje a raiz étnica da população com reflexos na política, dada a constituição de partidos políticos com esta base racial. Interesses da Holanda na região se intensificaram com o fim da Segunda Guerra Mundial, o que impulsionou o desenvolvimento político do país, com a criação de partidos políticos e liberação de certos níveis de autonomia. Um marco do período foi a adoção do sufrágio universal. Com esta autonomia e fomento o país experimentou desenvolvimento, chegando a compor, à época, a Comunidade Econômica Europeia, que viria a converter-se na União Europeia, recebendo também apoio do fundo de desenvolvimento deste organismo. Uma coligação capitaneada pelo Partido Nacional do Suriname (NPS), de matiz afrodescendente, logrou êxito nas eleições de 1973, fomentando o movimento de independência, que foi apoiado pelo partido socialista na Holanda. Apesar da resistência de partidos asiáticos, que temiam a dominação dos afrodescendentes, a independência foi obtida em 1975. Nos anos seguintes o Suriname mergulhou numa profunda crise econômica, com altos índices de desemprego e pobreza. Em 1980 houve um golpe militar, aclamado por grande parte da população. O Conselho Militar Nacional (NMR), organismo instituído para gerir o país, conclamou a participação de setores moderados da aliança liderada pelo NPS anos antes para conformar um gabinete essencialmente civil e estabeleceu que a redemocratização ocorreria em 2 anos. Nestes termos, o governo holandês aceitou financiar um programa de desenvolvimento emergencial. Terminados os 2 anos prometidos, sem desenvolvimento social significativo, certos setores da sociedade tais como sindicatos e associações comerciais começaram a demonstrar insatisfação com o governo. Os militares, em contrapartida, já se haviam unido a grupos políticos de esquerda e planejam manter-se no poder. A escalada deste conflito culminou com a morte de 15 lideranças de oposição, o que fomentou a retirada de ajuda externa imediatamente. Mais tarde, em 1983 uma coalizão de partidos de esquerda mais uma vez voltou a compor o governo, mas uma greve geral no país forçou mais uma vez à dissolução deste mandato pelos militares. Somente em 1987 o país voltaria a ter eleições livres e assim mesmo, a coligação de países vencedora governou pelas próximas cinco legislaturas, até 2010. Ademais, os representantes do movimento militar continuariam a influenciar a esfera política, sobretudo Dési Bouterse, que figura até os dias atuais como um dos participantes das mortes dos 15 opositores e futuramente seria eleito presidente por 2 mandatos consecutivos de 2010 a 2020. Em 1992 foi aprovada uma lei que privou os militares de exercerem o poder político.

3.1.2.3 Cultura Política

A participação da população nos eventos cívicos é considerada baixa. Atribui-se a isso ao longo período colonial, sem autonomia para decisões dessa natureza na colônia. Além disso, existe um fator disseminado no seio da sociedade de que a participação política popular tem pouca ou nenhuma relevância, logo o exercício cívico se torna ineficaz, se não, inócuo. Isso não significa que a população não saiba se posicionar, mas sim que poucos buscam uma postura ativa de luta por mudanças. Outrossim, existe pouca educação e consciência cívica, sobretudo no que compete a direitos e deveres, como proceder em casos de violações dos direitos e como ter acesso e fazer uso de recursos de assistência jurídicos. Esta deficiência constitui-se num obstáculo para grande parte da participação ativa da população. Iniciativas em grupos religiosos e coletivos juvenis tem buscado minimizar esta lacuna (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2011).

3.1.2.4 Doutrina e Ideologia Políticas

As principais vertentes políticas, expressadas pelos partidos constituídos, estão ligadas sumamente aos grupos étnicos. A despeito desta ligação, a maior parte dos partidos políticos se

autointitula com viés de centro esquerda e social-democracia, com poucas divergências ideológicas, como por exemplo admissão de pluralismo ou de frentes amplas. As Forças de Defesa da Guiana (GDF), instituição que governou o país de 1980 a 1987 e permaneceu com influência política nos anos seguintes, também o fez sob a égide da esquerda. A exceção a esse viés ideológico reside no partido Império Glorioso (PL), que representa a etnia javanesa, que se denomina como um partido de centro. No aspecto étnico, a exceção reside no Partido Democrático Nacional (NDP), que não segrega seus membros por raça ou religião.

3.1.2.5 Ordenamento Jurídico

A Constituição de 1987, que determina as bases do fundamento jurídico do Suriname, consolida no país um sistema político democrático. Os condicionantes históricos nos mostram, todavia, que esta Carta Magna foi elaborada num período de forte influência do regime militar e de partidos políticos antigos e tradicionais, baseados em traços étnicos. À época, os grupos de cidadãos raramente eram ouvidos e as organizações da sociedade civil mal sabiam como coordenar sua força coletiva. Neste mesmo ano nascia o primeiro partido multiétnico, que apesar dessa pauta, foi fundado por um militar que esteve no poder nos anos anteriores. Assim, apesar do marco legal, dos devidos processos eleitorais e das tendências à flexibilização, o país conta com pouca pluralidade política e está conformado por meio das elites tradicionais que dificultam o aperfeiçoamento do seu ordenamento jurídico.

3.1.2.6 Qualidade e Atitude do Eleitorado

Apesar do baixo comprometimento cívico na cultura política, a participação eleitoral é relativamente alta. Em média, ao redor de 70% do eleitorado compareceu aos locais de votação nas últimas eleições, o que demonstra certo interesse e atitude positiva no que compete aos eventos eleitorais. O sistema de consociativismo multipartidário, no qual o poder advém de alianças e coligações, estimula a perpetuação das divisões étnicas na sociedade, contudo, parte do eleitorado jovem (mais da metade dos eleitores estão entre 18 e 35 anos) demonstram desilusão com o sistema político tradicional e tende a votar fora do seu círculo étnico.

3.1.2.7 Elites e Lideranças Políticas

De igual maneira que na influência no eleitorado, o sistema de consociativismo multipartidário, fomenta a concentração étnica nas lideranças políticas. Este fenômeno que reina no país há mais de 70 anos, estimula a formação de grupos com base em interesses próprios e não o bem comum. A iniciativa de criação de um partido multiétnico, em 1987, talvez tenha sido o pontapé inicial para a transformação que o país necessita para aperfeiçoamento do seu sistema democrático representativo. A disrupção de um status quo tão fortemente arraigado quase que certamente ocorrerá no transcurso de gerações e não de mandatos e dependerá da melhora dos índices sociais e econômicos de igual maneira.

3.1.2.8 Interação dos Poderes do Estado

As eleições indiretas no sistema unicameral são uma ferramenta válida, mas questionável do ponto de vista da legitimidade institucional, pois facilitam a nomeação de um presidente que advenha da maioria no parlamento, o que por sua vez minimiza o fator de controle da oposição. O próprio sistema unicameral também fomenta esta potencial deficiência. A existência do Conselho Consultivo, em contrapartida, mitiga estes potenciais problemas, muito embora este organismo nasça do próprio parlamento. O histórico de permanência de determinados grupos no poder ratifica essa carência. A designação perpétua de magistrados pelo presidente também

levanta dúvidas quanto à real independência e capacidade de responsabilizar os membros do executivo.

3.1.3 Organizações e Sistemas Políticos

3.1.3.1 Organizações

3.1.3.1.1 Executivo

Ao se nominar uma república presidencialista, a figura do Presidente acumula as funções de Chefe de Governo e de Chefe de Estado. A eleição do presidente e vice-presidente é indireta, por maioria constitucional (dois terços) da Assembleia Nacional. Caso nenhum candidato obtenha essa maioria após duas sessões de votação, a escolha recai sobre a Assembleia Popular Unida (893 representantes da Assembleia Nacional, conselhos locais e regionais), desta vez por maioria simples. Os mandatos são de cinco anos e não há limites para reeleição. A direção setorial é dada por um sistema de Gabinete Ministerial composto por indicação do presidente. O país está dividido em 10 distritos administrativos, cada um chefiado por um comissário distrital nomeado pelo presidente.

3.1.3.1.2 Legislativo

A Assembleia Nacional é unicameral e consiste em 51 assentos. Seus membros são eleitos por voto popular de representação proporcional de lista partidária das 10 comarcas eleitorais. Um Conselho Consultivo de Estado composto por 15 membros aconselha o presidente na condução da política. Onze destes são ocupados por uma representação proporcional dos partidos políticos representados na Assembleia, o que explica o grande interesse na formação das coligações. Os demais postos são atribuídos a representantes dos trabalhadores e dois são atribuídos a organizações de empregadores.

3.1.3.1.3 Judiciário

A ordem legal em vigor no país está baseada no sistema holandês, incorporando elementos da teoria penal da França. A jurisdição compulsória da Corte Internacional de Justiça (ICJ) é aceita com ressalvas, enquanto a jurisdição da Corte Internacional Criminal (ICCT) é integrada. O sistema está montado sobre jurisdições de comarcas e uma corte de justiça como tribunal de apelação. Os juízes são nomeados pelo presidente em consulta à Assembleia Nacional, o Conselho Consultivo do Estado e a Ordem dos Advogados e os juízes possuem mandato vitalício. Sobre estas encontra-se uma Alta Corte de Justiça, composta de presidente, vice-presidente e mais 4 juízes. A apelação superior a esta é remetida à Corte de Justiça do Caribe, por meio da Comunidade do Caribe. Permite-se ainda que casos de violações dos direitos humanos sejam analisadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e seu respectivo tribunal, a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

3.1.3.1.4 Eleitorado

Além da caracterização apresentada no tópico 1.2.6 Qualidade e Atitude do Eleitorado, cabe destacar que, em termos gerais, as organizações da sociedade civil tem pouca interação com a Assembleia Nacional. Observa-se que o mandato legislativo é utilizado como instrumento de poder pelos partidos políticos e as organizações da sociedade civil procuram manter certa independência dos partidos. Nos últimos anos ocorreu, todavia, uma maior aproximação entre estes grupos e o governo central, a fim de atender as demandas da população. Se antes os governantes estimulavam uma indiferença ou suspeita quanto às suas intenções nas organizações, hoje em dia estas já aceitam ser ouvidas. O que se nota, porém, é que o apoio do governo foi mais retórico que efetivo.

3.1.3.1.5 Partidos Políticos

A vasta maioria dos partidos políticos constituiu-se no período pré-independência, especialmente a partir de 1951, quando a Holanda concedeu autonomia à então colônia Guiana Holandesa. O Suriname adota um sistema multipartidário que dificulta que um partido específico conquiste o poder isoladamente, o que estimula a formação de coalizões. Por outro lado, a origem dos partidos está intimamente ligada aos grupos étnicos, o que de certa forma se contrapõe ao sistema. A elite de afrodescendentes que se mesclou ao colonizador holandês constitui o Partido Nacional do Suriname (NPS), cuja bandeira está no pluralismo, ao mesmo tempo em que se opunham ao sufrágio universal. Hoje contam com 3 assentos no parlamento. A classe trabalhadora afrodescendente reuniu-se no Partido Progressista do Povo do Suriname (PSV), com uma pauta de democracia cristã. Este partido teve influência na década de 70, quando sua coalizão conquistou significativos números de assentos na Assembleia, entretanto, perdeu expressão após o golpe militar e dissolveu-se definitivamente em 2014. A porção hindustani da população agrupou-se sob a égide do Partido da Reforma Unida, que posteriormente converter-se-ia no Partido Reforma Progressista (VHP). Com viés de esquerda, representa hoje a maior bancada em exercício, com 20 cadeiras ocupadas. A etnia Maroon dividiu-se em dois partidos, o Partido do Desenvolvimento e Liberação Geral (ABOP) e Irmandade e União na Política (BEP), ambos alinhados aos ideais da social-democracia, o primeiro admitindo mais pluralismo e o segundo mais tradicional. Juntos hoje detêm 5 cadeiras no legislativo. Por fim, junto ao movimento de politização das camadas mais jovens da população está o Partido Democrático Nacional (NDP). Este partido foi fundado em 1987, já após a independência, contrapondo-se aos ideais étnicos e baseado em uma ideia de povo surinamês, independente de raça ou religião. O partido foi fundado por Dési Bouterse e deteve maioria no parlamento nas legislaturas de 2010 e 2015, quando seu fundador se elegeu presidente. Em 2020, passou à condição de principal partido da oposição, com 16 assentos no plenário.

3.1.3.1.6 Grupos de Pressão

A grande diversidade étnica, quase em igual proporção entre os principais grupos, assim como a formação de partidos políticos predominantemente baseada nessa característica, tem mitigado a formação de grupos de pressão específicos no país. No transcurso histórico, o único grupo desse tipo claramente identificável está no ambiente militar, que efetivamente tomou o poder na década de 80. Os mecanismos políticos civis e as consequências em termos práticos para o país praticamente dissolveram esta característica no seio castrense. Evidência cabal desta característica foi a migração de um dos líderes do movimento, Dési Bouterse, para o sistema político tradicional a fim de dar seguimento à sua trajetória.

3.1.3.2 Sistema Político

O Suriname demonstra deter um sistema político efetivamente organizado segundo os preceitos das democracias modernas. Entretanto, falta certa eficácia estrutural a fim de que os pesos e contrapesos dos princípios republicanos sejam equilibrados. A concentração étnica de grande parte dos partidos políticos, a possibilidade de reeleições indefinidas, a eleição indireta do presidente, entre outros aspectos, mina a efetividade democrática do país. Além disso, há uma grande vulnerabilidade à corrupção no sistema político, que é incompleto no que compete a regulamentos e diretrizes, o que aumenta a discricionariedade dos mandatários e a liberdade interpretativa dos responsáveis. Outrossim, a prestação de contas no setor público é débil e as agências de supervisão são amplamente ignoradas. O estímulo à publicidade, à geração e disseminação de informações são modestas, o leva a baixos níveis de transparência em muitas áreas do setor público. As instituições legais para responsabilização e controle da corrupção são

fracas. Daí se estabelece que o país carece de enorme amadurecimento político para que tenha um sistema de fato eficaz.

3.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

3.2.1 - Fundamentos

A Holanda concedeu a independência do Suriname em 1975. Uma das heranças do colonizador foi a estrutura educacional eficiente, sobretudo em relação à alfabetização. Ao longo de seu período colonial, por séculos, os holandeses plantavam, majoritariamente, cana-de-açúcar e café. A estrutura produtiva utilizava mão de obra escrava, que foi substituída em 1863, com o fim da escravidão, por força de trabalho imigrante (indianos, indonésios e chineses).

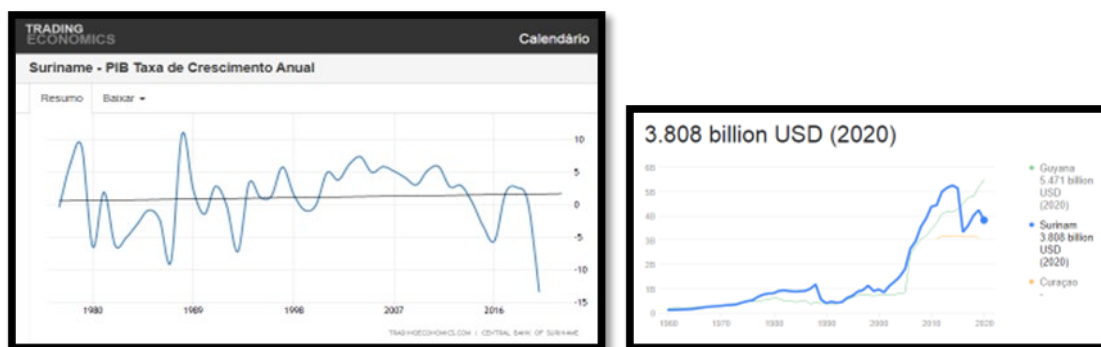
Nos dias atuais o Suriname possui, aproximadamente, 560 mil habitantes em uma área de 163 mil quilômetros quadrados. Em comparação, é menor que o Acre e possui menor população que a maioria das capitais brasileiras. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é considerado bastante elevado. A maioria da população se concentra na costa, e na capital do país, Paramaribo. A energia utilizada no Suriname é obtida por usinas hidrelétricas ou térmicas. A capacidade de geração de energia é bem maior que o consumo do país, sendo o custo de energia favoravelmente baixo.

A economia do Suriname é movimentada principalmente pela produção de ouro, bauxita e pela exportação de alumínio. A importação de produtos de consumo torna o país dependente do capital externo. A atividade industrial é voltada à transformação de minérios e de madeira. O processamento de alimentos e a indústria têxtil são outras atividades industriais no Suriname, onde o padrão de consumo é alto. A exploração do petróleo é promissora no país. O governo controla a economia, e emprega aproximadamente 65% da população, tanto na administração quanto nas empresas estatais.

3.2.2 Organizações e Funções

O Suriname é membro do Caricom (Comunidade do Caribe). O Caricom é um bloco de cooperação econômica e política que, além de questões econômicas, aborda aspectos como política externa, saúde, meio ambiente, educação e comunicação. Por meio desse bloco, os países membros objetivam o livre comércio na região, além de proporcionar a circulação de bens, trabalho, capital e coordenar, em comum acordo, a agricultura e a indústria dos países-membros.

Atualmente, o Suriname apresenta índices de crescimento do seu Produto Interno Bruto de aproximadamente 1,2% ao ano (0,7% em 2021, 1,5% em 2022). Os gráficos das Figuras 6a e 6b corroboram essa afirmação informando que o crescimento diminuiu, passou por crises globais, com quedas, mas é contínuo:



(a)

(b)

Figuras 6a) e 6b) – (a) Taxa de crescimento do PIB do Suriname (Trading Economics, 2022); e (b) Valor do PIB do Suriname (Trading Economics, 2022)

Em relação ao Brasil, até abril de 2021, a balança comercial aponta um superávit de US\$ 15,3 milhões para nação brasileira, isso significa que foram exportados mais produtos para o Suriname do que importados do país. Entretanto, o país ocupa atualmente o 117º lugar no ranking de importações. Já no ranking das exportações, o Suriname ocupa o 122º lugar dos países que mais compram produtos brasileiros.

3.2.3 Fatores

Nas últimas décadas do século XX, a participação da mineração na formação do PIB praticamente dobrou, graças aos constantes investimentos e ao aumento das exportações de minérios. Segundo a CEPAL (2002), a mineração passou a representar 17,8% do PIB em 2000, contra 9,1% em 1990. Já a participação da agricultura, principalmente arroz, cana-de-açúcar e banana e outros serviços, também cresceu, mas em menor proporção. É notável, no entanto, a redução sofrida nos setores manufatureiro, turístico e, principalmente, nos serviços financeiros, que indica que as reformas econômicas promovidas durante os anos 1990 implicaram o retorno a um modelo fortemente agro-minerador. As consequências dessa especialização tornaram-se evidentes em 2002, quando uma queda no preço mundial da banana provocou intensos protestos.

Ainda que o Suriname seja um grande exportador de minérios, o comércio externo da bauxita representava cerca de 70% do total exportado pelo país, pois o grau de processamento nacional é baixo. Em 2003, firmou-se um grande acordo para a expansão da exploração do minério por empresas multinacionais estrangeiras, como a Alcoa e a Billiton.

Remessas econômicas de surinameses ou descendentes que vivem na Holanda também constituem um aporte econômico importante, como ocorre com outros países da região. Seja via bancária ou pessoalmente, essas remessas têm crescido consideravelmente. Segundo o Banco Central do Suriname, a transferência aumentou de 7,9 milhões de *guilders* em 1990 para 24,7 milhões em 1998, passando por um pico de 38,7 milhões em 1997.

Finalmente, se faz importante destacar na economia do Suriname o valor da moeda local. 1 Real (Brasil) equivale a 4,32 Dólares do Suriname ou 1 Dólar Americano equivale a 21,02 Dólares do Suriname. Moeda com baixo poder de compra no cenário internacional, contudo, diante da alta do petróleo vem se valorizando frente a outras da América do Sul.

O supramencionado crescimento econômico pode fomentar o aprimoramento das Forças Armadas do Suriname (geração de força). Atualmente, considerando que as Forças Armadas do

Suriname dispõem de 1.800 soldados e estão equipadas, aproximadamente, dentre outros equipamentos, com: Blindados de reconhecimento e de transporte de tropa doados pelo Brasil; 0 (zero) blindados pesados sobre lagartas; 3 (três) helicópteros doados pela Índia; 0 (zero) armamentos de artilharia. Destaca-se, ainda, que, nos últimos anos, o Suriname vem descobrindo grandes reservas petrolíferas em sua plataforma continental, conforme as Figuras 7a e 7b abaixo:



Figuras 7a) e 7b) – (a) Suriname descobre grande bacia petrolífera em seu litoral (INEEP, 2020); e (b) Suriname seleciona empresa brasileira para exploração de petróleo em sua Plataforma Continental (CPG, 2022).

Em entrevista concedida no ano de 2021 à um periódico latino-americano, conforme referência, o comandante do Exército do Suriname, **Coronel Henri Van Axeldongen**, concluiu que o aprimoramento da segurança de seu país perpassa pelo desenvolvimento econômico da nação: *“Prover segurança para a nação vai junto com certas coisas, tais como garantir que a população possa ter bons rendimentos, que tenha saúde e fique bem. Essas coisas propiciarão um ambiente bom e estável”*. A relação entre Brasil e Suriname no campo militar pode gerar dividendos para a nação brasileira, uma vez que o crescimento econômico do país caribenho pode proporcionar a aquisição de produtos de defesa oriundos de indústrias do Brasil. O bom relacionamento já existe, conforme seguidas reuniões entre representantes brasileiros e os líderes militares do Suriname, conforme a Figura 8 abaixo:



Figura 8 – Reunião do Adido de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname com altas autoridades militares daquele país (março de 2022). (MD-Comando do Exército, 2022).

3.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

3.3.1 Fundamentos

3.3.1.1 Pessoa

O Suriname abriga uma grande diversidade étnica. Sua população é composta por 37% de indianos, 31% de eurafricanos, 15% de javaneses, 10% de afroamericanos, 3% de ameríndios, 2% de chineses, e 2% de outros grupos minoritários (FRANCISCO, 2022a). Cabe destacar que a maciça presença de indianos estabelece uma ponte entre a Índia e o país sul-americano, que repercute nas relações econômicas e culturais, cujo exemplo é a fundação do Centro Cultural Indiano, em 1978. Embora a diversidade e o respeito à mesma sejam considerados motivos de orgulho nacional, as diferenças culturais apontam para uma dificuldade de obtenção de consensos, o que deprecia a capacidade de geração de Poder e Força do país.

Tal fato se acentua, quando se observam as origens das diversas etnias. Antes da chegada dos colonizadores holandeses, no século XVI, o Suriname era habitado por índios arauaques, tupis e caraíbas. Posteriormente, escravos africanos foram trazidos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Em 1863, com a abolição da escravatura, a mão de obra local foi substituída por trabalhadores imigrantes chineses, indianos e indonésios, em um sistema de servidão (FRANCISCO, 2022b). Isso indica uma participação reduzida dessas etnias nas origens da estrutura sócio-administrativa da Colônia, o que implica, hoje, em um reduzido comprometimento com a política do país. Essa realidade enfraquece a legitimidade das instituições e reduz a capacidade de geração de Poder e Força.

3.3.1.2 Instituições Sociais

Convém ressaltar a diversidade de cultos religiosos, plenamente aceitos pela população. O cristianismo responde por 51,2% da população, sendo 23,9% católicos, 18,7% de protestantes e 8,6% de outras confissões cristãs. O hinduísmo representa 17,2%, o islamismo, 13,7%, outras religiões e o ateísmo correspondem aos restantes 17,9% (FRANCISCO, 2022b). Um dos símbolos desse bom relacionamento entre os credos é o fato de que a Mesquita Keizersstraat foi construída junto à Sinagoga Neve Shalom (WIKIPEDIA, 2022e). O bom convívio entre as diversas religiões, tendo como carro-chefe o cristianismo é um fator de coesão social, porém a proximidade entre as mesmas pode ser uma vulnerabilidade à ordem estabelecida, caso as diferenças históricas entre elas sejam fomentadas.

A Língua oficial do Suriname é o Holandês, mas é possível encontrar no país os idiomas inglês, chinês, francês, hindustani e javanês. Há, ainda, dialetos creole e as línguas indígenas. O Holandês é aprendido por boa parte de sua população como segunda língua (FRANCISCO, 2022a). O país tem uma taxa de analfabetismo de 9,6% (MUNDOCULTURA, 2022). A adoção do idioma Holandês pode ser incluída com destaque nas relações bilaterais do Suriname com a Holanda. A existência de uma língua comum é um vetor de unidade nacional, especialmente, com a baixa taxa de analfabetismo, o que contribui para o entendimento entre as etnias, favorecendo a capacidade de Geração de Poder e Força.

3.3.1.3 Ambiente

3.3.1.3.1 Sociosfera

A influência da cultura holandesa ainda é percebida na arquitetura, especialmente na capital, Paramaribo. Muitos dos prédios coloniais holandeses permanecem intactos e o seu sítio

e centro histórico foi designado pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade (BRITANNICA, 2022c). Tal aspecto merece ser destacado quando se aborda a aproximação do país com sua ex-metrópole, a Holanda. A existência de uma subestrutura social, derivada do período colonial, inclusive arquitetônica, pode funcionar como um fator de unidade, que tem a capacidade de agregar as diversas etnias, facilitando um sentimento de unidade nacional e, conseqüentemente, a Geração de Poder e Força.

A existência de comunidades de surinameses fora do país foi fruto de dois momentos históricos principais, a abolição da escravatura, em 1864 e a independência em 1975. Destaca-se que a maior delas localiza-se na Holanda, com 335 mil imigrantes (WIKIPEDIA, 2022e), o que estabelece um vínculo indelével entre os dois países, uma vez que essa população é extremamente expressiva, se comparada com os 519,7 mil residentes no Suriname.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) no Suriname é considerado alto, ficando o país em 103º, enquanto o Brasil é o 75º, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no ranking do IDH elaborado em 2014 (PNUD, 2014). Entretanto, estima-se que 50% da população vive abaixo da linha da pobreza (NAG, 2019). Diversos problemas como desnutrição e trabalho infantil e desigualdades sociais fazem parte da sociedade surinamesa, de forma semelhante ao que acontece com outros países em desenvolvimento, tal como o Brasil, reduzindo a qualidade dos seus recursos humanos e, conseqüentemente, ocasionando dificuldades na geração de Poder e Força.

3.3.1.3.2 Biosfera

O Suriname é um dos países menos povoados do mundo. Sua população total é de 519,7 mil habitantes. O país possui uma densidade demográfica de apenas 3 habitantes por quilômetro quadrado, o Suriname pode ser dividido em duas principais regiões geográficas. A área costeira do norte, formada por planícies, e onde se registram as maiores áreas de cultivos e onde a maioria da população vive, cerca de 2/3 da população surinamesa. A parte sul é composta por floresta tropical e savana, ao longo da fronteira com o Brasil, cobrindo cerca de 80% da superfície terrestre do Suriname (WIKIPEDIA, 2022e). A taxa de natalidade no Suriname tem decrescido desde a independência, e, hoje, está abaixo da média do mundo (BRITANNICA, 2022c). Essas características apontam para um vasto anecúmeno, sem a possibilidade de expansão populacional para região, que se estende do centro do país para o Sul, onde existe a fronteira com o Brasil, o que reduz substancialmente a capacidade de geração de Poder e Força nessas áreas.

3.4 EXPRESSÃO MILITAR

Atualmente, o Suriname é um país de 163.820 Km² com 547 mil habitantes e um PIB de 5,04 bilhões de dólares. Após sua independência em 1975, ocorreram as primeiras relações entre Brasil e Suriname, no ano de 1976, quando foi assinado um acordo de cooperação técnica e científica entre os dois países. Desde então, outros inúmeros acordos foram assinados. Destaca-se, nas áreas de Defesa e assunto militares, diversos acordos assinados entre 1983 e em 2008. Segundo um grupo de graduados em Relações Internacionais da Universidade do Amapá (PATRÍCIA et Al, 2013):

“A partir da criação da UNASUL no ano de 2008 e posteriormente o Conselho de Defesa Sul-Americano, criado no mesmo ano, o debate sobre defesa tornou-se relevante na agenda Sul-Americana, com a criação dessas instituições de coordenação regional em matéria de defesa possibilitou a celebração de uma gama de acordos e alianças militares entre os países do bloco” (PATRÍCIA et Al, 2013).

3.4.1 Recursos Humanos

O efetivo de suas Forças Armadas é cerca de 1.840 (um mil oitocentos e quarenta) militares. Desse efetivo, de cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) pertencem ao Exército, 240 (duzentos e quarenta) compõem a Marinha e 200 (duzentos) integram a Força Aérea. (*THE MILITARY BALANCE, 2022*)

3.4.2 Instituições Militares

O Major WERNER GUISEPPE **KIOE A SEM**, da República do Suriname, descreveu por meio do seu Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), um resumo da estrutura e hierarquia das instituições militares de seu país, conforme a figura 9 e o texto a seguir:

“O Comandante das Forças Armadas é subordinado ao Ministro da Defesa, mas o Comandante das Forças Armadas também tem a subordinação ao Comandante Supremo das Forças Armadas que é o Presidente da República. Para auxiliar o Comandante das Forças Armadas existe o Estado-Maior (EM) que é chefiado pelo Chefe do EM (ChEM). O EM é dividido no EM Geral e EM Especial. No EM Geral tem os Assuntos Pessoais (G1), Inteligência (G2), Operações e Treinamento (G3), Logística (G4) e Assuntos Sociais (G5). O EM Especial abrange assuntos de Engenharia, Comunicações, Transporte, Manutenção, Saúde, Armamento, Esporte e Educação Física e Adestramento (CONL). Cada Força Armada tem o seu comandante de grau Tenente-Coronel que é assessorado pelo seu EM. Alinhado ao EM Geral o EM das Forças tem a Seção 1 Assuntos Pessoais (S1), a Seção 2 Inteligência (S2), a Seção 3 Operações e Treinamento (S3), e a Seção 4 Logística (S4). No nível Força Armada o oficial mais antigo do EM funciona como ChEM” (SEM, 2016).

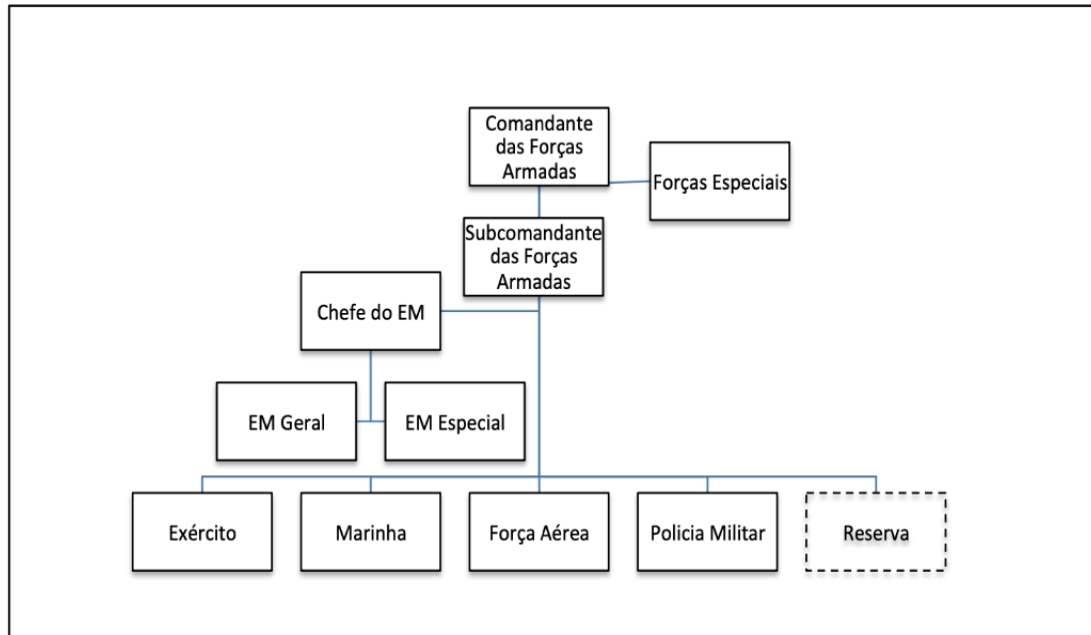


Figura 9 – Estrutura das Forças Armadas do Suriname (SEM, 2016).

3.4.3 Doutrina Militar

As Forças Armadas do Suriname têm a missão de preservar a integridade territorial. Da mesma forma, auxiliam a Polícia Nacional em missões de segurança interna e de fronteira, além do combate a atividades criminosas transnacionais. O combate ao tráfico de drogas também está

envolvido, bem como operações de socorro, desastres e assistência humanitária. Para cumprir essas missões e projetar poder, suas Forças Armadas não são dimensionadas ou equipadas para tal finalidade (THE MILITARY BALANCE, 2022).

O Plano Estratégico das Forças Armadas do Suriname é atualizado a cada quatro anos e é fruto do Plano de Desenvolvimento Nacional. Este Plano Estratégico das Forças Armadas é elaborado pelo Estado-Maior das Forças Armadas. (SEM, 2016). Novamente, fazendo uso das análises do Major WERNER GUISEPPE **KIOE A SEM**, ainda não existem instituições capazes de capacitar militares para os níveis mais altos das Forças Armadas do Suriname. Com isso, o país é obrigado a adotar estratégias para enviar alunos para realizarem cursos de formação fora do país, junto a países parceiros, como o Brasil, os Estados Unidos da América, a China, dentre outros. Para o Major, a ativação de um Curso de Comando e Estado-Maior no Suriname iria contribuir no desenvolvimento de assuntos de Defesa nos altos níveis de suas Forças Armadas e do seu Ministério da Defesa. Da mesma forma, além de propiciar inovações doutrinárias, melhoraria a capacitação dos Oficiais Superiores, contribuindo para uma maior inserção do estamento militar nos demais campos de poder (SEM, 2016).

3.4.4 Estrutura Militar e Comando e Controle

O Suriname é um país membro da Agência Caribenha de Gerenciamento de Emergências em Desastres e da Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe. As suas ligações com Brasil, China, Índia e Estados Unidos têm sido determinantes para o fornecimento de equipamentos, incluindo um número limitado de veículos blindados e helicópteros, bem como para a atividade de treinamento. Suas forças armadas participam do exercício de resposta a desastres “*Tradewinds*”, coordenado pelos EUA (THE MILITARY BALANCE, 2022). Entre os anos de 2008 e 2013, foram realizadas cerca de 40 interações de treinamento na área de Defesa. Segundo informações da Agência Brasileira de Cooperação, englobam os programas de treinamento atividades como: Cursos de segurança em voo, aperfeiçoamento de hidrografia e navegação, salvamento e resgate, preparação para missão de paz, operações de selva, aperfeiçoamento de sargentos entre outros. (PATRÍCIA, ET AL, 2013).

De forma detalhada, o Major WERNER GUISEPPE **KIOE A SEM** descreve, com muita precisão, as responsabilidades institucionais das Forças Armadas do Suriname, da seguinte forma:

"Quanto ao Exército, essa Força é a força maior e tem dois batalhões, um da Infantaria e um da Logística. Além disso, há as companhias de comunicações e de engenharia. O Exército é empregado nas fronteiras com a Guiana Francesa (Leste), com o Brasil (Sul), e com a Guiana (Oeste) e também na proteção das áreas estratégicas do país. A Marinha possui em seu quadro os Fuzileiros Navais que são empregados nas áreas ribeirinhas e a sua frota é empregada na proteção da Zona Econômica Exclusiva. A Marinha tem uma ligação técnica com a Costa Guarda que é subordinada ao Ministério do Interior. A Costa Guarda tem a responsabilidade do policiamento na Zona Econômica Exclusiva. A Força Aérea é empregada na vigilância e na proteção do espaço aéreo do país, inclusive na Zona Econômica Exclusiva. Na frota da Força Aérea existem aeronaves de transporte, de tropas e de aeronaves para patrulhamento. Essa Força também tem helicópteros para o emprego rápido em casos de apoio de fogo ou em casos de resgate. A Polícia Militar é um componente independente e é empregada para o policiamento nas operações e atividades militares, no controle nos postos de imigração nas fronteiras e nos aeroportos, escoltar altas autoridades e transportes especiais, apoiar a Polícia Civil, e na garantia da ordem no Corte Marcial.

A Polícia Militar tem uma ligação técnica com o Procurador Geral. A Reserva ainda não foi implantada. A sua existência tem a sua base legal na Constituição. Já existe o estudo para implantação deste componente. Um componente não referido anteriormente é o Corpo de Forças Especiais, *Korps Speciale Troepen (KST)*. Este componente é diretamente subordinado ao Comandante da NL. As Forças Especiais são adestradas para qualquer área no território nacional. Essas Forças são empregadas em operações específicas onde as Forças regulares não podem ser empregadas” (SEM, 2016).

3.4.5 Capacidade Logística, Científica e Tecnológica

Segundo o *The Military Balance*, os desafios para aquisição de recursos e a limitada capacidade de manutenção de equipamentos traduzem que as Forças Armadas do Suriname são ineficientes para controlar e vigiar suas fronteiras e sua costa. Não há capacidade para projetar e fabricar equipamentos militares modernos, tendo o Suriname buscado sua cooperação militar com países estrangeiros, visando melhorar não apenas o treinamento, mas também a capacidade de manutenção” (THE MILITARY BALANCE, 2022).

3.4.6 Conclusão Parcial

Conclui-se, parcialmente, que o efetivo militar do Suriname apresenta uma quantidade insuficiente para prover a segurança e defesa de um país com as dimensões do seu território, acarretando pouca capacidade de gerar força.

Embora as instituições militares do Suriname concebem a doutrina de emprego de Estado-Maior, de certa forma semelhante às demais Forças Armadas do mundo, os postos militares de mais alto nível do Suriname não apresentam antiguidade semelhante com demais países do mundo. A maioria dos Coronéis são responsáveis pelas governanças militares na Guiana, diferente do mundo que são exercidos por oficiais gerais de quatro estrelas. Tal fato desperta questionamentos sobre a maturidade funcional que os militares que ocupam tais funções possuem para exercerem tais cargos.

Sobre a doutrina militar do Suriname e a importância que o país atribuiu para a atualização de seu Plano Estratégico para empregar as suas Forças Armadas, infere-se que tais aspectos não superam a deficiência de que seus quadros de oficiais superiores possuem por não possuir um Curso de Estado-Maior próprio, tendo que realizar tais cursos em países parceiros. Destaca-se que de maneira geral, os militares que realizam cursos em países estrangeiros não têm acesso à plenitude dos conhecimentos transmitidos, apresentando, no caso do Suriname, graves limitações de capacitação. Tudo isso prejudica a capacidade de geração de força para empregar a sua expressão militar com eficiência.

Ainda, embora o Suriname tenha uma boa quantidade de parcerias estratégicas, e isso lhe proporcione melhores condições na geração de força, a realidade é que a sua Estrutura Militar é ínfima para aplicar a força com eficiência. Somado a isso, sua limitação logística em adquirir e manter seus materiais de emprego militar e sua impossibilidade para produção dos mesmos, lhe dificulta na sua geração de força e no emprego das Forças Armadas.

Por fim, a pequena projeção da expressão militar do Suriname vem concedendo ao Brasil um posicionamento mais passivo, considerando que não identifica ameaças no país fronteiriço. Existem parcerias em Defesa, mas nada relevante para afirmar que o Suriname se encontra na

esfera de influência do Brasil. Tal fato motiva a reflexões sobre o papel do Brasil no equilíbrio de poder no Arco amazônico e onde direcionar sua energia para estabelecer relações exteriores produtivas

3.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

3.5.1 Fundamentos

Conforme Brasil Escola (2022c), Francisco (2022a e 2022b), Infoescola (2022c), Brasil (2022c), Mundo Educação (2022b) e Wikipedia (2022c, 2022e, 2022f e 2022g), temos as seguintes informações:

3.5.1.1 Recursos Humanos

A Holanda concedeu a independência do Suriname em 1975. Uma das heranças deixada pelo colonizador foi a estrutura educacional eficiente, sobretudo em relação à alfabetização. Contudo, existe uma deficiência em relação ao ensino superior, o que impede o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Vide mais detalhes no item 3.5.2.1.

3.5.1.2 Recursos Naturais e Materiais

O Suriname localiza-se ao norte da América do Sul, faz fronteira com a Guiana Francesa na direção leste, com o Brasil ao sul, com a Guiana a oeste e com o Oceano Atlântico ao norte. Sua área é de 163.270 km², sendo 147 mil km² ocupada pela floresta. As fronteiras meridionais com a França (Guiana Francesa) e com a Guiana são disputadas por estes países ao longo dos rios *Maroni* e *Corentyne*, respectivamente. Uma parte da fronteira marítima disputada com a Guiana foi arbitrada por um tribunal, convocado sob as regras estabelecidas no anexo VII da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 20 de setembro de 2007. A economia nacional tem na produção de bauxita o principal elemento para a captação de recursos financeiros. Esse minério responde por mais da metade das exportações nacionais. O interior do país é coberto pela selva. A maior parte da população do país vive na região costeira. A costa era formada por pântanos, que foram drenados para tornar possível a agricultura. Esse tipo de vegetação ocupa uma área que avança até 18 km para o interior do país. A partir daí, já com 50 metros acima do nível do mar, encontra-se uma planície arenosa. Na fronteira sudoeste, estende-se uma área de savana, coberta de gramíneas. O ponto mais alto do país é o monte *Julianatop*, com 1,286 metros de altitude. Localizado na região equatorial, o Suriname tem um clima tropical muito quente, e as temperaturas médias máximas e mínimas dos dias são praticamente idênticas em todos os meses. Em Paramaribo as mínimas médias são 23 °C e as máximas médias 28 °C. O ano tem duas estações chuvosas, de abril a agosto e de novembro a fevereiro. E tem também duas estações secas, de agosto a novembro e de fevereiro a abril. Juntamente com a Guiana, de acordo com especialistas, foi comprovada a existência de uma bacia petrolífera que pode deter cerca de 15 bilhões de barris de petróleo e gás natural exploráveis.

3.5.1.3 Instituições Científicas e Tecnológicas

Conforme Suriname (2002 e 2014), a Universidade do Suriname, principal Instituição de Ensino Superior do país, foi fundada em 1968, incorporando a Faculdade de Direito do Suriname como a primeira faculdade da Instituição. No ano seguinte, 1969, a Faculdade de Ciências Médicas tornou-se a segunda faculdade da Universidade. A Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas foi fundada em 1975, a Faculdade de Ciências Naturais em 1976 e a Faculdade de Ciências Técnicas em 1977. Posteriormente, a Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas e a Faculdade de Direito foram unidas na Faculdade de Ciências Sociais em 1983. A Faculdade de Ciências Naturais e a Faculdade de Ciências Técnicas foram combinadas na Faculdade de

Ciências Tecnológicas em 1983. A Faculdade de Ciências Médicas permaneceu intacta. Em relação às instituições não universitárias de ensino superior, em 1971 foi fundada a Faculdade Avançada de Formação de Professores para suprir a necessidade de professores qualificados no ensino médio. Em 1980 foi criada a Fundação para o Atendimento Odontológico Juvenil, cuja missão é formar higienistas para o atendimento odontológico e a prevenção de doenças dentárias dos jovens até os 18 anos. A Academia de Artes e Cultura foi criada em 1981, cujo objetivo é fornecer profissionais capazes de analisar e monitorar manifestações de arte, cultura e comunicação. Em 1982, a Escola Central de Enfermagem e Disciplinas Afiliadas começou como uma fundação da qual participaram todos os hospitais locais. A última instituição de ensino superior não universitário é a Faculdade Politécnica, fundada em 1997 que oferece formação teórica e prática de nível superior para diversos profissionais com os cursos de Infraestrutura; Engenharia Mecânica; e Engenharia Elétrica. Além da fundação da Faculdade Politécnica, foi criado o Instituto para Planejamento e Gestão do Desenvolvimento (IDPM) em 1993, sendo um projeto conjunto da Universidade do Suriname, do Ministério da Educação e Organizações para o Comércio e a Indústria, oferecendo minicursos e treinamentos para aprimorar as competências de executivos do setor público, organizações sem fins lucrativos, empresas comerciais e industriais e do setor de serviços. Possui um programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural em colaboração com a Faculdade de Agricultura e Ciências Naturais da Universidade das Índias Ocidentais, St. Augustine, Trinidad W.I, possuindo um Programa de Certificação de Curso de ensino à distância e um Programa de Mestrado em Ciências. Existe também um acordo de cooperação com a *Ichtus Hogeschool* de Rotterdam, Holanda, onde há um programa de graduação em Administração de Empresas de quatro anos que leva ao grau de Bacharel em Ciências. Nas áreas de Gestão, Tecnologia da Informação e Informática, algumas oportunidades de treinamento estão sendo oferecidas supostamente em nível de ensino superior, dado que a maioria deles não é reconhecida oficialmente, pouco pode ser dito sobre eles. Finalmente, devemos mencionar as possibilidades oferecidas pela internet. Pessoas com acesso também à internet têm oportunidades quase ilimitadas de se engajar no ensino superior.

3.5.2 Fatores

3.5.2.1 Educação e Formação Profissional

A educação no Suriname é gratuita e obrigatória até os 12 anos. O governo, a Igreja Católica e a Irmandade Moraviana provêm desde a educação infantil até a escola secundária. Como regra, todas as instruções são em neerlandês, com três exceções: *International Academy of Suriname*, *Christian Liberty Academy* e *AlphaMax Academy*. O índice de alfabetização de adultos é de aproximadamente 99,6%. As instituições de treinamento de professores, escola secundária e escola técnica emitem diplomas de conclusão.

3.5.2.2 Comunicação

a) Telecomunicações: As telecomunicações no Suriname (WIKIPEDIA, 2022f e 2022g) incluem rádio, televisão, telefones fixos e móveis e a Internet. A *Telecommunications Company Suriname* (Telesur) é a prestadora de serviços completos de telecomunicações para o Suriname, de propriedade do governo. Os serviços prestados pela Telesur incluem telefone, internet e wireless CDMA, GSM, UMTS, HSPA+ e LTE. Atualmente, a Telesur opera uma rede GSM de 900/1800 Mhz, HSDPA de 2100 MHz e uma rede CDMA EVDO de 450 Mhz. A Telesur administra e opera o domínio de internet de primeiro nível com código de país *.sr; **b) Transportes:** O principal transporte utilizado para exportação e importação é o marítimo, sendo que mesmo a produção interna, sobretudo de minérios do interior, é transportada em navios pelos

rios do país, em embarcações que podem ter até 7 metros de calado. A ausência de portos com maior calado prejudica a economia do país. A partir de dados de 2033, possui cerca de 4.303 km (dos quais 1.119 km são pavimentados) de rodovias. O país tem 55 aeroportos (dos quais 6 são pavimentados), sendo o principal o Aeroporto Internacional Johan Adolf Pengel, localizado na capital Paramaribo; e **c) Matriz Energética:** A energia utilizada no Suriname é obtida por usinas hidrelétricas ou térmicas. A capacidade de geração de energia é bem maior que o consumo do país, sendo o custo de energia favoravelmente baixo. O lago artificial *Brokopondostuwmeer* é um dos maiores lagos artificiais do mundo, com uma área de 1.560 km², variando de acordo com o nível da água. O lago é resultado da construção de uma barragem no rio Suriname entre 1961 e 1964, que teve como objetivo fornecer eletricidade para as empresas que transformavam a bauxita em alumínio. O lago tornou possível um grande desenvolvimento industrial no país.

3.5.2.3 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em face das dificuldades em Ciência e Tecnologias próprios, o país depende do investimento privado estrangeiro para o seu desenvolvimento, com enfoque maior na pesquisa para extração de suas riquezas minerais, exploração de sua biodiversidade, potencial energético e estudos em ciências sociais. Por meio de acordos com outros países, como Brasil, o Suriname tenta suplantar as dificuldades para seu desenvolvimento em P&D, como, por exemplo, o programa de cooperação Brasil-Suriname que é executado ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em vigor desde 1976. O programa abrange projetos nas áreas de agricultura, geologia, desenvolvimento institucional, meio ambiente e saúde. A cooperação em Defesa e segurança é outro pilar importante da relação bilateral.

3.5.2.4 Dinâmica Produtiva

O PIB do Suriname, em 2006, foi de US\$ 3.136 bilhões, com um crescimento de 5 % em relação ao período anterior. O PIB per capita ficou em US \$7,100. A economia do Suriname é movimentada principalmente pela produção de ouro, bauxita e pela exportação de alumínio. A importação de produtos de consumo torna o país dependente do capital externo. A atividade industrial é voltada à transformação de minérios e de madeira. O processamento de alimentos e a indústria têxtil são outras atividades industriais no Suriname, onde o padrão de consumo é alto. A exploração do petróleo é promissora no país. O governo controla a economia, e emprega aproximadamente 65% da população, tanto na administração quanto nas empresas estatais. Na costa do Suriname se concentram algumas atividades agrícolas, principalmente a produção de banana, arroz, frutas cítricas e vegetais, enquanto no interior a exploração de minerais e madeira são a principal atividade. A fronteira comum de 593 km apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, sobretudo por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A ausência de linha de navegação e de rota terrestre representa desafios para o aumento das relações econômico-comerciais entre o Brasil e o Suriname. O fluxo de comércio bilateral, contudo, apesar de modesto, é relativamente diversificado, com trocas de maquinários e material elétrico, produtos da indústria química e commodities. O Suriname é membro do Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e compartilha com o Brasil o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI), além de ter a condição de Estado Associado ao MERCOSUL em julho de 2013. O Suriname é um dos países menos povoados (população relativa) do mundo, com densidade demográfica de apenas 3 habitantes por quilômetro quadrado. A população nacional enfrenta vários problemas socioeconômicos, que se intensificaram após a suspensão do auxílio financeiro dos Países Baixos (Holanda). A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname traz importante componente humano para as relações bilaterais. Estima-se que haja,

atualmente, entre 15 e 30 mil brasileiros residentes no Suriname, muitos dos quais se dedicam a atividades de exploração mineral. A regularização migratória desse contingente é objeto de contatos políticos de alto nível entre os dois países, além de ser tratada no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, criado em 2011.

3.5.2.5 Infraestrutura Científica e Tecnológica

A Universidade do Suriname e as instituições e possibilidades mencionadas no item 3.5.1.3.

3.5.2.6 Biodiversidade

Recentemente têm sido descobertas diversas espécies de animais no interior do Suriname. A espécie de sapo com duas tonalidades, com a pele cor de berinjela, coberta por traços fluorescentes de cor púrpura-azulada é uma das 5 novas espécies de sapos. Além dos sapos, foi encontrada uma nova espécie de formiga, 12 espécies de besouros coprófagos e 6 novas espécies de peixe, entre eles o bagre americano anão, ou “*catfish*”. Os ambientalistas que descobriram essas espécies alertaram, na mesma ocasião, ao perigo que essas espécies correm de serem atingidas pela contaminação com o mercúrio, resultado dos garimpos ilegais no país. Devido à variedade de habitats e temperaturas, a biodiversidade no Suriname é considerada alta. Em outubro de 2013, 16 cientistas internacionais pesquisando os ecossistemas durante uma expedição de três semanas na Bacia do Alto Rio *Palumeu*, no Suriname, catalogaram 1.378 espécies e encontraram 60 outras - incluindo seis sapos, uma cobra e 11 peixes - que podem ser espécies desconhecidas anteriormente. De acordo com a Conservação Internacional, organização ambiental sem fins lucrativos, que financiou a expedição, o amplo suprimento de água doce do Suriname é vital para a biodiversidade e os ecossistemas saudáveis da região. *Muirapinima* (*Brosimum guianense*), uma árvore semelhante a um arbusto, é nativa desta região tropical das Américas.

3.5.2.7 Diversidade Mineral

Por fazer parte do Planalto das Guianas, encontram-se muito ouro e bauxita, e outros minerais de grande valor econômico. Conforme já citado no item 5.1.2.7, com a reaproximação entre Guiana e Suriname, que recentemente descobriram importantes reservas de petróleo e gás, o Brasil deve participar de novos projetos extrativistas na região, por meio da busca por acordos para explorar recursos naturais nos países vizinhos.

3.5.2.8 Proteção Ambiental

A extração clandestina de minérios é motivo de preocupação para os governantes por vários motivos. Além de não haver os cuidados ambientais com o mercúrio no garimpo de ouro, por exemplo, há um aumento da circulação de armas ilegais e um aumento da incidência de doenças como a AIDS e a malária. A Alfândega do Suriname informa que a *Muirapinima* é frequentemente exportada ilegalmente para a Guiana Francesa.

3.5.2.9 Inovação Tecnológica

Em face das dificuldades em desenvolver Ciência e Tecnologias próprias, a inovação tecnológica do país depende do investimento privado estrangeiro para o seu desenvolvimento, com enfoque maior na pesquisa para extração de suas riquezas minerais e exploração de sua biodiversidade.

3.6 CONCLUSÃO PARCIAL

O Suriname caracteriza-se por uma independência tardia e uma história política recente de tensão entre o Estado e a sociedade civil e outras organizações na qual a sociedade civil recebeu mais apoio retórico do que real no fortalecimento de suas relações com o governo. Forte predomínio de partidos políticos tradicionais e baseados em laços étnicos, estruturas democráticas de pouca efetividade prática, sistemas políticos favoráveis ao surgimento de corrupção, assim como uma série de problemas internos configuram o país como um Estado em amadurecimento institucional. Desta forma, acredita-se que o país não seja um player de relevância no que compete à geração de força ou geração de poder nos cenários geopolíticos regional e mundial.

Quanto à Expressão Científica e Tecnológica, podemos afirmar que a República do Suriname possui riquezas minerais e de biodiversidade de grande interesse para Indústrias Tecnológicas de alto valor agregado, o que representa uma capacidade para Geração de Poder e de Força daquele país. Entretanto, o Suriname não possui infraestrutura educacional e científica tecnológica própria de ponta para produzir produtos de defesa de forma independente e uma limitada infraestrutura de comunicações (telecomunicações, transportes e matriz energética), sendo dependente de sua antiga metrópole (Holanda) ou de suas parcerias com outros países para se desenvolver. Isto pode representar uma oportunidade para o Brasil se estabelecer como um parceiro prioritário para participar no esforço de extração e transformação das riquezas existentes e intercâmbio educacional.

Tratando-se dos aspectos econômicos do Suriname, depreende-se do que foi anteriormente exposto, que há a perspectiva de aquele país, considerando o seu pequeno consumo, tornar-se exportador de petróleo e, assim, ter mais recursos em sua economia, por meio de uma balança comercial favorável em relação às nações compradoras. Tendo mais recursos em sua economia, se for do interesse dos governantes locais, o Suriname poderá fortalecer suas Forças Armadas (com novos materiais e conhecimentos oriundos de relações com outras Forças).

Quanto às relações com o Brasil, o Suriname, necessitando materializar potenciais econômicos, tendo crédito advindo da exploração do petróleo, e tendo objetivo de adquirir conhecimento militar especializado, recentemente, estreitou relações com o Brasil. Tal relação é positiva para ambos, pois o Suriname atinge seus objetivos (econômicos e militares) e o Brasil lucra com a participação de suas empresas e mantém relação militar de confiança com o país vizinho. O Brasil poderá aumentar sua influência e sua balança comercial favorável se intensificar a relação com o Suriname.

Quanto às questões psicossociais, destaca-se que o Suriname possui relações com importantes players globais, como a Holanda, porque a maior colônia de surinameses fora do país localiza-se naquele Estado Europeu e como a Índia, uma vez que há iniciativas de aproximação cultural, tendo em vista o expressivo contingente de surinameses de origem indiana. Porém, essas aproximações não se refletem em iniciativas concretas que redundem em suplantar as dificuldades relevantes que o país tem para gerar Poder e Força.

No que tange à sociosfera, pode-se dizer que as características positivas suplantam as negativas, especialmente porque a diversidade da sociedade surinamesa encontrou eixos de coesão no idioma, na arquitetura, na liberdade de credo, entre outros.

Porém, é patente que o imperativo geográfico da biosfera, representado pelo vasto espaço ocupado pela Floresta Amazônica, ocasiona um grande anecúmeno, que necessitaria de um grande esforço dirigido, capitaneado pela vontade nacional, para sua ocupação e desenvolvimento. Tal iniciativa demandaria, inclusive, taxas de natalidade bem maiores que as identificadas no país, que apontam em uma direção contrária, a de redução do efetivo

populacional. Em outras palavras, os passos para a apropriação efetiva do território do Suriname, o que ampliaria a capacidade de geração de poder e força na fronteira com o Brasil, a sociedade surinamesa não parece estar disposta a dar.

No que se refere à Defesa, conclui-se, parcialmente, que o efetivo militar do Suriname apresenta uma quantidade insuficiente para prover a segurança de um país com as dimensões do seu território, acarretando pouca capacidade de gerar força. Embora as instituições militares do Suriname concebam a doutrina de emprego de Estado-Maior, de certa forma semelhante às demais Forças Armadas do mundo, os postos militares de mais alto nível do Suriname não apresentam antiguidade semelhante com demais países do mundo.

Mais especificamente, observa-se que a maior parte do efetivo de Coronéis das Forças Armadas são responsáveis pelas governanças militares no Suriname, diferente do restante do globo - que são orientados por oficiais gerais de quatro estrelas. Tal fato, desperta questionamentos sobre a maturidade funcional que os militares que ocupam tais funções possuem para exercerem tais cargos.

Sobre a doutrina militar do Suriname e a importância que o país atribuiu à atualização de seu Plano Estratégico de emprego de suas Forças Armadas, infere-se que tais aspectos não superam, ainda, a deficiência em conhecimento técnico percebida nos seus oficiais superiores por não realizarem um Curso de Estado-Maior adaptado às especificidades do país. Esses militares necessitam realizar tal curso em países parceiros. Pontua-se que, de modo geral, os militares que estudam em países estrangeiros não têm acesso à plenitude dos conhecimentos transmitidos, o que, de fato, limita a capacitação. Sendo essa a realidade do Suriname, tem-se prejuízo à capacidade de geração de força para empregar a sua expressão militar com eficiência.

Ademais, embora o Suriname tenha uma considerável quantidade de parcerias estratégicas, e isso lhe proporcione melhores condições na geração de força, a realidade é que a sua Estrutura Militar é ínfima para aplicar a força com eficiência. Soma-se a isso a sua limitação logística em adquirir e manter seus materiais de emprego militar e sua impossibilidade para produção dos mesmos. Tudo isso dificulta a sua geração de força e o emprego das Forças Armadas.

Por fim, a pequena projeção da expressão militar do Suriname vem concedendo ao Brasil um posicionamento mais passivo, considerando que não identifica ameaças no país fronteiriço. Existem parcerias em Defesa, contudo nada relevante para afirmar que o Suriname se encontra na esfera de influência do Brasil. Tal fato motiva a reflexões sobre o papel do Brasil no equilíbrio de poder no Arco amazônico e onde direcionar sua energia para estabelecer relações exteriores produtivas.

4 ESTUDO DAS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL NA GUIANA

4.1 EXPRESSÃO POLÍTICA

4.1.1 Fatores

4.1.1.1 Povo

A população da Guiana tem raízes nos povos indígenas originários, entretanto os condicionamentos colonizatórios históricos reconfiguraram a sociedade para uma distribuição baseada nas etnias dos imigrantes, reduzindo os indígenas a níveis pouco expressivos (MENKE e BONHAM, 2021). Estes pormenores serão detalhados mais à frente neste trabalho, dentro da expressão psicossocial. Do ponto de vista político, existe um sentimento de nação instituído e o

país adota as práticas democráticas costumeiras das sociedades modernas, com sufrágio universal para maiores de 18 anos que permite a participação popular no processo político-eleitoral.

4.1.1.2 Território

É o terceiro menor país da América do Sul, com uma área de 214.969 km², o que corresponde a 0,14% da área do planeta. Faz fronteira com apenas três países, Venezuela, Suriname e Brasil. Cabe mencionar que mesmo com tão poucos vizinhos, mantém disputas territoriais com os dois primeiros.

4.1.1.3 Instituições Políticas

O país se autointitula como República Cooperativa e é regido por um regime unitário e independente, multipartidário e unicameral, parlamentarista semi-presidencial sob a égide de uma constituição que foi promulgada no ano de 1980. O Chefe de Estado é o Presidente, cargo que é eleito indiretamente. Ex-colônia britânica, proclamou sua independência em 1966. A despeito disso, desde 1970 é membro da Comunidade das Nações (Commonwealth), organização intergovernamental composta majoritariamente por ex-colônias britânicas, entre outros organismos internacionais. A independência, contudo, direcionou o país para um regime com viés comunista, liderado pelo primeiro-ministro, Forbes Burnham, que governou também como presidente, até o seu falecimento em 1985. Desde então, as potências ocidentais restabeleceram sua predominância sobre o país, conduzindo-o, com esta influência, para o atual sistema. Apesar de ter características democráticas, o país passou por diversos casos de corrupção e tem um histórico recorrente de eleições turbulentas, além de políticos que governaram por diversos mandatos, consecutivos ou não, sinais de uma democracia pouco representativa ou em estágio de maturação dada a recente independência.

4.1.2 Fundamentos

4.1.2.1 Situação Geopolítica

A conformação geográfica e o relevo acidentado do país explicam, ao menos em parte, a distribuição territorial essencialmente urbana e costeira da população, o que por sua vez, contribui para o contexto geopolítico do país que será detalhado a seguir. Características como uma independência tardia para a região, pouco tempo para a maturação das instituições democráticas e de governança e uma pequena população e esparsa povoamento, confluem para caracterizar um país de pouca projeção geopolítica. A despeito disso, o país possui seus interesses nacionais claramente definidos, quais sejam: Preservação da soberania e integridade territorial da Guiana; Intensificação do papel da Guiana como ator proativo em assuntos internacionais; e Aproveitar de forma estruturada as habilidades, conhecimentos e outros recursos da diáspora guianense que podem contribuir para o desenvolvimento do país. Para tanto, lança mão da participação de entidades internacionais que possam contribuir para o logro destes interesses nacionais. Assim, ademais da associação à já mencionada Comunidade das Nações, é um associado do MERCOSUL. Outrossim, a Guiana também é membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade do Caribe (CARICOM) e associou-se, em 2018, ao Grupo de Lima. O país também foi signatário da Declaração de Santiago, em 2019, quando foi criado o Foro para o Progresso da América do Sul – PROSUL. Como consequência direta observam-se as disputas territoriais que o país possui, com dois dos três vizinhos fronteiriços. Uma delas, na região da bacia do rio

Essequibo com a Venezuela, uma situação que remonta aos tempos do domínio britânico, que se originou em 1891. Oito anos mais tarde, em 1899, um acordo concedeu à Venezuela parte da região, mas em 1962, novamente o país reclamou posse sobre toda a margem esquerda do rio. A outra controvérsia, envolvendo o Suriname, trata da região do triângulo do rio Novo, uma área de 15.600 km² no sudeste do país na qual a Guiana possui soberania reconhecida, mas é uma área disputada pelo Suriname. Nesta mesma região, o rio Corentyne, atual fronteira entre os países, também é fonte de controvérsia haja vista o Suriname reconhecer a margem esquerda como fronteira, enquanto a Guiana considera o talvegue do curso d'água como a borda do país. Uma outra questão, relativa ao limite marítimo entre os países foi pacificada em 2007. A Corte Internacional de Justiça deu um veredito concedendo soberania sobre 33.152 km² à Guiana e 17.871 km² ao Suriname. Importante notar que ambos os países se comprometeram a acatar a decisão da citada Corte, pondo fim ao imbróglio originado nos anos 2000, demonstrando o compromisso do país com tratados internacionais, ao mesmo tempo em que mantém um alinhamento aos seus interesses nacionais.

4.1.2.2 Condicionamentos Históricos

Descoberta por espanhóis em 1498, foi somente em 1580 que a colonização holandesa desenvolveu-se na região. No século XVII, com o fomento à exploração de cana de açúcar, os colonizadores moveram-se mais para o sul, a fim de buscar terras mais férteis. A cobiça estrangeira gerou embates que levaram a uma alternância de posse sobre a região. Além dos já citados holandeses, franceses e ingleses revezaram-se no domínio até que em 1831, as regiões de Demerara, Berbice e Essequibo foram unificadas na colônia Guiana Inglesa. Sob domínio britânico, após a abolição da escravatura, iniciou-se um movimento de migração de trabalhadores contratados, sobretudo oriundos da Índia, o que levou à conformação demográfica atual do país. Os britânicos herdaram um sistema constitucional de estrutura complexa e passaram a implementar mudanças que levou ao fortalecimento das lideranças coloniais locais. Já em 1953, outorgou-se uma constituição que estabeleceu o sufrágio universal, um poder legislativo bicameral e conformação ministerial para o executivo. Com os governos eleitos, a partir de então, as divergências com o Reino Unido se intensificaram, culminando com a independência em 26 de maio de 1966. Assim como o restante da América do Sul, o país foi uma colônia de exploração, o que ajuda a explicar, somado a outros fatores o modesto desenvolvimento do país, o que o leva a ser um *player* de pouca expressão.

4.1.2.3 Cultura Política

Dados os condicionantes históricos, seria de se esperar traços de limitada madureza na cultura política do país. Um estudo conduzido pelo Programa em Democracia e Governança da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (SELIGSON, 2009), demonstrou aspectos importantes neste diapasão. Registrou-se que no ano da aferição, 81,6% dos Guianenses declararam estar registrados para votar (o equivalente a possuir título de eleitor no Brasil), com diferenças irrelevantes entre as regiões do país. Além disso, 70% da população declarou ter efetivamente votado nas eleições anteriores ao levantamento, ocorridas em 2006. Estes dados corroboram a existência de uma cultura de participação no processo democrático, a despeito dos condicionantes históricos.

4.1.2.4 Doutrina e Ideologia Políticas

Existem duas principais vertentes ideológicas predominantes, etnicamente ligadas aos principais grupos representativos, indo-guianenses e afrodescendentes. A primeira, representada pelo partido PPP, remonta ao período de domínio britânico e esteve no poder ainda antes da

independência. Tem base no viés esquerdista, de socialismo democrático, com traços nacionalistas e populistas. Algumas vertentes internas são favoráveis ao marxismo-leninismo. Governou o país de 1992 aos dias atuais, exceto no mandato presidencial de 2015-19 e atualmente detém maioria na Assembleia Nacional, com 33 assentos. A segunda, representada pelo partido PNC, nasceu de uma divergência com o PPP, buscando uma vertente menos radical. Governou o país desde a independência até o ano de 1992 e atualmente detém 21 cadeiras na Assembleia Nacional. Possui viés esquerdista, sendo classificado como social-democrata, já tendo flertado com opções mais radicais deste espectro. Abarca doutrinas populistas e nacionalistas. Apesar das semelhanças ideológicas existe uma divisão interna étnica predominante no país, com polarização entre os grupos dominantes.

4.1.2.5 Ordenamento Jurídico

A Guiana estabeleceu-se como um país de matiz democrática, elegendo seus representantes por meio do sufrágio universal, muito embora encontrem-se tentativas de quebra institucional, com diversos processos eleitorais eivados de suspeitas de fraude. Bem ou mal, a polaridade partidária dificulta que as aspirações autocráticas de que uma ou outra vertente logre êxito, muito embora a proximidade ideológica possa em algum momento sobrepujar tais aspirações, o que fatalmente mergulharia o país em regime autoritário. A despeito disso, o levantamento da cultura política de 2009 apontou que cerca de 35,7% dos guianenses expressam altos níveis de apoio ao sistema e tolerância política [quanto à vieses distintos dos respondentes] (SELIGSON, 2009). Segundo a pesquisa, este número representa uma maior atitude favorável à estabilidade democrática que quando comparado a outros países da região.

4.1.2.6 Qualidade e Atitude do Eleitorado

A avaliação da qualidade do eleitorado pode ser inferida pelos resultados das eleições, haja vista o país contar com eleições livres e sufrágio universal, em que pese o histórico de corrupção e fraudes no sistema. Desta maneira poder-se-ia deduzir que o revezamento do poder entre partidos de vieses similares estaria relacionado a um eleitorado pouco ativo. Os números mostram, contudo, que apesar de 67,6% da população declarar preferência pelo regime democrático, apenas metade declarou estar “satisfeita” ou “muito satisfeita” com a forma de condução adotada pelos grupos políticos dominantes (SELIGSON, 2009). Nas questões que envolvem a participação cívica da população, a Guiana posicionou-se mais perto do topo que outros países da região também constantes da pesquisa. Apenas duas áreas da análise deixaram a desejar no país, a saber: a participação em comitês comunitários de desenvolvimento e participação nos sindicatos trabalhistas, com respectivamente 25,3% e 5,5% da população fazendo-se presente dos mesmos.

4.1.2.7 Elites e Lideranças Políticas

A recente independência não permitiu ao país amadurecer suficientemente suas lideranças políticas a ponto de contar com o respaldo na sociedade. Apesar da polarização étnica refletida nos partidos políticos representativos, há nitidamente um revezamento de poder entre as maiorias dominantes. Somente em 2015 viu-se um movimento no sentido de melhor organização de outras vertentes que, geralmente, são consideradas minorias políticas inexpressivas. Ademais, os modestos números de desenvolvimento econômico, sobretudo pobreza e desemprego, acabam sendo a principal preocupação da população e o governo que demonstra preocupação com esta característica tende a ganhar respaldo da sociedade civil. A população apresenta níveis intermediários de confiança nas instituições, anotando, em média, 50 pontos numa escala de 0 a 100. O mesmo levantamento apontou que a Igreja e as Forças de Defesa são as instituições com

maiores níveis de confiança, enquanto o governo municipal de Georgetown, as forças policiais e os partidos políticos são os menos confiáveis. A Guiana possui também o menor índice de confiança nos partidos políticos de toda a América com cerca de 12,2% da população alinhada com algum dos dois partidos políticos majoritários (SELIGSON, 2009).

4.1.2.8 Interação dos Poderes do Estado

O país atravessou diversas vertentes políticas ao longo de sua história. Desde a promulgação da última constituição até os dias atuais foi adotado o sistema unitário e unicameral, em regime presidencialista, mas com a presença de um primeiro-ministro. Assim, observa-se um conjunto de fácil controle e manipulação no conjunto executivo-legislativo, especialmente considerando a pouca diversidade ideológica nos dois poderes. No que compete à integração com o Judiciário, aparentemente o longo histórico de fraudes eleitorais e corrupção governista somados à baixa credibilidade da população dão indícios de algum grau de conivência com o sistema vigente no país. Assim, deduz-se que embora a Guiana conte com poderes constituídos e com aparente normalidade, há uma certa fragilidade esquemática e um sistema de freios e contrapesos mais estrutural que efetivamente funcional.

4.1.3 Organizações e Sistemas Políticos

4.1.3.1 Organizações

4.1.3.1.1 Executivo

Cabe ao Presidente exercer este poder. A ele também é confiada a missão de nomear e supervisionar o Primeiro-Ministro e seu gabinete ministerial. Sua eleição é indireta, num processo em que cada partido apresenta uma lista de candidatos à Assembleia. Em cada lista deve constar um líder que se tornará presidente se esse partido receber o maior número de votos. O presidente tem autoridade para dissolver o parlamento, mas ao contrário de um regime parlamentar, a Constituição não contempla nenhum mecanismo para o parlamento impedir ou substituir o presidente, exceto em caso de incapacidade mental ou graves violações constitucionais. De acordo com a constituição da Guiana, o Presidente é tanto o Chefe de Estado quanto o Chefe de Governo da República Cooperativa da Guiana.

4.1.3.1.2 Legislativo

Este ramo do poder está assentado em uma Assembleia Nacional unicameral, com 65 membros eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. Destes, 25 são eleitos diretamente entre dez círculos eleitorais geográficos. Os demais 40 são eleitos a partir de uma lista nacional, com base no princípio da representação proporcional. Os mandatos têm duração de cinco anos. Apenas o primeiro-ministro é mandatoriamente membro da Assembleia. Na prática, a maioria dos outros ministros também são membros. Aos membros não-eleitos (tecnocratas das elites políticas, bem como um porta-voz), é franqueado o direito de debater, mas não de votar. O parlamento assume três funções: legislativas, na qual se debate e aprova os projetos de lei submetidos; financeiras, na qual se mantém a vida vegetativa do executivo dentro do orçamento aprovado; e críticas, na qual procura-se garantir a transparência e responsabilidade do governo.

4.1.3.1.3 Judiciário

A Guiana tem duas tradições jurídicas, o direito consuetudinário britânico e o código romano-holandês, este último agora amplamente relegado a questões de posse da terra. A constituição é a lei suprema do país. A estrutura desse poder consiste em tribunais de magistrados para ações civis de pequeno valor monetário e delitos menores; o Tribunal Superior, com

competência originária e recursal em matéria civil e criminal; e o Tribunal de Recurso, com autoridade de apelação em casos criminais. O Tribunal de Recurso e o Tribunal Superior constituem o Supremo Tribunal. Em 2009, a Guiana adotou o Tribunal de Justiça do Caribe como seu tribunal de apelação final, substituindo o Conselho Privado (KNOWLEDGE WALK INSTITUTE, 2022). Apesar da organização, guianenses apresentam níveis intermediários de confiança no sistema judicial, sendo que a população de origem indiana tende a confiar mais que os afrodescendentes e que a parte da população mais vulnerável à corrupção demonstra menor confiança na instituição (SELIGSON, 2009). O país admite a pena capital. Muito embora não tenha ocorrido nenhuma execução desde 1997, existem hoje 17 condenados aguardando a concretização. Existe um movimento internacional, por influência do Reino Unido e União Europeia, para a revisão deste processo penal no país.

4.1.3.1.4 Eleitorado

Conforme discorrido anteriormente, o país conta com ferramentas que apontam para um sistema democrático de participação ativa, como as eleições, sufrágio universal, mandatos com prazo, pluripartidarismo, entre outros. O que se nota, contudo, é que o sistema político adotado de representatividade e parlamentarista, com grande parte dos cargos eletivos escolhidos indiretamente, dificulta uma efetiva participação do eleitorado. Ademais, como também já explicitado, os problemas econômicos e sociais parecem chamar mais atenção da população que o sistema político como um todo. É fato notório, também, que o pluripartidarismo vai de encontro à real representatividade que seu significado guarda, haja vista a preponderância de poucos partidos que de fato emplacam seus candidatos, bem como as semelhanças ideológicas que estas agremiações possuem. Isso explica também o fato apontado na pesquisa de Seligson (2009) que confirmou a baixa identificação da população com algum dos partidos políticos majoritários.

4.1.3.1.5 Partidos Políticos

Apesar do sistema pluripartidário, que conta com mais de 40 representações, nos últimos 50 anos dois grupos hegemônicos são os mais expressivos. Nas primeiras eleições após o processo de independência, o então Congresso Nacional do Povo (PNC) conquistou o poder em uma eleição marcada por inúmeras denúncias de irregularidades. Este partido inicialmente se identificou com a população urbana afrodescendente. Estabeleceu essencialmente um estado de partido único sob a direção de seu primeiro líder, Forbes Burnham, que serviu como primeiro-ministro durante 1964-80 e presidente durante 1980-85. Em 1992, foi derrotado pela primeira vez, cedendo espaço ao Partido Progressista do Povo (PPP), cuja origem se assenta como representação dos indo-guianeses rurais, constituindo-se a oposição oficial do PNC, ainda que ambos adotem similaridades ideológicas. Em 2001, o PNC acolheu o Partido da Reforma, um partido menor formado principalmente por profissionais e empresários. Tendo adotado o nome de Reforma do Congresso Nacional do Povo (PNC/R). Em 2005 foi fundado outro partido que começou a desempenhar um papel significativo na política guianense, a Aliança pela Mudança (AFC), um partido etnicamente misto cujos membros eram provenientes do PPP e do PNC/R, bem como de vários partidos menores. Nos anos seguintes, sob a égide do PNC/R ocorreram novas coligações que formaram o que hoje se denomina Parceria pela Unidade Nacional (APNU/AFC), que retomou o poder em 2015. Esta coligação conta hoje com 33 assentos na Assembleia. Similarmente, o PPP também buscou alianças e com uniu-se a outros minoritários conformando a coligação Partido Progressista do Povo/Cívico (PPP/C), que, a despeito da derrota, segue como uma liderança importante, detendo as 32 cadeiras restantes do Parlamento e o atual presidente do país, eleito em 2020.

4.1.3.1.6 Grupos de Pressão

A Guiana não parece contar com grupos de pressão claramente definidos no sentido de que tenham influência efetiva na política. Esta conclusão deriva dos seguintes dados: as principais divisões sociais do país estão centradas na questão étnica, que será abordada sob a ótica da expressão psicossocial do poder. O sistema pluripartidário com poucas lideranças e similitude ideológica parece ser uma vertente única quando analisada deste ponto de vista. As questões geopolíticas externas são delegadas a organismos internacionais, dos quais o país participa em diversas vertentes.

4.1.3.1.7 Sistema Político

O sistema político guianense demonstra organização e estruturas compatíveis com os modernos sistemas democráticos vigentes em países de tradição democrática. O que se observa, contudo, é que o sistema não é de fato funcional, pois a eficácia das instituições e estruturas é reduzida. Entre os aspectos que corroboram esta ideia estão (1) a pouca representatividade do sistema eleitoral, que apesar de assentar-se sobre um sufrágio universal não permite que o povo de fato manifeste sua efetiva vontade; (2) a existência de muitos partidos políticos, mas a predominância de poucos que efetivamente dominam o cenário; (3) competição de poder pelos grupos dominantes e sucessivos períodos de permanência e revezamento destes grupos à frente dos poderes executivo e legislativo; e (4) a delegação de competência jurídica ao um tribunal supranacional que enfraquece a soberania legal do país.

4.2 EXPRESSÃO ECONÔMICA

4.2.1 Fundamentos

A colonização holandesa promoveu a cana-de-açúcar como base da economia local à época, lançando mão de mão de obra escrava africana, a exemplo dos demais países da região. da Companhia das Índias Ocidentais. A cana-de-açúcar era a sua base econômica à época. Em 1814 o território passou ao domínio da Coroa Britânica, desta feita, economicamente, considerando a Revolução Industrial vivida na Inglaterra, interessava àquele país o mercado consumidor Guianês, assim, em 1838, a escravidão foi abolida na Guiana e, de imediato, índios foram contratados para trabalhar na agricultura. Como país agrário, exportador de matéria-prima, a Guiana se sustentou desde então até o final do século XX. Tal sustento nunca foi suficiente para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano daquele país a patamares comparáveis aos das nações ditas desenvolvidas.

4.2.2 Organizações e Funções

Atualmente, a Guiana desfruta de ganhos relativos à exploração de hidrocarbonetos. A economia daquele país registrou crescimento real de 43,5% no ano de 2020. A expansão retraiu para 20,4% em 2021 e, em 2022, deve chegar a 48,7%, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional. Brasil e Guiana estão trabalhando na implementação do Acordo Bilateral sobre Transporte de Passageiros e Cargas, que foi objeto de duas reuniões técnicas em 2019. O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado e envolve, atualmente, a negociação e execução de iniciativas na área agrícola, assim como projeto, já concluído, de combate aos efeitos da seca. Na área econômico-comercial, busca-se criar condições para ampliar o fluxo comercial e de investimentos entre os dois países. O intercâmbio bilateral totalizou US\$ 47,2 milhões em 2019, com superávit de US\$ 46,6 milhões em favor do Brasil. O diálogo bilateral no âmbito da

Comissão Administradora do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (AAP-38) segue avançando. Em dezembro de 2018, foi assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Guiana, que sinaliza interesse no adensamento das relações econômicas bilaterais e estabelece relevante marco legal para o incremento de investimentos de parte a parte. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI).

4.2.3 Fatores

De fato, a Guiana é um dos países mais pobres da América Latina. Seu Ingresso Nacional Bruto (INB) per capita é de US\$ 3.750 e a expectativa de vida gira em torno dos 66 anos.

Outro aspecto relevante da economia guianense é o valor da moeda local, 1 Real (Brasil) equivale à 43,13 Dólares Guianenses ou 1 Dólar Americano equivale a 208,07 Dólares Guianenses. Essa relação entre moedas aponta para uma moeda guianense fraca, de modo que a produção mineral, agrícola ou industrial daquele país necessita vender maiores volumes - que nações com moeda forte - para obter o mesmo capital.

Importante destacar que o anúncio do governo da Guiana de que contratou o *China Railway Group* para construir e financiar o projeto hidrelétrico de *Amaila Falls* e, possivelmente, tirar até US \$ 1,5 bilhão em empréstimos para a infraestrutura do *Chinabuilt*, simboliza a que os projetos chineses exercem - e exercerão nos próximos anos, forte a influência e possível subjugação da República Popular da China sobre China na Guiana.

Ainda, em infraestrutura, o envolvimento chinês no interior desabitado da Guiana é provavelmente apenas o começo. Melhorias significativas na rodovia que conecta a costa da Guiana em Georgetown e Berbice à cidade do interior de Linden, e de lá para a fronteira com o Brasil em Lethem, é um projeto que provavelmente será contratado por uma empresa sediada na República Popular da China, ou seja, obras ocorrerão, contudo, possivelmente, sem gerar emprego e renda aos Guianeses.

Destaca-se que o atual crescimento econômico da Guiana gera razoável aprimoramento de suas Forças Armadas (geração de força) por meio de um aumento gradual do investimento da daquele país em Defesa, conforme Tabela 1 (Banco Mundial, 2020) abaixo:

Tabela 1 - Demonstração da evolução do PIB da Guiana (comparativa em relação a outros países da América do Sul)

Tabela 1 - Percentual do PIB Destinado ao Orçamento de Defesa

País	2014	2015	2016	2017	2018
Argentina	0,88	0,85	0,81	0,86	0,85
Bolívia	1,9	1,74	1,63	1,54	1,5
Brasil	1,33	1,37	1,35	1,42	1,47
Chile	1,96	1,9	1,92	1,94	1,89
Colômbia	3,13	3,13	3,08	3,19	3,17
Equador	2,74	2,82	2,72	2,76	2,78
Guiana	1,28	1,46	1,51	1,68	1,69
Paraguai	0,99	1,07	0,95	0,89	0,93
Peru	1,58	1,72	1,3	1,24	1,19
Uruguai	1,81	1,82	1,88	1,98	1,95
Venezuela	1,16	0,94	0,45	0,49	---
América Latina e Caribe	1,29	1,28	1,24	1,26	1,26

Fonte: World Bank³ and Macro Data (especificamente para Guiana)⁴

Contudo, uma determinada crise fronteiriça entre Venezuela e Guiana promove uma escalada nas tensões marítimas na região. Caracas tem retomado as discussões sobre sua reivindicação territorial da região de Essequibo, já abordada na expressão política. O Brasil, que compartilha fronteira com ambos os países, foi contactado, em 2018, pelo governo guianês, a apoiar aquele país contra as intenções venezuelanas. A região do Essequibo apresenta uma rica fauna e elevado potencial hidroelétrico em virtude da presença de diversos rios, afluentes e cachoeiras, mas também de grandes reservas de minérios, sobretudo de diamantes, ouro, cobre, molibdênio e níquel (SERBIN, 2003). Recentemente, foi também descoberta a presença de petróleo nesse território, o que coloca a Guiana com grandes possibilidades de se enriquecer dessas fontes.



Figuras 10a) e 10b) – (a) 2018 - Venezuela ameaça anexar mais da metade do território guianês (DEFESA AÉREA & NAVAL, 2021); (b) Imagem 8: 06 de maio de 2022 – o Presidente da República Federativa do Brasil visita a Guiana (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2022).

4.3 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

4.3.1 Fundamentos

4.3.1.1 Pessoa

A Guiana abriga uma grande diversidade étnica. Sua população é composta por 51% de Indianos, 30% afro-americanos, 11% eurameríndios, 5% ameríndios e 3% de outras etnias (FRANCISCO, 2022c). A presença de 2 (dois) grupos majoritários tem gerado uma inquietação racial politicamente influenciada entre os afro-guianenses e os indo-guianenses. A atitude basicamente conservadora e cooperativa na sociedade guianense contribui para esfriar as tensões racistas, mas ainda é o maior problema social do país. Entretanto, a população multirracial aumentou 37.788 pessoas, representando crescimento de 43% (WIKIPEDIA, 2022a). A existência de racismo entre as duas maiores etnias do país dificulta a integração nacional, e, conseqüentemente, a capacidade de gerar Poder e Força.

Ao se observar as origens da população do país, verifica-se que a área que atualmente corresponde à Guiana era ocupada por indígenas Uaiuais, Macuxi, Patamona, Galibis, Uapixanas, Pemon, Capons e Waraos, mas durante o processo de colonização, os holandeses instituíram a mão-de-obra de escravos africanos (FRANCISCO, 2022c). Em 1834, houve a abolição da escravidão e, em substituição, foram trazidos trabalhadores da Índia, Portugal e China, em um regime de servidão, conformando o grupo majoritário na sociedade. A mudança de Metrópole da Holanda para o Reino Unido, bem como a abolição da escravidão promovida pelos ingleses pode ter ocasionado um maior interesse desses trabalhadores nos processos políticos do país, o que ajuda a explicar a inquietação racial politicamente influenciada.

4.3.1.2 Instituições Sociais

A Guiana é o único país sul-americano de colonização britânica. Mas, a alternância da metrópole a controlar a região reduziu a fixidez de determinados traços que poderiam auxiliar na conformação da identidade nacional. Por outro lado, a adoção de um herói nacional, o escravo Cuffy e a rebelião de escravos por ele liderada como a data nacional do país, 23 de fevereiro de 1763, contribui para a construção desta identidade, embora não reduza as tensões entre os afro-guianenses e os indo-guianenses, uma vez que o herói nacional pertence a um dos grupos, é afro-guianense (WIKIPEDIA, 2022a). A simbologia adotada ao assumir a rebelião como data nacional tem potencial para mobilizar a nação para guerras de resistência contra nações de Poder Militar superior.

Com relação às Instituições Sociais, convém ressaltar a diversidade de cultos religiosos. O Cristianismo representa 51,2% da população, sendo 22% protestantes, 11% católicos, 8,6% anglicanos e 9,8% independentes. O hinduísmo responde por 32,8%, o islamismo, por 8,2% e demais religiões e o ateísmo, pelos restantes 7,6% (FRANCISCO, 2022c), o que faz com que a divisão social entre afro-guianenses e indo-guianenses se faça sentir aí. Há, dessa forma, uma aproximação entre hindus e muçulmanos, que pode ser exemplificada pela reunião, nas aldeias menores, destas denominações para participarem nas cerimônias uma da outra (WIKIPEDIA, 2022a). Deve ser considerado, ainda que até a década de 1970, feriados muçulmanos e hindus não eram reconhecidos oficialmente.

A própria oposição entre hindus e cristãos fez desmorrar o sistema de castas, característico do hinduísmo, uma vez que, em reação à tentativa de conversão de hindus pelos cristãos, os brâmanes começaram a administrar ritos espirituais para todos os hindus, sem distinção de casta (WIKIPEDIA, 2022a), o que favoreceu a união dos indo-guianenses. Cabe

destacar que o Anglicanismo era a religião oficial do Estado até a independência, em 1966 (WIKIPEDIA, 2022a), e sua baixa adesão, atualmente, denota laços bastante esgarçados no campo psicossocial com a antiga metrópole. As diferenças religiosas permitem caracterizar o processo que originou a cisão entre as duas principais etnias que compõem o país, de um lado os afro-guianenses, de credo cristão, herdado dos colonizadores. Do outro, os indo-guianenses, de religião hindu, unidos pelo desmoronamento do sistema de castas, e de religião muçulmana, unidos aos hindus por origem geográfica e por oposição à tentativa histórica de imposição da religião cristã pelo Estado Colonial.

A Guiana é a única nação sul-americana em que o inglês é o idioma oficial. Podem ser encontrados outros idiomas, como o português, o chinês, o hindi, o urdu, o espanhol e o tâmil. O crioulo da Guiana (um crioulo baseado no inglês com sintaxe africana e/ou do leste da Índia) é língua materna de 75% da população, entretanto esta variante sofre de uma forte desvalorização social (WIKIPEDIA, 2022). Este crioulo é falado especialmente no norte do país, onde se localizam a maior parte das cidades e da população, mas falantes podem ser encontrados em todo o território da Guiana. Mesmo no crioulo, há variações entre as sintaxes, podendo ser africanas ou hindus. A Guiana possui um alto nível de letramento, 88,5% (BRITANNICA, 2022), o que, juntamente com a adoção de um único idioma como oficial amplia a capacidade de coesão social, facilitando a geração de poder e força, muito embora, a própria existência de sintaxes diversas no crioulo, atinentes aos grupos majoritários reduz, em parte, esse potencial.

4.3.1.3 Ambiente

4.3.1.3.1 Sociosfera

Com relação ao ambiente, no que tange à sociosfera, muitos dos ex-escravos afro-guianenses se mudaram para as cidades onde se tornaram o maior grupo étnico, enquanto os indo-guianenses se tornaram o maior grupo no campo (WIKIPEDIA, 2022a). Percebe-se, portanto, que a divisão étnica que acompanha a sociedade guianesa também aparece em termos espaciais, ocasionando uma oposição campo/cidade que dificulta a geração de poder e força.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) da Guiana é considerado médio, ficando o país em 124º, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no ranking do IDH elaborado em 2014 (PNUD, 2014). Atrelado ao desenvolvimento humano está a sensação maior ou menor de bem-estar. No caso da Guiana, as condições que representam o IDH têm corroborado para a emigração, que tem sido um dreno para os recursos humanos mais qualificados do país. Muitos desses emigrantes são profissionais habilitados que o deixam com destino aos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e para as Ilhas do Caribe, cuja perda intensifica os severos problemas econômicos da Guiana (BRITANNICA, 2022b). Tais condições da sociosfera corroboram para a afirmação de que a Guiana carece de uma massa crítica de conhecimentos em muitas das disciplinas e atividades das quais depende, o que, conseqüentemente, implica em dificuldades na geração de Poder e Força. O país tem buscado uma saída para este problema por meio da chamada diáspora guianense, citada na expressão política, como um dos interesses nacionais do país.

4.3.1.3.2 Biosfera

A Guiana possui uma baixa densidade demográfica, apenas 3,5 habitantes por km². Sua população é de 762.498 habitantes, sendo 391.442 homens e 371.056 Mulheres (FRANCISCO, 2022c). As planícies costeiras compõem cinco por cento da área do país e compreendem noventa por cento da população da Guiana (WIKIPEDIA, 2022a). O Censo da População e Habitação

mais recente foi realizado em 2012. A Guiana teve uma taxa de crescimento populacional negativo de -0,44% no período intercensitário de 2002 a 2012 (WIKIPEDIA, 2022a). Essas características apontam para um vasto anecúmeno, sem a possibilidade de expansão populacional para região, que se estende do centro do país para o Sul, onde existe a fronteira com o Brasil, o que reduz substancialmente a capacidade de geração de Poder e Força nessas áreas. Ainda com respeito à biosfera, a Guiana possui uma região de Montanhas, ao sudoeste, em que a cobertura vegetal é de pastagens e savanas, o que permitiria a ocupação humana. Essa região estende-se para a Venezuela e o Brasil. Tal área reveste-se de importância porque domina toda a planície que se estende até o Rio Essequibo, espaço geográfico em que a soberania da Guiana é contestada pela Venezuela. Cabe ressaltar que, embora a vegetação seja mais propícia ao desenvolvimento humano, a área também integra o anecúmeno centro-sul guianense.

4.4 EXPRESSÃO MILITAR

4.4.1 Recursos Humanos

Segundo o *The Military Balance 2022*, do efetivo total do país, cerca de 3.400 (três mil quatrocentos) são militares, sendo 3.000 (três mil) pertencentes às Forças Terrestres, 200 (duzentos) compõem a Guarda Costeira e 200 (duzentos) integram o Corpo Aéreo.

4.4.2 Instituições Militares

As Forças Militares da Guiana estão organizadas sob o nome de Forças de Defesa da Guiana, que incluem as Forças Terrestres, a Guarda Costeira e o Corpo Aéreo. Elas são treinadas e adestradas nas escolas de treinamento da FDG. No entanto, os Oficiais também se formam em duas das escolas britânicas: a Real Academia Militar de *Sandhurst* e o Colégio Real Naval Britannia (*Britannia Royal Naval College*), responsável pela formação da Guarda Costeira (WIKIPÉDIA, 2022).

4.4.3 Doutrina Militar

A Força de Defesa da Guiana está focada no controle de fronteiras, apoio às operações de aplicação da lei e assistência ao poder civil. Ela treina regularmente e participa de exercícios bilaterais e multinacionais. Uma iniciativa de treinamento com a China ajudou dois pilotos da Guiana a adquirir a certificação de combate aéreo, embora a Guiana não tenha aeronaves de combate em seu inventário. O governo está planejando reestruturar a FDG para melhorar sua flexibilidade (THE MILITARY BALANCE, 2022). A Força de Defesa da Guiana está encarregada de defender a integridade territorial da Guiana, assistir o poder civil na manutenção da lei e da ordem e contribuir para o desenvolvimento econômico da Guiana (DOUGLAS, 2019).

4.4.4 Estrutura Militar e Comando e Controle

A Guiana faz parte da Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe. Possui estreitos laços militares com o Brasil, com quem coopera na segurança de fronteiras por meio de encontros anuais de intercâmbio militar regional. O país também tem acordos bilaterais com China, França e Estados Unidos. (THE MILITARY BALANCE, 2022). Durante o Regime Militar brasileiro (1964 a 1985), o Brasil se apresentou como um potencial parceiro, sem abandonar o pragmatismo da sua Política Externa. A estratégia do país era trazer a Guiana para sua zona de influência, que levou a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978, que incluiu a Guiana com a finalidade de proteger a Amazônia sob qualquer intervenção internacional nas fronteiras brasileiras. (PATRÍCIA, et al, 2013). Um aspecto relevante que coloca a Guiana em um nível

baixo de maturidade institucional de Defesa, muito aquém dos principais países do mundo em matéria de Defesa, é o fato de ainda não possuir uma instituição estatal que coordene e empregue as suas Forças Armadas. Nesse sentido, para melhor amparar essa assertiva, segundo o Tenente Coronel Fraser, do Exército da Guiana, a ausência de um Ministério da Defesa estrutural tem se apresentado como um óbice relevante na arquitetura de segurança daquele país (FRASER, 2011).

4.4.5 Capacidade Logística, Científica e Tecnológica

A Guiana não apresenta capacidade logística expedicionária ou associada. Os equipamentos são compostos majoritariamente por plataformas de segunda mão, principalmente de fabricação brasileira e norte-americana. A Força Aérea expandiu suas modestas capacidades de transporte aéreo com algumas aeronaves utilitárias de segunda mão. Além das instalações de manutenção, não há setor industrial de defesa (THE MILITAR BALANCE, 2022).

4.5 EXPRESSÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

4.5.1 Fundamentos

Conforme os sites Brasil Escola (2022b), Infoescola (2022b), Brasil (2022b), Francisco (2022c), Mundo Educação (2022a) e Wikipedia (2022a), temos as seguintes informações:

4.5.1.1 Recursos Humanos

Com 88,5%, a taxa de alfabetização do país é a mais baixa da América do Sul. No geral, a alfabetização é maior entre as mulheres (89,7%) do que entre homens (87,2%) e estima-se que a alfabetização funcional seja de apenas 70% entre os alfabetizados. Em 2012, a expectativa de vida escolar, do ensino primário ao ensino superior, era de um total de 11 anos de estudos. Vide mais detalhes no item 4.5.2.1.

4.5.1.2 Recursos Naturais e Materiais

A Guiana tem aproximadamente 214.970 Km², com um litoral de cerca de 430 Km de extensão e localiza-se na região do norte da América do Sul, fazendo fronteiras com a Venezuela no oeste, Brasil ao sul e oeste, e Suriname ao leste. O relevo guianense se compõe de três estruturas: uma extensa faixa ao norte do país, composta por planícies litorâneas, onde ocorre a maior parte do cultivo de cana-de-açúcar; uma sequência de planaltos, que também percorre o país de leste a oeste em sua porção central e sul; e uma região montanhosa, que conta com as altitudes mais elevadas do país é composta por planaltos menos desgastados. Existem muitos rios que cortam toda a extensão do território, com destaque para os rios *Essequibo*, *Damerara*, *Berbice* e *Corentyne*. O clima predominante é o tropical no Norte, e o equatorial no sul. As temperaturas são elevadas praticamente o ano todo, havendo uma baixa amplitude térmica. As chuvas ocorrem de forma abundante, especialmente no litoral. Na Guiana são identificadas variadas coberturas vegetais, com destaque para a floresta Amazônica, vegetações litorâneas (coqueiros e mangues) e savanas, nos pontos de relevo mais elevados. A maioria das reservas de bauxita, ouro e diamante do país está na região de planaltos.

4.5.1.3 Instituições Científicas e Tecnológicas

A Universidade da Guiana, em Georgetown, Guiana, foi estabelecida em 1963 pelo governo guianense e é a única instituição nacional de ensino superior da Guiana e oferece atualmente mais de 60 programas de graduação e pós-graduação, incluindo Ciências Naturais, Engenharia, Estudos Ambientais, Engenharia Florestal, Planejamento e Gestão Urbana, Estudos de Turismo, Educação, Artes Criativas, Economia, Direito, Medicina, Optometria e

Enfermagem. Entretanto, o país passa por problemas crônicos de falta de mão de obra qualificada e uma infraestrutura não desenvolvida.

4.5.2 Fatores

4.5.2.1 Educação e Formação Profissional

A Guiana carece de uma massa crítica de conhecimentos em muitas das disciplinas e atividades das quais depende. O sistema educacional não se concentra suficientemente no treinamento de guianenses em ciência e tecnologia, assuntos técnicos e vocacionais, gestão de negócios ou ciências da computação. O sistema educacional guianense é modelado no antigo sistema educacional britânico. O país destina cerca de 5,5% de seu Produto interno bruto (PIB) para despesas, investimentos e manutenção da educação nacional, o que é considerado médio em comparação a outros países vizinhos. Os desafios de infraestrutura impactam o acesso à educação, especialmente entre os alunos do interior. Uma avaliação do Banco Mundial mostrou que cerca de 50% dos professores guianenses lecionavam com materiais didáticos inadequados e atendiam a filhos de pais com baixos níveis de alfabetização.

4.5.2.2 Comunicação

a) Telecomunicações: Conforme os sites Bahasa (2022) e Teleco (2018), as telecomunicações na Guiana incluem rádio, televisão, telefones fixos e móveis e a Internet. As primeiras telecomunicações eram propriedade de grandes empresas estrangeiras até a indústria ser nacionalizada na década de 1970. A *Guyana Telephone and Telegraph Company* (GT&T) detinha o monopólio da maioria desses serviços. Em um relatório do censo de 2012 sobre as famílias guianenses, 55,5% tinham um rádio, 82,7% uma televisão, 27,8% um computador pessoal e 16,2% tinham internet em casa, 49,3% tinham um telefone fixo e 70,6% tinham um telefone celular. Na década de 1990, uma mudança para a privatização foi direcionada para melhorar a qualidade geral dos serviços no país. A Lei das Telecomunicações de 2016 foi feita para melhorar a qualidade e reduzir os preços para os consumidores, bem como estabelecer o acesso universal. A Guiana possui vários cabos de comunicação para conexões internacionais. O Sistema de Cabo Submarino Suriname-Guiana (SGSCS) ligando Trinidad, Guiana e Suriname e o cabo de comunicações submarino de fibra óptica das Américas II ligando os Estados Unidos, Porto Rico, as Ilhas Virgens dos EUA, Martinica, Curaçao, Trinidad, Venezuela, Guiana Francesa e Brasil com extensões terrestres para Suriname e Guiana. O cabo submarino *X-Link* foi instalado em 2019 e é propriedade da E-Networks Inc., ligando a Guiana a Barbados. Um cabo de fibra óptica terrestre do Brasil para a Guiana que foi construído em 2011 foi abandonado devido a extensos danos;

b) Transporte: Em termos de transporte, há um total de 187 quilômetros de ferrovia, todos dedicados ao transporte de minério. Existem 7.969 quilômetros de rodovia, dos quais 591 Km são pavimentados. As vias navegáveis se estendem por 1.077 Km, incluindo os Rios *Berbice*, *Demerara* e *Essequibo*. Existem portos em *Georgetown*, *Port Kaituma* e *Nova Amsterdam*. Existem dois aeroportos internacionais: Aeroporto Internacional *Cheddi Jagan* e Aeroporto Internacional *Eugene F. Correia* (anteriormente Aeroporto de *Ogle*); além de cerca de 90 pistas de pouso, nove das quais com pistas pavimentadas. Existe um aeroporto regional, o Aeroporto de *Ogle*. Para o movimento de mercadorias volumosas de baixo valor por grandes distâncias, o transporte por água é mais barato, pelo fato de a infraestrutura rodoviária do país ser pouco avançada. Uma grande porcentagem de exportações e importações é transportada por via marítima. O principal porto de Georgetown, localizado na foz do rio Demerara, compreende

vários cais, a maioria dos quais de propriedade privada. As restrições de calado limitam o tamanho dos navios que utilizam o porto de Georgetown a 15.000 toneladas de porte bruto (DWT). No entanto, melhorias recentes no canal no rio *Berbice* tornaram possível que navios de até 55.000 toneladas atracassem ali. Não há trens programados para passageiros na Guiana; portanto, os micro-ônibus servem como o principal sistema de transporte público; e

c) Matriz Energética: A eletricidade é, em sua maior parte, produzida a partir de combustíveis fósseis que precisam ser importados do exterior, pois os recursos próprios do país estão em áreas que estão em disputa fronteiriça com os países vizinhos Suriname e Venezuela. O setor de eletricidade na Guiana é dominado pela Guiana *Power and Light* (GPL), a empresa estatal verticalmente integrada. Embora o país tenha um grande potencial para geração de energia hidrelétrica e alimentada com bagaço de cana de açúcar em termelétricas, a maioria de sua capacidade instalada é fornecida por geradores ineficientes movidos por motores a diesel. Segundo um relatório de 2008, naquele ano a capacidade instalada era de 525 GWh de geração estatal e 140 GWh de geração privada. Desse total, cerca de 8% vinham da queima de bagaço de cana. Várias iniciativas estão em vigor para melhorar o acesso à energia no interior. A Guiana é dotada de recursos de energia renovável e provavelmente se beneficiará muito da transição energética. É classificado no terceiro lugar entre 156 países no índice de ganhos e perdas geopolíticas após a transição energética (Índice GeGaLo).

4.5.2.3 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Destacam-se os seguintes Centros de Pesquisa da Universidade da Guiana (BERNARD et al, 2022): a) O Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS) é um centro de pesquisa que se concentra na análise de políticas públicas na Guiana, Caribe e outras nações em desenvolvimento. Este instituto trabalha nas áreas de pesquisa acadêmica, treinamento e serviços de consultoria para aprimorar tomada de decisão, estudo e compreensão da Guiana, do Caribe e do mundo Caribe e o mundo em desenvolvimento em geral; e b) O Centro de Estudos da Diversidade Biológica (CSBD) está localizado no Campus de Universidade da Guiana e opera através da Faculdade de Ciências Naturais em colaboração com o Departamento de Biologia. O governo da Guiana e do Brasil assinaram um memorando de entendimento em 2012 para explorar o desenvolvimento da energia hidrelétrica, da estrada por *Linden-Lethem* e do porto de águas profundas para impulsionar o comércio e a cooperação bilaterais.

4.5.2.4 Dinâmica Produtiva

A base da economia guianense está concentrada no setor primário, em especial nas atividades agropecuárias. A produção de arroz e açúcar têm destaque na agricultura do país e são os produtos mais exportados. O cultivo do arroz é resultado da chegada dos Indus, por volta de 1850, que se dedicam até os dias de hoje a este cultivo. A indústria açucareira também é significativa para a economia da Guiana. As atividades extrativistas, especialmente a de madeira e a mineração do ouro e de pedras preciosas, como o diamante, têm experimentado um crescimento significativo nos últimos anos. No litoral se destaca a atividade pesqueira de camarão. Com a descoberta de amplas jazidas de petróleo pela Guiana, cuja produção iniciou-se em dezembro de 2019, há potencial de gerar grande crescimento econômico e desenvolvimento social para o país. A indústria açucareira é responsável por 28% de todas as receitas de exportação, é administrada em grande parte pela empresa *GuySuCo*, que emprega mais pessoas do que qualquer outra indústria. Muitas indústrias têm um grande investimento estrangeiro. Por exemplo, a empresa americana *Reynolds Metals* e da anglo-australiana Rio Tinto subsidiária Rio Tinto Alcan está investindo fortemente na indústria mineral da Guiana; a empresa coreana/malaia

Barama tem uma grande participação no setor madeireiro. Desde 2015, empresas estrangeiras fizeram várias descobertas significativas de óleo em águas profundas. A Economia da Guiana experimentou um crescimento moderado no início dos anos 2000, devido a desenvolvimentos agrícolas e de mineração, um melhor clima de negócios, uma taxa de câmbio adaptada, baixa inflação e apoio de organizações internacionais. O país também tem uma dívida externa considerável. A Guiana tem um produto interno bruto (PIB) de 4,121 bilhões (2019), e, depois do Suriname, é o segundo país mais pobre da América do Sul. A companhia telefônica estatal, a empresa florestal e a indústria de arroz e pesca também foram privatizadas com reformas efetuadas nos últimos 20 anos. Entretanto, o desenvolvimento científico e tecnológico do país próprio é incipiente e depende fortemente dos investimentos estrangeiros de sua antiga metrópole (Reino Unido) e de outros parceiros econômicos.

4.5.2.5 Infraestrutura Científica e Tecnológica

A Universidade da Guiana e seus diversos Institutos.

4.5.2.6 Biodiversidade

A Guiana possui a maior biodiversidade entre os países da Comunidade do Caribe e Mercado Comum (CARICOM) e assinou um acordo de cooperação na região amazônica. A Guiana vê em sua estratégia nacional a biodiversidade como importante para objetivos agrícolas, genéticos, sociais, econômicos, científicos e estéticos. Os seguintes habitats foram categorizados para a Guiana: costeira, marinha, litoral, estuarina palustrina, manguezal, ribeirinha, lacustre, pântano, savana, floresta de areia branca, floresta de areia marrom, montanha, floresta tropical, floresta montanhosa, planície úmida e florestas de matagal perene (1999). Mais de 80% da Guiana ainda está coberta por florestas, essas florestas também contêm as orquídeas mais raras do mundo variando de florestas verdes e sazonais secas a florestas tropicais montanhosas e de baixa altitude. Essas florestas abrigam mais de mil espécies de árvores. O clima tropical da Guiana, geologia única e ecossistemas relativamente primitivos apoiam extensas áreas de florestas tropicais ricas em espécies e habitats naturais com altos níveis de endemismo. Aproximadamente oito mil espécies de plantas ocorrem na Guiana, metade das quais não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. A Guiana tem um dos mais altos níveis de biodiversidade do mundo. Com 1.168 espécies de vertebrados e 814 espécies de aves, possui uma das mais ricas espécies de fauna de mamíferos de qualquer área de tamanho comparável do mundo. A região do Planalto das Guianas é pouco conhecida e extremamente rica em termos biológicos. Ao contrário de outras áreas da América do Sul, mais de 70% do habitat natural permanece intocado.

4.5.2.7 Diversidade Mineral

Conforme mencionado por Galdino no Anexo A, e por Fregapani no Anexo B, a Guiana, juntamente com o Estado Brasileiro de Roraima, faz parte do Planalto das Guianas, também conhecido como Escudo das Guianas. Essa região é uma das mais antigas do planeta, tendo idade geológica estimada entre 3 e 4 bilhões de anos, sendo assim formada na era Pré-Cambriana, o que subsidiou nessa região, em seu subsolo, o surgimento de metais preciosos e semipreciosos. Além disso, estudos apontam que Roraima faz parte da bacia petrolífera da República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa). Dessa forma, Galdino (Anexo A) cita que podem-se encontrar no estado de Roraima (e, por inferência, na Guiana) riquezas como ouro, bauxita, diamantes, nióbio, cassiterita, entre outros tipos de metais de grande interesse econômico

para indústrias de alto valor tecnológico agregado como a Eletrônica, Mecânica e Aeroespacial. Conforme menciona Paixão (2022), com a reaproximação com Guiana e Suriname, que recentemente descobriram importantes reservas de petróleo e gás, o Brasil deve participar de novos projetos extrativistas na região, por meio da busca por acordos para explorar recursos naturais nos países vizinhos. Citado também por Paixão, o atual Ministro de Minas e Energia destacou que “[A costa do Suriname e Guiana] já tem reservas comprovadas que correspondem a 40% do nosso pré-sal. É muito petróleo e muito gás que vem para esses países, daí a importância que colocam no Brasil” e que: “O Brasil já tem experiência grande em desenvolvimento tecnológico, patente, em proteção ao meio ambiente, exploração de petróleo e gás no mar e é isso que estamos fazendo aqui”.

4.5.2.8 Proteção Ambiental

O país é uma das cinco áreas mais arborizadas do mundo e o desmatamento no país é praticamente inexistente. Em agosto de 1994, o país ratificou a Convenção sobre Diversidade Biológica, que foi o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em junho de 1992. Cerca de 14 áreas de interesse biológico foram identificadas como possíveis pontos de acesso para um Sistema Nacional de Áreas Protegidas.

4.5.2.9 Inovação Tecnológica

Em face das dificuldades em desenvolver Ciência e Tecnologia próprios, a inovação tecnológica do país depende do investimento privado estrangeiro para o seu desenvolvimento, com enfoque maior na exploração de sua biodiversidade.

4.5.3 Conclusão Parcial

Mediante os levantamentos realizados, pode-se concluir que, do ponto de vista da expressão política a Guiana conta com um regime democrático, mas sua recente independência e a conformação política denotam traços de pouca maturidade. Entre os fatos que corroboram esta observação estão as instituições manipuladas pelas lideranças políticas e a submissão destas àquelas, assim como ferramentas que enfraquecem a real participação popular no processo político como um todo, como o sistema de eleições indiretas, o pluripartidarismo pouco representativo e o legislativo unicameral. Do ponto de vista da geopolítica internacional, a despeito dos interesses nacionais bem definidos, têm pouco poder de barganha no cenário do concerto das nações, com baixa capacidade de geração de poder político, assim procura se amparar na resolução diplomática e pacífica dos conflitos, recorrendo aos organismos internacionais de mediação. Também procura filiar-se aos mais diversos organismos internacionais, tanto comerciais quanto políticos, diplomáticos, jurídicos, militares, como forma de mitigar a pouca expressividade geopolítica.

Desta feita, pode-se deduzir que as características geopolíticas da Guiana poderiam servir como uma oportunidade de parceria para o Brasil, pois apesar de contar com pouca capacidade de influenciar diretamente este contexto, o país conta com uma extensa rede de parcerias das quais o Brasil pode se beneficiar indiretamente, em especial nas hipotéticas questões futuras que envolvam o questionamento sobre a soberania da Amazônia, enquanto o Brasil poderá fomentar o desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura do país.

Dos estudos da expressão econômica, depreende-se que: a Guiana não investiu, até os dias atuais, em Forças Armadas capazes de proteger seu território composto de grandes vazios demográficos na região centro-sul; há a perspectiva de a Guiana, considerando o seu pequeno

consumo, tornar-se exportador de petróleo e, assim, ter mais recursos em sua economia, por meio de uma balança comercial favorável em relação às nações compradoras; tendo mais recursos em sua economia, se for do interesse dos governantes locais, a Guiana poderá fortalecer suas Forças Armadas (com novos materiais e conhecimentos oriundos de relações com outras Forças); a descoberta de grandes campos de petróleo na plataforma continental da Guiana gerou a cobiça da Venezuela e, considerando indefinições limítrofes do passado, tensões foram geradas (ameaças de tomada de território guianês por parte da Venezuela). Tal recrudescimento aproximou o governo guianês do brasileiro, contudo investimentos chineses em infraestrutura e petróleo fazem a República Popular da China exercer grande influência sobre o Poder Executivo Guianês. Também, necessitando proteger-se de ameaças externas (conforme supramencionado), materializar potenciais econômicos e adquirir conhecimento militar especializado, atualmente, a Guiana relaciona-se com o Brasil. Tal relação é positiva para ambos, pois a Guiana atinge seus objetivos (econômicos e militares) e o Brasil lucra com a participação de suas empresas e mantém relação militar de confiança com o país vizinho. O Brasil poderá aumentar sua influência e sua balança comercial favorável se intensificar a relação com a Guiana.

No que compete à expressão psicossocial, a Guiana possui dificuldades importantes para gerar poder e força, especialmente, na fronteira com o Brasil, isso porque, embora a miscigenação tenha aumentado, as divisões étnicas internas, manifestadas na política e na cultura do país, aliadas às dificuldades de desenvolvimento, não contribuem para a formação de uma coesão social que permitiria ultrapassar o imperativo geográfico da biosfera, representado pelo vasto espaço ocupado por florestas ao centro e ao sul do país.

Cabe destacar que, apesar de ser o único país anglófono na América do Sul, o que, por si só, já indicaria a existência de laços com o Reino Unido, a baixa aderência da religião anglicana na sociedade guianesa e a adoção de um escravo revoltoso como Herói Nacional denotam uma tendência de afastamento da ex-metrópole por parte da população. A forma como o Reino Unido é percebida pelo povo guianense pode dificultar o estabelecimento de parcerias estratégicas entre ex-metrópole e ex-colônia, o que reduz a possibilidade de aplicação de instrumentos do Poder Nacional britânico nessa parte do entorno estratégico brasileiro.

Estudando os aspectos relacionados à Expressão Militar da Guiana, percebe-se que seus recursos humanos e o efetivo de suas Forças Armadas são ínfimos. A Guiana não possui relações sólidas e estratégicas com nenhum país ou aliança relevante no cenário internacional, por isso, apresenta pequena capacidade de gerar de força na fronteira norte do Brasil.

A dinâmica de suas instituições militares e doutrina militar coloca a Guiana numa situação que se aproxima da antiga definição de colônia, pois o país praticamente delega sua formação e treinamento a países parceiros. A sua ineficiência logística e tecnológica, até o momento, subordina o país ao eixo americano-brasileiro. A tradução de algo que se extrairia de sua Política Nacional de Defesa é que o país prioriza a utilização das instituições militares para a segurança interna e da lei e da ordem, dificultando sua capacidade de projetar força em um cenário de defesa externa.

Sua parceria histórica e estratégica com o Brasil coloca o país numa situação mais estável nas relações internacionais na América do Sul. No entanto, sua recente aproximação com a China potencializa sua capacidade de gerar força, uma vez patrocinado por aquele país oriental. Face a isso, o Brasil deve buscar estratégias eficientes para não perder sua esfera de influência sobre a Guiana, sob pena de ter que redirecionar suas energias de geração de força para uma área que não possui demandas evidentes.

Finalmente, a irrelevância da Guiana na expressão militar pode acarretar em negligências do Brasil ao deixar de elaborar ações estratégicas para, pelo menos, manter o *status quo* na região. Em um cenário mais perigoso, essa falta de atenção brasileira pode abrir espaço para o fortalecimento da influência chinesa na região norte do Brasil, com consequente aumento da capacidade de geração de força no Arco Amazônico brasileiro, colocando o Brasil numa situação desconfortável. Tudo isso conduz ao raciocínio para elaboração de políticas e estratégias eficientes que objetivem a manutenção da Guiana na esfera de influência brasileira.

Quanto à expressão científica e tecnológica, a partir dos dados prospectados, podemos afirmar que o país possui riquezas minerais e de biodiversidade de grande interesse para indústrias tecnológicas de alto valor agregado, o que representa uma capacidade para Geração de Poder e de Força. Entretanto, a Guiana não possui infraestrutura educacional e científica tecnológica própria de ponta para produzir produtos de defesa de forma independente e uma limitada infraestrutura de comunicações (telecomunicações, transportes e matriz energética), sendo extremamente dependente de sua antiga metrópole ou de suas parcerias com outros países para se desenvolver. Isto pode representar uma oportunidade para o Brasil se estabelecer como um parceiro prioritário para, por intermédio de suas Instituições de Ensino e P&D, bem como sua Indústria de Defesa, Energia, Telecomunicações e Transportes, participar no esforço de extração e transformação das riquezas existentes e intercâmbio educacional, o que pode contribuir para a estabilidade nas relações com este vizinho.

5 CONCLUSÃO

O território ultramarino e os dois países presentes na porção leste do arco amazônico fronteiriço brasileiro: Guiana Francesa, Suriname e Guiana, possuem diversas características em comum: independência tardia ou (no caso da Guiana Francesa) ainda não realizada, baixa densidade demográfica, concentração populacional no litoral, a Floresta Amazônica no Centro e no Sul, reduzidas taxas de analfabetismo, diversidade social, entre outras. Se esses fatores comuns impactam a capacidade de gerar Poder e Força na fronteira com o Brasil, são as diferenças estruturais entre esses atores que vão indicar óbices e oportunidades a serem considerados na postura estratégica do Brasil no relacionamento com os mesmos.

Ao mesmo tempo, destaca-se que os três possuem relações com players relevantes no cenário mundial, como exemplo: a Guiana Francesa ainda é parte do Estado Nacional Francês, o Suriname possui relações culturais com a Índia e a maior colônia de surinameses fora do país encontra-se na Holanda, e a Guiana faz parte da Commonwealth. Até que ponto essas relações influenciam no seu Poder Nacional? Esse foi um dos questionamentos suscitados pelo presente trabalho, para os quais pretende-se encontrar, nessas conclusões, as respostas. Um resumo das conclusões parciais será, então, apresentado, por país:

5.1 GUIANA FRANCESA

Com relação ao território ultramarino da Guiana Francesa, considerado per se, na expressão política, verifica-se que o mesmo não possui poder suficiente junto à França para que suas demandas sejam atendidas, o que representa a ausência de uma sociedade civil organizada. Relacionar isso com a capacidade de geração de poder e força no entorno estratégico brasileiro é, entretanto, um grave equívoco, isso porque justamente essa ausência reforça o domínio francês sobre a região. Há que se levar em conta que a França possui, expresso em sua constituição, o interesse na manutenção do *status quo* desse território ultramar. Depreende-se disso, que o

território se presta a atuar como pivô da França em sua projeção de poder no continente Sul Americano. Essa concepção política permeia os desdobramentos que se espraiam pelas demais expressões do poder.

Dessa forma, na expressão econômica, cabe salientar os pesados investimentos e a dinâmica que sustenta o Centro Espacial da Agência Europeia em Korou. A intenção brasileira de impulsionar o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, acirra uma disputa por oportunidades de investimentos de Estados extracontinentais interessados em se utilizarem das condições fornecidas pelas bases de lançamento em questão. Considerando-se o que foi pontuado na expressão política, pode-se inferir que esse tipo de concorrência seria facilmente considerado um óbice, o que fomentaria o emprego do Poder Nacional francês, por meio de instrumentos econômicos, informacionais e diplomáticos, para sua dissolução.

No campo psicossocial, a Guiana Francesa possui uma grande parcela de sua sociedade composta por imigrantes, o que explica sua reduzida coesão. Ocorre que são frequentes os protestos por melhores condições de vida e, especialmente, de segurança, essa última prejudicada justamente por atividades ilícitas e delinquência atribuídas aos migrantes, interferindo, inclusive, nas atividades do centro de lançamento de Korou. Nesse sentido, a ação de garimpeiros brasileiros agindo ilegalmente afeta a coesão social da Guiana Francesa, podendo gerar uma crise que conduza a ações em que haja o emprego do Poder Nacional do Estado Francês, a princípio, diplomática e informacionalmente, podendo evoluir para um emprego de meios militares, dependendo da percepção de sua gravidade.

Já na expressão militar, o pequeno efetivo das Forças Armadas Francesas na Guiana Francesa apresenta tímidas condições de preservar a integridade territorial, parecendo servir apenas como uma tropa de “Pronta Resposta” para uma defesa inicial e como sensor permanente das Forças Armadas da França no continente sul-americano. Considerando-se, mais uma vez, a postura política já delineada, pode-se depreender uma resposta escalonada, em que as FAG seriam a resposta inicial, tropas e meios mobilizados pelas Forças Armadas Francesas, uma resposta ampliada e, eventualmente, ainda há a possibilidade de o Estado francês fazer-se valer das alianças internacionais das quais participa. A França, pelas características de suas Forças Armadas possui uma capacidade muito grande de gerar força em qualquer parte do mundo, e com mais forte razão, em um território considerado, constitucionalmente, seu. Ao mesmo tempo, as parcerias existentes entre Brasil e França na área de Defesa, permitem à França controlar, de certa forma, a capacidade que o Brasil tem de gerar de força, pois uma diminuição ou interrupção desse fluxo logístico e tecnológico é uma grande vulnerabilidade para o Brasil.

Na expressão científica e tecnológica, se repete o mote da estrutura de resposta do Estado francês aos problemas do departamento ultramarino. A Guiana Francesa possui ainda uma limitada infraestrutura educacional e científica e tecnológica de ponta, porém, com a atuação do Governo Francês, a alta capacidade de P&D da França, pode ser utilizada em caso de necessidade.

Por tudo isso, é plausível caracterizar a Guiana Francesa como um ator fronteiro ao Brasil de grande relevância no Arco Amazônico, nem tanto pelas suas características próprias, mas pelo enlace político que a subordina a um país europeu com grande capacidade de gerar poder e força, como a França. Há que se levar em conta que o emprego do Poder Nacional do Estado Francês pode se fazer presente por diversos instrumentos, não só os militares, como

também diplomáticos, informacionais e econômicos, fazendo valer a vontade nacional daquele Estado.

5.2 SURINAME

Na expressão política, o Suriname pode ser considerado como um Estado em amadurecimento institucional, isso devido a diversos fatores, como a história política recente de tensão entre o Estado e a sociedade civil, forte predomínio de partidos políticos tradicionais e baseados em laços étnicos, estruturas democráticas de pouca efetividade prática, sistemas políticos favoráveis ao surgimento de corrupção, assim como uma série de problemas internos.

Na expressão econômica, há a perspectiva do Suriname, tornar-se exportador de petróleo e, assim, ter mais recursos em sua economia, por meio de uma balança comercial favorável em relação às nações compradoras. Caso isso se concretize, abre-se uma janela de oportunidade para o Suriname promover o seu desenvolvimento e ampliar sua capacidade de gerar poder e força, por meio de instrumentos econômicos, ao mesmo tempo em que as parcerias, já existentes, com o país fronteiriço tornar-se-ão mais atrativas ao Brasil.

Na expressão psicossocial, o Suriname possui aproximações, devido às origens de sua sociedade, com importantes players globais, como a Holanda e a Índia. Porém, essas aproximações não se refletem em iniciativas concretas que redundem em suplantar as dificuldades relevantes que o país tem para gerar Poder e Força. Embora, no campo cultural, as características positivas suplantem as negativas, porque a diversidade do povo encontrou eixos de coesão nas instituições (idioma, liberdade de credo, etc), os passos para a apropriação efetiva do território do Suriname, ultrapassando o anecúmeno amazônico, demandariam um esforço de povoamento que a sociedade surinamesa, por sua demografia, não parece estar disposta a fazer, o que implica em reduzida capacidade de geração de poder e força na fronteira com o Brasil.

Na expressão militar, as Forças Armadas do Suriname também carecem de maturidade institucional, isso porque, além do reduzido efetivo para prover a segurança de um país com as dimensões do seu território, a maior parte das governanças militares no Suriname são exercidas por coronéis, enquanto no resto do mundo, esses cargos são ocupados por generais de quatro estrelas. Ao mesmo tempo, a ausência de um Curso de Estado-Maior adaptado às especificidades do país repercute em uma deficiência em conhecimento técnico. Some-se a isso, uma limitação logística em adquirir e manter seus materiais de emprego militar e uma impossibilidade para produção dos mesmos. Com isso, embora o Suriname tenha uma considerável quantidade de parcerias estratégicas, e isso lhe proporcione melhores condições na geração de força, a realidade é que a sua Estrutura Militar é ínfima para aplicar a força com eficiência.

Na expressão científica e tecnológica, a República do Suriname possui riquezas minerais e de biodiversidade de grande interesse para Indústrias Tecnológicas de alto valor agregado, porém, o Suriname não possui infraestrutura educacional ou de pesquisa e desenvolvimento suficientemente avançada para aproveitar esse potencial, sendo dependente de sua antiga metrópole (Holanda) ou de parcerias já estabelecidas com outros países.

Por tudo isso, pode-se dizer que o Suriname não é um player de relevância no que compete à geração de força ou geração de poder nos cenários geopolíticos regional e mundial. Porém, a crescente coesão social e, principalmente a descoberta de petróleo, apontam para uma janela de oportunidade de desenvolvimento que pode ser aproveitada pelo Brasil, na criação e ampliação de parcerias estratégicas. A timidez do Brasil em fazê-lo abrirá portas para atores extrarregionais, como a própria Holanda, a Índia e a China.

5.3 GUIANA

Quanto à Guiana, embora ela seja um país independente e possua um governo democraticamente organizado, representativo por meio de sufrágio universal e com instituições ativas, sua pouca maturidade institucional e relaxada governança, assim como eventos de corrupção e fraude eleitoral, não lhe conferem a estabilidade política interna necessária para a sua projeção geopolítica mundial, conseqüentemente impedindo uma efetiva geração de poder tanto a nível regional quanto global. O país, aparenta, contudo, mitigar este efeito por meio de uma política de alianças de diversos níveis e características, apoiando-se na diplomacia para fazer-se ouvido.

De igual maneira, sua economia não conseguiu livrar-se do estigma do período colonial, atingindo um nível modesto de desenvolvimento, com ênfase sobretudo na exploração de recursos minerais, com destaque para o petróleo, não lhe sustentam a ponto de gerar poder econômico, tampouco dão base para um efetivo dispêndio militar que lhe daria uma potencial força. Destaca-se também que o país tem buscado parcerias em empreendimentos de infraestrutura com o governo da China, o que pode facilitar o desenvolvimento econômico, ao custo de aumentar a dependência externa do país.

A exemplo das expressões anteriores, a questão psicossocial também enfrenta desafios para geração de poder, haja vista a falta de coesão social advinda da colonização de base fortemente étnica que lhe impõe um significativo obstáculo para a solução dos anecúmenos existentes no país.

O poder militar do país enfrenta dificuldades similares, haja vista os efetivos numéricos pouco expressivos, as capacidades logísticas restritas, a grande dependência externa de produtos tecnológicos, de doutrina e de formação de recursos humanos. Daí depreende-se que a capacidade de geração de força militar não é representativa. Isto abre espaço para a presença de atores externos, o que tem fomentado a participação da China ao mesmo tempo em que permite, potencialmente, ao Brasil expandir sua influência na região.

Por fim, mas não menos importante, a expressão científico-tecnológica do país guarda grandes semelhanças com as demais. Faltam capacidades de ensino e pesquisa bem como infraestrutura de telecomunicações, energia e transportes, enquanto as potencialidades da área como a biodiversidade e os recursos minerais deixam de ser aproveitados em prol da geração de poder, o que representa uma oportunidade para o Brasil expandir sua influência na região como parceiro estratégico deste campo do poder.

Por tudo isso, pode-se dizer que a Guiana, à semelhança do Suriname, também não é um ator relevante no que compete à geração de força ou geração de poder nos cenários geopolíticos regional e mundial. A recente descoberta de petróleo, aponta, também, para uma janela de oportunidade de desenvolvimento, porém, sua falta de coesão social precisa ser enfrentada ao mesmo tempo em que se promove um amadurecimento das instituições. De qualquer forma, o Brasil, pode agir, também, por meio da criação e ampliação de parcerias estratégicas, mantendo-se a mesma ressalva de que a timidez do Brasil em fazê-lo abrirá portas para atores extrarregionais, como a China.

Assim, conclui-se que dos, três atores estudados, o que pode representar reais óbices a uma proeminência brasileira em seu arco fronteiriço é a Guiana Francesa, porque ela representa um enclave do Estado Francês no continente sulamericano, devido à capacidade de geração de poder e força daquele Estado. Quanto aos países Suriname e Guiana, suas capacidades não rivalizam com as do Brasil, entretanto, o crescimento econômico que tende a ser experimentado, a partir da prospecção do petróleo, pode fornecer oportunidades a serem exploradas na construção de parcerias estratégicas simbióticas, que, se deixadas de lado, podem ser aproveitadas por atores extrarregionais.

Dessa forma, uma postura de pró-atividade estratégica implicaria em lidar de forma atenta e cautelosa com a Guiana Francesa e em fazer amplo uso de instrumentos diplomáticos, informacionais e econômicos com o Suriname e a Guiana, na busca de fomentar objetivos e atender a interesses comuns. Só através dessa postura pode-se ampliar a influência brasileira em seu entorno estratégico e reduzir os espaços para potências concorrentes.

6 REFERÊNCIAS

ALBIOMA. **Albioma na Guiana Francesa**. Site da empresa Albioma. Disponível em: <<https://www.albioma.com/pt/unidad/guiana-francesa/>>. Acesso em 21. abr. 2022.

ANDRADE, Aislan. **O emprego do Exército da França em território francês**. Doutrina Militar Terrestre em revista, 2020.

BAHASA. **Telecomunicações na Guiana**. Site Bahasa. Disponível em: <https://bahasa.wiki/pt/Telecommunications_in_Guyana/>. Acesso em 21. abr. 2022.

BBC. **French Guiana: The part of South America facing a total shutdown**. 10 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-39557670>>. Acesso em: 20. mai. 2022.

BBC. **French Guiana profile**. 14 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-20376142>>. Acesso em: 20. mai. 2022.

BERNARD, Erick. SIMON-SAIGOO, Adeola. DA SILVA, Phillip. LA ROSE, Jenny. **Republic of Guyana National Report on Higher Education**. UNAMAZ/UNESCO. University of Guyana, Sep. 2002. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131595/>>. Consultado em: 14. abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20. abr. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 9. abr. 2021.

_____. Presidência da República. **Presidente da República, Jair Bolsonaro, faz visita oficial à Guiana**. Site do Governo Federal. 06. mai. 2022. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/05/presidente-da-republica-jair-bolsonaro-faz-visita-oficial-a-guiana/>>. Acesso em: 21. mai. 2022.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf/>. Acesso em: 9. abr. 2021.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º) Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf/>. Acesso em: 20. abr. 2022.

_____. _____. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do Poder Nacional** / [Escola Superior de Guerra]. – Rio de Janeiro: ESG, 2019. 164 p.: il.

_____. _____. **Manual de Doutrina de Operações Conjuntas (MD30- M-01)**. V. 2, 2. ed. Brasília, 2020.

_____. _____. Exército Brasileiro. **Adido do Brasil no Suriname reúne-se com Comandante do Exército do Suriname**. Site do Exército Brasileiro. Noticiário do Exército. 23. mar 2022. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/15167733/>. Acesso em: 21. mai. 2022.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **República Francesa**. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-francesa/>>. Acesso em: 12 abr. 2022a.

_____. _____. **República Cooperativa da Guiana**. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-cooperativa-da-guiana/>>. Consultado em: 14. abr. 2022b.

_____. _____. **República do Suriname**. Site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-suriname/>>. Consultado em: 14. abr. 2022c.

BRASIL ESCOLA. **Guiana Francesa**. Site Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guiana-francesa.htm/>>. Acesso em: 19 abr. 2022a.

_____. **História da Guiana**. Site Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-guiana.htm/>>. Acesso em: 21 mai. 2022b.

_____. **História do Suriname**. Site Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-suriname.htm/>>. Acesso em: 21 mai. 2022c.

BRICK, Eduardo. **A quarta força: Uma estratégia militar de defesa**. Disponível em: <<https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2020/11/RELATRIOS-DE-PESQUISA-EM-ENGENHARIA-DE-PRODUO-v.14-n.-D1-p.-1-11.pdf/>> Acesso em 23 abril. 2022.

BRITANNICA. **French Guiana**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/French-Guiana/>>. Acesso em: 15. mai. 2022a.

_____. **People of Guyana.** Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Guyana/People/>>. Acesso em: 14. mai. 2022b.

_____. **People of Suriname.** Encyclopedia Britannica, Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Suriname/People/>>. Acesso em: 15. mai. 2022c.

BRZEZINSKI, Zbigniew K. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives.** 1st. ed. New York: Basic Books, 1997.

CARIBBEAN ELECTIONS. **Suriname.** Disponível em: <http://www.caribbeanelections.com/knowledge/country_browser/sr_profile.asp/>. Acesso em: 21. mai. 2022.

CHRISPIM, D., **Bolsonaro busca acordos na Guiana e Suriname.** Site Poder 360. 18. jan. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-busca-acordos-na-guiana-e-suriname/>>. Acesso em: 21. mai. 2022.

CIA. **France.** The World Factbook 2021. Washington, DC: Central Intelligence Agency, Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/france/>>. Acesso em: 17. mai. 2022a.

_____. **Suriname.** The World Factbook 2021. Washington, DC: Central Intelligence Agency, 2021. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/suriname/>>, Acesso em 12. mai. 2022b.

DOIS NÍVEIS. **Venezuela vs. Guiana: A qual país pertence Essequibo?** Site Dois Níveis. 20 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.doisniveis.com/america/america-do-sul/venezuela-vs-guiana-a-qual-pais-pertence-essequibo/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

DOUGLAS, Sven. **A capacidade da Força de Defesa da Guiana para apoiar a produção petrolífera do país.** Trabalho acadêmico apresentado à EsAO, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em gestão operacional, 2019.

ECOAMAZÔNIA. **Divisas e Fronteiras da Amazônia,** [2018]. Disponível em: <<https://www.ecoamazonia.org.br/2018/02/divisas-fronteiras-amazonia/#:~:text=Suriname%20%E2%80%93%20Com%20o%20Amap%C3%A1%20e,Col%C3%B4mbia%20%E2%80%93%20Com%20o%20Amazonas/>>. Acesso em: 22. abr. 2022.

FAZCOMEX. **Exportações para o Suriname: principais produtos exportados.** Site Fazcomex. 13. dez 2021. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-para-o-suriname/>>. Acesso em: 17. mai. 2022.

FRANÇA. **Constituição de 1946, Quarta República.** 27. out. 1946. Disponível em: <<https://www.conseil-constitutionnel.fr/les-constitutions-dans-l-histoire/constitution-de-1946-ive-republique/>>. Acesso em: 16. mai. 2022.

_____. Ministère de L'Éducation Nationale de L'Enseignement Supérieur et de la Recherche. **L'état de l'école en Guyane.** Dossier n° 1 - octobre 2014. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/fichier/1893540/gy_ind_01.pdf/>. Acesso em: 14. abr. 2022.

_____. **French Guiana.** Site Welcome to France. Disponível em: <<https://www.welcometofrance.com/en/region/french-guiana/>>. Acesso em: 15. mai. 2022.

_____. Ministère de L'intérieur. **Résultats des élections régionales 2021**. 2021. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Regionales/elecresult_regionales-2021/\(path\)/regionales-2021/03/03.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Regionales/elecresult_regionales-2021/(path)/regionales-2021/03/03.html)>. Acesso em: 16. mai. 2022.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Suriname: aspectos geográficos**. Site Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/suriname-aspectos-geograficos.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2022a.

_____. **Dados do Suriname**. Prepara ENEM. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/dadosdosuriname.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2022b.

_____. **Guiana**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/guiana.htm>>. Acesso em: 09. mai. 2022c.

FRASER, Claude. **História das Forças de Defesa da Guiana**. Trabalho acadêmico apresentado à ECEME, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares. 2011.

GUIANA. Ministry of Foreign Affairs and International Cooperation. **Contexto Histórico de la Controversia Guyana/Venezuela**. Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/wp-content/uploads/2021/04/Historical-Context-of-Guyana-Venezuela-Controversy-Pamphlet-Spanish.pdf>>. Acesso em: 21. mai. 2022a.

_____. **Excellency Jair Bolsonaro, President of the Federative Republic of Brazil, to the Co-operative Republic of Guyana**. 6. Mai. 2022. Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/featured/press-statement-6/>>. Acesso em: 21. mai. 2022a.

_____. Parliament of the Co-operative Republic of Guyana. History of Parliament. Site of the Parliament of the Co-operative Republic of Guyana. Disponível em: <https://www.parliament.gov.gy/about-parliament/history-of-parliament/>>. Acesso em: 21. mai. 2022b.

HEFFINGTON, Steven, OLER Adam, TRETLEA, David. **A National Security Strategy Primer**. National Defense University Press, Washington, D.C., 2019.

INFOESCOLA. **Geografia da Guiana Francesa**. Site Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/guiana-francesa/geografia-da-guiana-francesa/>>. Acesso em: 14. abr. 2022a.

_____. **Guiana**. Site Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/guiana/>>. Acesso em: 14 abr. 2022b.

_____. **Suriname**. Site Infoescola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/suriname/>>. Acesso em: 20 abr. 2022c.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Governance in Suriname, 2001**. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Governance-in-Suriname.pdf>>. Acesso em: 14. mai. 2022.

KNOWLEDGEWALK INSTITUTE. **Guyana Government Structure**. 2022. Disponível em: <http://www.caribbeanelections.com/gy/education/government_structure.asp/>. Acesso em: 02. mai. 2022.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA-PEREIRA, Rosuel. **French Guiana, an Outermost Region of the European Union: issues and challenges in the XXI century**. Revista Diálogos, Vol. 24, Nr. 2, p. 125-143. Maringá-PR, Brasil. 2020.

MARINHO, Flávio. **Suriname descobre gigantescas reservas de petróleo em águas profundas do Oceano Atlântico e dá preferência à petrolífera Petrobras na exploração dessas reservas**. Site Click e Gás. 24 jan. 2022. Disponível em: <<https://clickpetroleoegas.com.br/suriname-descobre-gigantescas-reservas-de-petroleo-em-aguas-profundas-do-oceano-atlantico-e-da-preferencia-a-petrolifera-petrobras-na-exploracao-dessas-reservas/>>. Acesso em: 21. mai. 2022.

MARQUES, Adriana. **A Amazônia francesa: As percepções militares sobre o Departamento Ultramarino Francês na América do Sul e as possibilidades de cooperação em Segurança e Defesa na Fronteira Franco-Brasileira**. Revista da Escola Superior de Guerra, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii/cooperacao_regional_sul-americana_1.pdf>. Consultado em 26 abril. 2022.

MCCLOUD, Steven. **Comandante do Exército do Suriname aborda desafios regionais em conferência de Defesa**. Site Diálogo Américas. 16. set. 2021. Disponível em: <<https://diologo-americas.com/pt-br/articles/comandante-do-exercito-do-suriname-aborda-desafios-regionais-em-conferencia-de-defesa/>>. Acesso em: 17. mai. 2022.

MENKE, J.K and RICHARDSON, B. C.. **Guyana**. Encyclopedia Britannica, 30. mar. 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Guyana/>>. Acesso em: 3. mai. 2022.

MENKE, J.K. and CHIN, H.E, **Suriname**. Encyclopedia Britannica, 10. mar. 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Suriname/>>. Acesso em: 14. mai. 2022.

MUNDO CULTURA. **Suriname – Conheça algumas curiosidades**. 11 mai. 2021. Disponível em: <<https://mundocultura.com.br/cultura-do-suriname/>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Guiana**. Site Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/guiana.htm/>>. Consultado em: 14. abr. 2022a.

_____. **Suriname**. Site Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/suriname.htm/>>. Consultado em: 14. abr. 2022b.

NAG, Oishimaya Sen. **Economics. The Poorest Countries In South America** [22 Out 2019]. Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/articles/the-poorest-countries-in-south-america.html/>>. Acesso em: 17. mai. 2022.

OECD. **France - Note Country Education at Glance**. 2014. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em:

</<https://www.oecd.org/education/France-EAG2014-Country-Note.pdf/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

PADILHA, Luiz. **Escalada de tensões na disputa por Essequibo**. Site Defesa Aérea & Naval. 28. jan. 2021. Disponível em: </<https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/escalada-de-tensoes-na-disputa-por-essequibo/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

PAIXÃO, Fernanda. **Qual o interesse do Brasil nas reservas de petróleo do Suriname e da Guiana?** Site Brasil de Fato. Disponível em: </<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/22/qual-o-interesse-do-brasil-nas-reservas-de-petroleo-do-suriname-e-da-guiana-1/>>. Acesso em: 21. abr. 2022.

PARAGUASSÚ, Lisandra. **IDH 2002: Brasil sobe só 2 posições no ranking de desenvolvimento humano**. Revista Época. 24 jul. 2002. Disponível em: </<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT349241-1659,00.html/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

PATRÍCIA, Ana ET ALL. **Cooperação Regional Sul-Americana na Área de Defesa: Desafios e oportunidades no Platô das Guianas**. Disponível em: </https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii/cooperacao_regional_sul-americana_1.pdf/>. Acesso em: 02 maio.2022.

PESQUISA ESCOLAR. **Guiana Francesa - Território da França na América do Sul**. Site Pesquisa Escola UOL. Disponível em: </<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/guiana-francesa-territorio-da-franca-na-america-do-sul.htm/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

PNUD. **Ranking IDH Global 2014**. Site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. [2014]. Disponível em: </<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

SANTOS, D., SALOMÃO, R., VERÍSSIMO, A. **Fatos da Amazônia**, [2021]. Disponível em:</<https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-2021/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20estimada%20em,5%2C6%20habitantes%20por%20km%C2%B2/>>. Acesso em: 22. abr.2021.

SELIGSON, Mitchell A. **The Political Culture of Democracy in Guyana, 2009: The Impact of Governance**. Set. 2009. Disponível em: </<https://www.vanderbilt.edu/lapop/guyana/2009-Guyana-Report-v6-7dic11.pdf/>>. Acesso em: 09. mai. 2022.

SEN, Werner. **A implantação de uma Escola de Comando e Estado-Maior nas Forças Armadas do Suriname: O catalizador de transformações estratégicas e doutrinárias nas Forças Armadas do Suriname**. Trabalho acadêmico apresentado à ECEME, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares. 2016.

SNEF BRASIL. **Hoje, 11.03.2021, entrou em operação comercial a termelétrica de biomassa Abiodis, localizada no município de Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa**. Perfil da SNEF BRASIL no LinkedIn. Disponível em: </https://www.linkedin.com/posts/snefbrasil_snef-brasil-usina-termel%C3%A9trica-

[%C3%A0-biomassa-activity-6775884253373829121-IE49?utm_source=linkedin_share&utm_medium=member_desktop_web/](#)>. Acesso em: 21. abr. 2022.

SONI, Paroma. **Causes of poverty in Suriname**. The Borgen Project. 19 out. 2017. Disponível em: <<https://borgenproject.org/causes-of-poverty-in-suriname/>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

SURINAME. **Development priorities of Suriname – Part 1**. Stichting Planbureau Suriname. [Suriname Planning Bureau Foundation]. January 2017. Disponível em: <<https://suriname.un.org/sites/default/files/2020-10/2017-2021-DEVELOPMENT-PLAN.pdf>>. Acesso em: 21. mai. 2022.

_____. **Suriname National Report on Higher Education**. UNAMAZ/UNESCO. Sep. 2002. Disponível em: <<https://docplayer.net/31069527-Suriname-national-report-on-higher-education-2002.html>>. Acesso em: 21. abr. 2022.

_____. Ministry of Education and Community Development Suriname. **SURINAME Education for All Report 2010-2013**. Site da UNESCO.2014. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230019/PDF/230019eng.pdf.multi>>. Acesso em: 21. abr. 2022.

TELECO. **Inteligência em Telecomunicações - Guianas e Suriname**. Site Teleco. Disponível em: <<https://www.teleco.com.br/pais/guiana.asp>>. Acesso em: 21. abr. 2022.

TERRA. **Região da Guiana Francesa Instala Maior Usina Elétrica do Mundo com 140 MWh de Armazenamento de Energia Renovável**. Site Terra Notícias. 31. mai. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/regiao-da-guiana-francesa-instala-maior-usina-eletrica-do-mundo-com-140-mwh-de-armazenamento-de-energia-renovavel,da72720a22b05de4ed0d7dfa96d0e7f7kr715r0g.html>>. Acesso em: 21. abr. 2022.

UNITED NATIONS. **General Assembly Resolution – Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development A/RES/70/1**. Site da ONU. 2015. Disponível em: <<https://undocs.org/es/A/RES/68/262>>. Acesso em: 17. mai. 2022.

UNIVERISTÉ DE GUYANE. **Nos formations**. Site da Universidade da Guiana Francesa. Disponível em: <<https://www.univ-guyane.fr/formation/nos-formationen/>>. Acesso em: 14. abr. 2022.

UOL NOTÍCIAS. **Brasileira conta como é a vida na Guiana Inglesa, um país de vanguarda econômica**. 15. ago. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/08/15/brasileira-conta-como-e-a-vida-na-guiana-inglesa-um-pais-de-vanguardia-economica.htm?/>>. Acesso em: 09. mai. 2022.

WIKIPEDIA. **Guiana**. Site Wikipedia. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Guiana/>>. Consultado em: 14 abr. 2022a.

_____. **French Guiana**. Site Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/French_Guiana/>. Acesso em: 19 abr. 2022b.

_____. **Guiana Francesa**. Site Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/French_Guiana/>. Acesso em: 20 mai. 2022c.

_____. **Institut Universitaire de Technologie.** Site Wikipedia. Disponível em: </https://fr.wikipedia.org/wiki/Institut_universitaire_de_technologie/>. Acesso em: 14. abr. 2022d.

_____. **Suriname.** Site Wikipedia. Disponível em: </<https://en.wikipedia.org/wiki/Suriname/>>. Consultado em: 14. abr. 2022e.

_____. **Telecommunications in Suriname.** Site Wikipedia. Disponível em: </https://en.wikipedia.org/wiki/Telecommunications_in_Suriname/>. Acesso em: 14. abr. 2022f.

_____. **Telesur (Suriname).** Site Wikipedia. Disponível em: </[https://en.wikipedia.org/wiki/Telesur_\(Suriname\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Telesur_(Suriname))>. Acesso em: 14. abr. 2022g.

_____. **Telecommunications in French Guiana.** Site Wikipedia. Disponível em: </https://en.wikipedia.org/wiki/Telecommunications_in_French_Guiana/>. Acesso em: 14. abr. 2022h.

_____. **University of French Guiana.** Site Wikipedia. Disponível em: </https://en.wikipedia.org/wiki/University_of_French_Guiana/>. Acesso em: 14. abr. 2022i.

ANEXO A

ENTREVISTA COM O PROF. DR. LÚCIO KEURY ALMEIDA GALDINO

Data da Entrevista: 08ABR2022, por videoconferência Webex, das 16:00 às 17:30. Foi efetuada a seguinte pergunta: **na opinião do Senhor, quais os maiores problemas, considerando as 5 expressões do Poder Nacional (a Política, a Econômica, a Psicossocial, a Militar e a Científica e Tecnológica) que o estado de Roraima possui hoje, considerando especialmente o fato de fazer fronteira com a Venezuela e a Guiana.**

O Professor Lucio Galdino iniciou sua explanação mencionando os aspectos geográficos do Estado de Roraima (RR), que podem ser associados às **Expressões Econômica e Científica e Tecnológica do Poder Nacional**. A localização de Roraima compreende-se na porção setentrional da região amazônica brasileira, fazendo fronteira com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana e divisa com os Estados do Amazonas e o Pará. Ainda, Roraima faz parte do Planalto das Guianas, também conhecido como Escudo das Guianas. Essa região é uma das mais antigas do planeta, tendo idade geológica estimada entre 3 e 4 bilhões de anos, sendo assim formada na era Pré-Cambriana, o que subsidiou nessa região, em seu subsolo, o surgimento de metais preciosos e semipreciosos. Além disso, estudos apontam que Roraima faz parte da bacia petrolífera da República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa), o que coloca o estado num cenário de estratégia econômica para o Brasil na exploração desta riqueza e que também poderá atrair a cobiças interna e externa ao território brasileiro.

Segundo o Prof. Lúcio Galdino, podem-se encontrar no estado riquezas como: ouro, diamantes, nióbio, cassiterita, entre outros tipos de metais de grande interesse econômico para indústrias de alto valor tecnológico agregado como a Eletrônica, Mecânica e Aeroespacial. Para se ter a dimensão da importância da região, aproximadamente entre 90% a 95% do nióbio existente no Planeta encontra-se no Brasil e destes, acredita-se que cerca de 50% estão nos Estados do Amazonas (em especial, o município de São Gabriel da Cachoeira, com uma das maiores reservas mundiais) Rondônia e Roraima. Além disso, estudos preliminares apontam que o estado roraimense faz parte da bacia petrolífera da Guiana, onde este petróleo pode ser extraído por terra, de forma muito similar o que acontece no Rio Grande do Norte (RN) e no Estado do Texas dos Estados Unidos da América (EUA).

Considerando agora ainda a **Expressões Econômica e Científica e Tecnológica**, incluindo as **Expressões Militar e Psicossocial do Poder Nacional**, o Prof. Lucio Galdino fez a conexão de que a porção Norte de Roraima, onde se localizam as riquezas minerais mencionadas anteriormente, esta possui a maior concentração de Reservas Indígenas do Estado. Para fins de conhecimento, Roraima tem 32 Terras Indígenas (TI), ocupando cerca de 46% do território roraimense com cerca de 12% de sua população absoluta de origem indígena (concentradas em 28 etnias), e a maior parte dessa população vive nestas TI. Para se ter uma idéia, segundo o Prof. Lucio Galdino, o Estado de Roraima controla sob sua jurisdição, aproximadamente, 28% do seu território, estando restante sob controle do Governo Federal (União) sob a forma de Reservas Indígenas, áreas para Bases Militares para controle de Fronteiras (com a Venezuela e a Guiana), Áreas do INCRA e Áreas de Proteção Ambiental (APP). Por conta das reservas estarem localizadas onde se encontram as riquezas minerais supracitadas, isto acaba por acarretar na exploração das populações indígenas por parte do extrativismo ilegal hoje existente no estado. Por isso, o Prof. Lucio Galdino mencionou que o índio hoje é, de fato, uma reserva pessoal ao Brasil e, consecutivamente, às Forças Armadas por estes estarem mais qualificados para combater, através do saber tradicional e in loco, o extravio das riquezas deste estado, o que faz deles sabedores do

território in natura e da biodiversidade da região, representando assim um componente humano altamente qualificado para ser incluído na Defesa do País, tanto a militar como a do meio ambiente.

O Prof. Lucio Galdino também mencionou a necessidade de uma maior infraestrutura viária no Estado, mas realizada de forma a preservar as populações indígenas e o meio ambiente. Hoje a principal rodovia é a BR-174 que liga o Sul ao Norte do Estado, também conhecida por Manaus–Boa Vista, é uma rodovia longitudinal que interliga os estados brasileiros de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima à Venezuela. Planejada originalmente para facilitar a ligação da Fronteira Brasil–Venezuela com o restante do Brasil, estava previsto, no antigo Plano Nacional de Rodovias, que a BR-174 se estenderia por 3.319,90 quilômetros. Contudo, até hoje vários trechos da rodovia sequer existem e os que chegaram a ser abertos estão sem pavimentação até os dias atuais ou correm concomitante com outras estradas federais e estaduais. Considerando apenas os trechos existentes oficialmente, a rodovia possui 1 902 quilômetros. É a única ligação de Roraima com o resto do país, sendo sua maior e principal rodovia. Embora iniciada no governo militar, a conclusão de seu asfaltamento e sinalização no trecho norte deu-se somente em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A construção desta rodovia acabou por afetar enormemente a vida das populações indígenas, principalmente na questão do aumento da exploração dessas populações nas atividades de garimpo ilegal e prostituição que será melhor explanada pelo Prof. Lucio Galdino adiante.

Um ponto importante a ser considerado também na problemática de Roraima, segundo o Prof. Lucio Galdino, é o fato da Economia do Estado está conectada, fortemente, ao setor terciário (comércio e serviços) onde se explica, em termos percentuais, nos quase 65% da população do Estado estar empregada no Funcionalismo Público (concursados e/ou cargos comissionados). Cabe ressaltar que a contribuição da Indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado é incipiente. Já o setor primário vem crescendo com a expansão das fronteiras agrícolas e o Agronegócio está ganhando destaque e força no estado (com observação as preocupações ambientais). Segundo o Prof. Lucio Galdino, com essa questão da energia limitada dificulta, significativamente, o desenvolvimento do setor secundário (indústrias). Isto se detalha pelo crônico problema da matriz energética do Estado de Roraima. A rede elétrica de Roraima não é interligada ao Sistema Nacional de Energia, fazendo com que haja constantes quedas de energia. No passado recente, Roraima tinha uma dependência extrema da energia comprada pelo Governo da Venezuela, fazendo nos dias atuais a substituição da dependência de termelétricas o que encarece o serviço, mesmo com a má qualidade do que é fornecido. Segundo o Prof. Lucio Galdino, Roraima tem dois municípios que fazem parte da Zona Franca de Manaus (a capital, Boa Vista e Bonfim), em tese, já existem condições para que o aumento da contribuição industrial para a economia do Estado ocorra, porém, sem a resolução desta questão energética, dificilmente empresas de grande conteúdo industrial e tecnológico se motivarão a investir e se instalar no estado, o que faz a população depender do serviço público comissionado ou concursado onde é a “grande máquina” da empregabilidade.

Abordando agora com maior ênfase as **Expressões Militar, Psicossocial, e Política do Poder Nacional**, o Prof. Lucio Galdino explanou sobre a problemática da exploração das Terras Indígenas no que se refere ao extrativismo (vegetal e mineral) ilegal, o que vem sendo noticiado pela mídia nacional. Ao contrário do que se pensa, predominantemente, os indígenas gostam de viver nas suas terras em harmonia com o meio ambiente. Porém sabe-se que existem pequenos grupos de indígenas, influenciados pela política, que absorverem a cultura do não-índio e “encarnam” o espírito capitalista do tal “desenvolvimento”, pois o isolamento econômico nas Reservas Indígenas ao invés de garantir a preservação ambiental, atiçou a ganância dessa minoria que são interessados no extrativismo ilegal. Nesse contexto, são conhecidos os diversos casos de desmate da floresta para se criar pistas de pouso clandestinas e garimpos ilegais para o roubo das riquezas minerais. E, por conta da falta de opções de integração da população indígena, muitos dos nossos irmãos indígenas tem se cooptado para este tipo

de atividade criminosa, incluindo a prostituição e estupro de menores e mulheres indígenas. Embora haja o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), e diversos trabalhos de monitoramento por parte da Forças Armadas e Polícia Federal, esta realidade está longe de ser considerada como sob controle. Já são noticiados pela grande imprensa o envolvimento de grupos criminosos, oriundos do Sudeste, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) em Roraima. Segundo o Prof. Lucio Galdino, é possível que haja estrangeiros, além dos brasileiros envolvidos no garimpo ilegal representando os interesses transnacionais para o tráfico de minérios para países estrangeiros.

O Prof. Lucio Galdino, em relação a questão do garimpo ilegal, mencionou um fator que, mesmo sabendo de toda destruição que a atividade do garimpo faz, ainda precisa ser estudado de forma científica a dimensão dos impactos negativos na realidade, e que merece a atenção do Poder Público. Sabe-se que existe as mais diversas contaminações causadas pelo mercúrio para a extração dos minérios de forma ilegal e fora dos padrões exigidos para a conservação do meio ambiente. Já é possível detectar esta contaminação em alguns dos principais rios do Estado (rio Branco, rio Uraricoera e rio Mucajaí, entre outros) que fazem parte da rede de água para consumo da população Roraimense, também conhecida como Macuxi, que faz referência a maior etnia indígena do Estado e que mais compôs a miscigenação do povo de RR. Segundo ainda o Prof. Lucio Galdino, existe uma grande desconfiança de que o aumento de casos de autismo e câncer no Estado, esteja relacionado a esta contaminação dos rios por mercúrio.

Um outro fator importante a ser considerado, segundo o Prof. Lucio Galdino, é a entrada de imigrantes venezuelanos, por conta da crise política na Venezuela, em busca de oportunidades de viver no Brasil, especialmente nas áreas urbanas do Estado), o que, inclusive, motivou a criação da Operação Acolhida deflagrada pelo Exército Brasileiro desde fevereiro de 2018. O Prof. Lucio Galdino mencionou que, pelo Censo de 2010, a população de RR era de cerca de 450.000 habitantes. Atualmente, estima-se, uma população de 653.000 habitantes, sendo que cerca de 15 a 20% são venezuelanos vivendo hoje no Estado. As consequências sentidas hoje em RR são o aumento da violência e criminalidade associadas, principalmente ao tráfico de drogas, e prostituição nos centros urbanos. O Prof. Lucio Galdino, entretanto, mencionou que não é possível afirmar que os venezuelanos estejam diretamente envolvidos na questão do garimpo ilegal mencionada anteriormente.

A falta de outras opções econômicas para a população indígena mencionada anteriormente e o quadro adverso promovido pela entrada dos venezuelanos e do garimpo ilegal, acabou por dividir a população indígena em duas vertentes políticas, segundo o Prof. Lucio Galdino: os índios classificados como “*progressistas*”, ou seja a favor do agronegócio, muitos que haviam sido empregados antes da implantação das reservas indígenas em detrimento das grandes fazendas de plantação de arroz (rizicultura) e os índios classificados como “*ambientalistas*”, que defendem a preservação das florestas e da cultura dos índios de forma isolacionista em relação à cultura do homem branco. Na prática, segundo o Prof. Lucio Galdino, não há conflitos ou violência entre os grupos, mas essa divisão acaba por contribuir com a não resolução dos problemas, uma vez que diversos grupos externos (política brasileira) contribuem para acirrar ainda mais para que não haja um consenso advindo da população mais afetada pelos problemas aqui citados.

O Prof. Lucio Galdino, ao ser questionado pelo entrevistador sobre se poderíamos extrapolar os problemas de RR para o Estado do Amapá, mencionou que o problema energético (principalmente por depender de usinas termelétricas locais) travam o desenvolvimento industrial desses estados.

Concluindo a entrevista, o Prof. Lucio Galdino mencionou que a solução para os problemas de RR passa pela integração responsável e planejada da população indígena à economia do país (num modelo de desenvolvimento sustentável), à resolução do problema energético, com uma maior priorização da industrialização, e que os Poderes Públicos realmente encarem o problema não só de RR, mas de toda a Região Amazônica, como uma prioridade do país, pois hoje, especialmente o Estado de

RR, se sentem abandonados e que, com a imensa quantidade de riquezas minerais, água potável e a biodiversidade existente, com certeza já está incitando a cobiça de grupos econômicos brasileiros ou, até mesmo, estrangeiros, ambos agindo de forma ilegal, bem como o dos países fronteiriços do entorno.

ANEXO B

ENTREVISTA COM O CEL EB REF GÉLIO AUGUSTO BARBOSA FREGAPANI

Data da Entrevista: 29ABR2022, por videoconferência Webex, das 18:00 às 19:30. Foi efetuada a seguinte pergunta: **na opinião do Senhor, quais são os maiores problemas, considerando as 5 expressões do Poder Nacional (a Política, a Econômica, a Psicossocial, a Militar e a Científica e Tecnológica) para a região fronteira do entorno estratégico das Guianas e o Suriname?**

O Cel Fregapani iniciou sua explanação mencionando os aspectos geográficos da região das Guianas e do Suriname, que podem ser associados às **Expressões Econômica e Científica e Tecnológica do Poder Nacional**. A formação geológica da área fronteira entre o Brasil e a Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, também conhecida como Escudo das Guianas, teve sua origem quando do encontro do Maciço (ou Planalto) das Guianas com o Planalto Brasileiro, em épocas geológicas remotas, e que a cisão entre estes maciços teria dado surgimento à bacia amazônica, por conta do rompimento da barragem natural que mantinha um antigo lago que existia na região anterior (uma baixada de aluvião que ia do Rio Negro até o Rio Orinoco na Venezuela) que, ao transbordar, gerou os rios como o Amazonas e o Negro. O Cel Fregapani também mencionou que, com o surgimento dos Andes nesta mesma época de transbordamento do antigo lago, todo o ar úmido gerado pelos ventos alísios, ao Norte e ao Sul da Linha do Equador, se concentra no topo do Escudo das Guianas, sendo esta área a verdadeira região de Floresta Tropical, também chamada pelos indígenas de “*kaeté*”, que significa “mata verdadeira, mata virgem, que nunca foi roçada”. Dos pontos mais altos até a descida para a bacia amazônica, a região vai migrando para regiões de florestas menos densas, com terreno arenoso e pantanoso e os indígenas a chamam de “campina-arama” ou “falsa floresta”, não correspondendo, dessa forma, a uma verdadeira Floresta Tropical, tendo como exemplo dessa área o “*gap*” do Rio Tacutú, na fronteira entre RR e a Guiana. Nessa região, inclusive, foram encontradas reservas de lençol petrolífero no subsolo, que se localizam tanto no território da Guiana (que já está explorando), como no Brasileiro. A região serrana é constituída — de oeste para leste — pelas serras do Imeri, Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque. É na serra do Imeri que se encontra o ponto mais alto do Brasil, o pico da Neblina, nas imediações do extremo norte do estado do Amazonas, com 2995 metros de altitude, sendo igualmente o ponto mais elevado de todo o planalto. Toda a formação geológica do planalto é uma das mais antigas da Terra, datada da era pré-câmbrica. Segundo o Cel Fregapani, por conta desta formação geológica antiga, a região é possuidora das maiores riquezas minerais e petrolíferas, ainda fracamente exploradas, no mundo e que, por isso, atira a cobiça por parte de grupos econômicos do Canadá, Estados Unidos da América (EUA), Europa e, também, de Russos e Chineses. Considerando toda a região do Escudo das Guianas, o Brasil possui em seu território cerca de 55% a 60% da área total e que onde justamente se localizam as maiores concentrações de minérios de alto valor econômico e utilizado em indústrias de alto valor tecnológico agregado, como ouro, diamante, cassiterita, bauxita, criolita, estanho, nióbio, terras raras, etc. Para se ter uma dimensão disso, o Cel Fregapani mencionou que cerca de 96% do Nióbio existente no Planeta se encontra na região, especialmente no Morro de Seis Lagos, próximo da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas (AM) e que, hoje, é área de reserva ambiental. O Cel Fregapani também citou como exemplo a alta concentração de cassiterita e estanho na Região Amazônica, onde a produção de cerca de 3 a 6 kg/m³ não se compara com a produção do resto do mundo de cerca de 80 g/m³.

Considerando agora ainda as **Expressões Econômica e Científica e Tecnológica, incluindo as Expressões Militar e Psicossocial do Poder Nacional**, o Cel Fregapani mencionou que a situação hoje, especialmente em Roraima (RR), é extremamente preocupante no tocante à Soberania Nacional. Conforme explicado pelo Cel Fregapani, em função das imensas e ainda pouco exploradas jazidas

minerais da região, existe desde a década de 60, uma forte pressão política de grupos econômicos estrangeiros, e transnacionais, para explorar a região de forma desfavorável ao Brasil, às vezes apelando até para a ilegalidade e o crime, sendo, conforme ilustrado pelo Cel Fregapani, um “*jogo duro*”. Esses grupos econômicos se aproveitam das dificuldades para o desenvolvimento da região e à questão ambiental e das reservas indígenas (como os Ianomâmis) para fazer valer seus interesses em detrimento da vida da população local (garimpeiros, produtores agrícolas e os próprios indígenas), e dos interesses do Brasil. O Cel Fregapani, ilustrando sobre o “*jogo duro*” do Cartel de Mineradoras, levantou suspeitas sobre as mortes do Sr. Octávio Cavalcanti Lacombe, antigo presidente da Paranapanema S. A. Mineração, Indústria e Construção que, com a exploração de minas na Amazônia, chegou a ser considerado o “*rei do estanho*”, chegando a pedir concordata para a empresa em face dos antagonismos ao seu negócio, tendo morrido em 21 de junho de 1992, aos 65 anos, num acidente de carro, em Avaré, São Paulo, e do Coronel Engenheiro do Exército Brasileiro (EB), e Oficial da Reserva, Nelson Dorneles da Silva, que, trabalhava na empresa Paranapanema. Outro exemplo, também citado pelo Cel Fregapani, foi o incentivo velado, ou a omissão de governos estrangeiros, na década de 80, durante a construção da rodovia BR-174, que interliga o Brasil, a Venezuela e a Guiana, sobre a expulsão e massacre de garimpeiros, fazendeiros e indígenas brasileiros por parte de habitantes de origem afrodescendente sudanesa da Guiana, mas que, na época, por conta de compromissos diplomáticos, o Brasil apoiou a Guiana em relação ao conflito, e os veículos de mídia acabaram acusando os militares brasileiros do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) de terem supostamente assassinado indígenas da tribo *Waimiri-Atroari* para a construção da rodovia.

Segundo o Cel Fregapani, no passado, a mineradora brasileira Paranapanema em conjunto a mineradora Taboca eram responsáveis pela produção de estanho na região, especialmente na Mina de Pitinga, localizada na cidade de Presidente Figueiredo/AM. Por conta das pressões políticas e econômicas deste, conforme denominado pelo Cel Fregapani, “*verdadeiro Cartel de Mineradoras Transnacionais, conhecidos como Team Brothers*”, ela acabou saindo do controle acionário nacional. Cita-se abaixo, para ilustrar, o histórico dessas empresas mencionado no site da mineradora Taboca (2022);

“1) Em 1961, a Paranapanema, empresa de origem familiar na época, inicia sua história como empresa de construção civil pesada; 2) Em 1969, a Paranapanema descobre ocorrências de cassiterita – minério de estanho – na Região Amazônica e obtêm os direitos minerários em diversas áreas na província estanífera de Rondônia, fundando a Mineração Taboca S.A; 3) Em 1973 a Paranapanema incorpora a empresa Mamoré Mineração e Metalurgia, verticalizando a produção, passando a produzir estanho refinado; 4) Em 1974 a Paranapanema, após anos de investimentos, consolida tecnologia de concentração de cassiterita, proveniente de depósitos aluvionários; 5) Em 1979, a Mineração Taboca, através de pesquisas geológicas, descobre os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita, em afluentes do Rio Pitinga, no estado do Amazonas; 6) Em 1982, a Mineração Taboca inicia implantação e lavra na mina a 300 km de Manaus (AM), que passa a denominar-se Pitinga, gerando recursos que a transforma em um projeto autossustentado; 7) Em 1987, investimentos em pesquisa e desenvolvimento permitem a Mineração Taboca, avançar em tecnologias para processamento de minérios ricos em Nióbio e Tântalo, também presentes na mina de Pitinga; 8) Em 1996, um pool de fundos de pensão, adquire o controle acionário da Mineração Taboca, da Mamoré Mineração e Metalurgia, adotando o nome Paranapanema para denominar o novo conglomerado de empresas voltadas para produção de metais não ferrosos; 9) Em 2005, a Mineração Taboca SA arrenda as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia, no interior de São Paulo, consolidando as atividades de mineração e metalurgia de estanho sob uma única empresa; 10) Em 2006, após anos de pesquisas e investimentos, a Mineração Taboca inicia o processo de substituição do aluvião pela extração da rocha primária, projeto denominado “Rocha-Sã”; e 11) Em 2008, o tradicional grupo minerador peruano Minsur, adquire o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia.”

Segundo o Cel Fregapani, uma das estratégias utilizadas pelo Cartel das Mineradoras para conseguir desvalorizar e comprar as mineradoras brasileiras, por meio de pressão política, especialmente pelo uso das questões ambientais, e econômica, foi forçar a redução da produção de estanho e a criolita, importante minério para a transformação de bauxita em alumínio, a partir da falsa alegação de que as jazidas no Brasil já estariam em fase de esgotamento, mas que de fato, estavam fazendo estoques desses minérios a fim de forçar, ao mesmo tempo, o aumento do preço de mercado. Outro ponto destacado pelo Cel Fregapani, foram os ataques sistemáticos pela mídia à Mina de Pitinga (AM), com a intensificação e o exagero das notícias sobre a contaminação de garimpeiros daquela mina por Leishmaniose, na década de 90, que teve ressonância inclusive na Secretaria Estadual de Meio Ambiente do AM, na pessoa do Sr. José Belfort.

Um outro ponto muito importante, citado pelo Cel Fregapani, é que para ele toda a questão ambiental de preservação da Amazônia foi utilizada, juntamente com a questão do baixo desenvolvimento em infraestrutura da região, como uma “cortina de fumaça” para justificar a quebra da produção agrícola de arroz na região e, dessa forma, isolar as populações indígenas do “homem branco” e do Brasil, em reservas muito convenientemente demarcadas nas áreas onde existem as maiores jazidas minerais, sendo, inclusive, controladas por Organizações Não Governamentais (ONG), e outras Religiosas (como a Congregação dos Missionários da Consolata, de origem italiana, com a Expedição do Padre Giovanni Calleri, em 1968, que redundou no massacre do Padre e de alguns integrantes da expedição pelos indígenas da tribo dos *Waimiris-Atroaris*, em missão de pacificação daquela tribo para a viabilização da construção da rodovia BR-174; como a Pastoral da Igreja de Deus Unida, que criou a Maloca de Moscou, em RR; e como o Conselho Indígena de Roraima (CIR) que é uma organização indígena que nasceu na década de 1970 e que possui associação com entidades cristãs protestantes oriundas da Inglaterra), mantidas por capital estrangeiro, de forma de usar a questão humanitária e ambiental como pano de fundo, para esconder e preservar as reais intenções de seus mantenedores, tendo apoio, até mesmo, de partidos políticos no País e de funcionários em alguns órgãos dos Três Poderes. Para piorar, estes grupos antagônicos promovem a migração de indígenas de outras áreas para as de interesse econômico, de forma a caracterizar a necessidade de se criar Reservas para populações que nunca viveram ali.

Para o Cel Fregapani, não há condições de se viabilizar uma industrialização na região que não seja focada apenas no trabalho artesanal de pedras preciosas e minérios, em função da área de campina que dá o acesso às regiões onde se encontram as riquezas do Escudo das Guianas se caracterizar como área alagadiça e pantanosa, também conhecida por chavascal, similar a areia movediça, não favorecendo a construção e a preservação de estradas para se criar a infraestrutura necessária para escoamento e beneficiamento da produção. Outro ponto é que, mesmo com a possibilidade de se resolver a questão energética por meio de hidrelétricas (a despeito das imensas dificuldades criadas por partidos políticos e órgão ambientais), a região é muito distante dos centros consumidores e o desbaste da Floresta não compensaria os investimentos. Além disso, o investimento na industrialização deveria vir acompanhado com a migração de uma grande massa crítica de mão de obra qualificada para a região, pois a população local não possui a formação necessária para uma rápida e compensadora implementação de indústrias, mesmo com a Zona Franca de Manaus. A vocação natural para a subsistência da região é a produção agrícola, especialmente a de arroz, que, em seu auge em RR, antes de sua remoção pelas Reservas Indígenas, era responsável pelo fornecimento de alimento para os Estados do AM, RR, Acre (AC), parte do Pará (PA), Guiana e Venezuela, ocupando apenas 1% do Território da Reserva Raposa Serra do Sol, além de contar com a integração das populações indígenas nas lavouras. Sobre isso, o Cel Fregapani garante que a grande maioria dos indígenas apoia o retorno das lavouras e não aprovaram a criação das Reservas.

Sobre **as Expressões Política, Econômica, Militar e Psicossocial do Poder Nacional** em relação ao Suriname e a República Cooperativa da Guianas, o Cel Fregapani mencionou que, por conta da composição étnica da população desses países, se torna inviável o desenvolvimento deles, a não ser pela exploração das antigas metrópoles Europeias (Holanda e Inglaterra). Basicamente, especialmente na Guiana, a população se divide aproximadamente em 50% de afrodescendentes sudaneses e 50% de Indus, que, por questões de cunho cultural e religioso, não dialogam, não se misturam, nem se apoiam, inviabilizando qualquer esforço coordenado de desenvolvimento de seus Países. Para acirrar a divisão, o acesso às Forças Armadas é preponderantemente dado aos afrodescendentes sudaneses. No tocante a Guiana Francesa, a preocupação é a França e a OTAN que possuem tropas naquele Departamento Ultramarino francês.

Especificamente sobre a **Expressão Militar do Poder Nacional**, o Cel Fregapani explicou que por conta da situação de falta de infraestrutura de estradas e energia na região, já explicado nos parágrafos anteriores, a Defesa da Amazônia deve englobar dois aspectos fundamentais: o Poder Aéreo e a existência de tropas defensivas de guerrilha autossuficientes e que empreguem os garimpeiros e os indígenas da região. Isto se deve porque a única forma dos eventuais inimigos acessarem a região é por via aérea. E que, em terra, as tropas defensivas de guerrilha autossuficientes suprem eventuais investidas, ao mesmo tempo que devem possuir equipamentos para o combate antiaéreo. Associado a isso, é necessária a Defesa de Belém e da Ilha de Marajó, para evitar o bloqueio da foz do Rio Amazonas que representa a retaguarda de uma eventual Zona de Defesa (ZD) ou Teatro de Operações (TO). Além disso, é importante defender também as áreas de Manaus, Boa Vista e Caracará por serem pontos de exportação de materiais. Ainda, segundo o Cel Fregapani, é importante ser levado em consideração que, no passado, e ainda não totalmente resolvido nos dias de hoje, há questões de limite entre Suriname, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa que podem servir de escaramuça ou justificativa para eventual invasão do Território Brasileiro, em função, principalmente, por as áreas em litígio possuírem grandes jazidas de ouro e diamante (como a Serra do Tepequém em RR) e, recentemente, ter sido descoberta uma grande área de exploração petrolífera que engloba todos os países citados, a França (por conta da Guiana Francesa) e o Brasil. Há inúmeros exemplos de conflitos no passado entre indígenas, garimpeiros e tropas dos países deste entorno estratégico, por conta das riquezas ainda a serem exploradas.

Ao fim da entrevista, o Cel Fregapani indicou, para um maior detalhamento e entendimento dos problemas e temas aqui elencados, o livro de sua autoria *“A Amazônia no Grande Jogo Geopolítico - Um desafio mundial”*, da Editora Thesaurus, de 2011.